



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO**

**JULIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

**SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E GERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO  
TERRITÓRIO DE IRECÊ - BAHIA**

**Cachoeira**

**2017**

**JULIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

**SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E GERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO  
TERRITÓRIO DE IRECÊ - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Sociologia

Orientador: Dr. Nilson Weisheimer

**Cachoeira**

**2017**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Almeida, Juliane Oliveira de

A444s Socialização de gênero e geração na agricultura familiar no território de Irecê Bahia / Juliane Oliveira de Almeida. – Cachoeira, 2017.

111 f.: il.; 30 cm + CD.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2017.

1. Agricultura familiar. 2. Socialização. 3. Gênero. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento. II. Título.

CDD: 338

JULIANE OLIVEIRA DE ALMEIDA

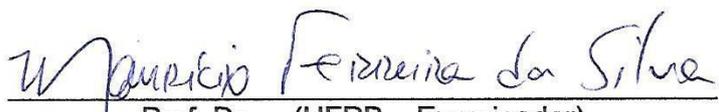
**SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E GERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR  
NO TERRITÓRIO DE IRECÊ - BAHIA**

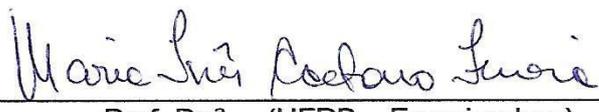
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da  
UFRB, sob orientação do Prof. Dr. Nilson Weisheimer.

Aprovado, 13 de julho de 2017.

Comissão Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. (UFRB – Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. (UFRB – Examinador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.<sup>a</sup> (UFRB – Examinadora)

Cachoeira-Ba,  
2017

## **AGRADECIMENTOS**

Este é um momento de muita alegria e satisfação. Os “agradecimentos” nos permitem mostrar que a produção intelectual, que parece um trabalho individual, é feita de um grande esforço coletivo. Não há como “classificar” o que representou cada um dos que estiveram ao meu lado. Desde a possibilidade de troca com o meu orientador, aos agricultores familiares do Território de Irecê, a minha família e amigos, aos colegas de turma e professores que estiveram comigo nessa pequena jornada.

Começo agradecendo a Deus.

Aos agricultores familiares do Território de Irecê. Dedico esse trabalho a vocês pela sua luta e busca de uma melhor condição de vida. Meu eterno carinho e comprometimento social.

Aos meus pais que lutaram lado a lado para que eu enfrentasse os momentos difíceis dessa jornada. Agradeço imensamente pelo amor e dedicação.

Ao meu companheiro Marcelo, agradeço a paciência e o carinho ao longo de todo o processo e pelo apoio naqueles momentos de “crise”, e pelas minhas presenças ausentes.

Agradeço ao meu orientador Nilson Weisheimer, que não só aceitou o desafio de me orientar, mas foi incansável para que de fato esse fosse um período de intenso trabalho e crescimento intelectual.

Agradeço aos meus colegas de turma e aos professores de muitas disciplinas, pelas trocas e ricas reflexões ao longo dessa jornada.

À UFRB e ao programa de Pós Graduação - Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento.

Um grande abraço e muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa social empírica tem como objetivo a análise da socialização de jovens na agricultura familiar no Território de Irecê, Bahia. Para isto, foi desenvolvida uma pesquisa mista utilizando as técnicas de entrevistas de grupo e dados secundários. Sendo construídas e analisadas a partir das entrevistas de grupos junto com os sujeitos em questão, selecionando-se três variáveis imprescindíveis para o entendimento da pesquisa: a socialização dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola, as relações de gênero no processo de trabalho familiar e a elaboração dos projetos profissionais desses jovens. Discutem categorias importantes como agricultura familiar, socialização profissional e de gênero e projetos profissionais, que nos ajudam a entender sobre o processo de trabalho dos jovens agricultores familiares. Os resultados permitem concluir que os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares derivam da própria posição ocupada por eles no processo de trabalho familiar agrícola, na medida em que essa socialização acontece de forma diferenciada por gênero. É possível concluir que o processo de trabalho ocorre com uma intensa participação dos jovens agricultores familiares, e que a formulação dos projetos profissionais inclina-se para a permanência na agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Socialização. Gênero e Projetos Profissionais.

## **ABSTRACT**

This empirical social research aims to analyze the socialization of young people in the process of family agricultural work in the Irecê Territory. For this reason, a mixed research was developed using focal group techniques and secondary data. Being constructed and analyzed from the focus groups along with the subjects in question, selecting three essential variables for the understanding of the research: the socialization of the young in the process of family agricultural work; The gender relations in the family work process, seeking to perceive the relationships of these, the elaboration of the professional projects of these young people. They discuss important categories such as family farming, professional and gender socialization, and professional projects that help us understand the work process of young family farmers. The results allow us to conclude that the professional projects of young family farmers are derived from the own position occupied by them in the process of agricultural family work, insofar as this socialization happens in a differentiated manner by gender. It is possible to conclude that the work process occurs with intense participation of the young family farmers, and that the formulation of the professional projects inclines to the permanence in the familiar agriculture.

**Keywords:** Family Agriculture. Socialization. Gender. Professional Projects.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - TERRITÓRIO DE IRECÊ .....	26
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE HOMENS E MULHERES ENTREVISTADAS.....	27
GRÁFICO 2 - CONDIÇÃO DE PROPRIETÁRIO DA TERRA.....	59
GRÁFICO 3 - MODELO DE PRODUÇÃO DESENVOLVIDO NAS UPFS NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	66
GRÁFICO 4 - PRODUTOS PRODUZIDOS NAS UPFS NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	67
GRÁFICO 5 - DESTINO FINAL DOS PRODUTOS DAS UPFS NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015.....	67
GRÁFICO 6 - NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES POR UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015.....	68

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - MODELO DESCRITIVO DO PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA .....	21
QUADRO 2 - DIMENSÕES TEMÁTICAS E TÓPICOS DA PESQUISA.....	21
QUADRO 3 - VARIÁVEIS E INDICADORES .....	22
QUADRO 4 - DETALHAMENTO DA AMOSTRA .....	25

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTABELECIMENTO POR GRUPO E ÁREA OCUPADA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2006 .....	59
TABELA 2 - ÁREA TOTAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ - BA EM 2015 .....	60
TABELA 3 - FORMAS DE OBTENÇÃO DAS TERRAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO IRECÊ - BA NO ANO DE 2015 .....	60
TABELA 4 - FORMAS DE USO DA TERRA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE IRECÊ - BA NO ANO DE 2015 .....	61
TABELA 5 - ORIGEM DAS RENDAS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	62
TABELA 6 - RENDA TOTAL MENSAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	62
TABELA 7 - RENDA MENSAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR POR GÊNERO NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	63
TABELA 8 - RENDA AGRÍCOLA DA ÚLTIMA SAFRA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	64
TABELA 9 - RENDA AGRÍCOLA DA ÚLTIMA SAFRA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR POR GÊNERO DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	65
TABELA 10 - PERCENTUAL DE RESIDENTES POR GÊNERO NAS UPFS DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	69
TABELA 11 - ESCOLARIDADE DOS RESIDENTES DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	69
TABELA 12 - ESCOLARIDADE POR GÊNERO DOS RESIDENTES NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	70
TABELA 13 - FAIXA ETÁRIA DOS RESIDENTES DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	70
TABELA 14 - FAIXA ETÁRIA POR GÊNERO DOS MEMBROS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	71
TABELA 15 - TEMPO DEDICADO AO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	72
TABELA 16 - TEMPO DEDICADO AO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	73
TABELA 17 - TEMPO DEDICADO AO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA POR GERAÇÃO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA NO ANO DE 2015 .....	73

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Apresentação do tema e delimitação do problema de pesquisa.....	13
1.2 Objetivo Geral e Específicos .....	18
1.3 Hipóteses.....	19
1.4 Notas técnicas e metodológicas .....	20
1.4.1 Planejamento Amostral .....	24
1.4.2 Planejamento das Entrevistas de Grupo Focal .....	26
1.4.3 Análise dos Dados.....	28
1.4 O Trabalho de Campo.....	28
1.5 Estrutura dos Resultados do Trabalho .....	29
2 AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E JUVENTUDE .....	31
2.1 Teoria social clássica sobre a agricultura familiar (AF).....	31
2.1.2 Análise sobre capitalismo e agricultura (Chayanov, Mendras e Abramovay).....	34
2.1.3 Debate brasileiro sobre a agricultura familiar .....	39
2.2 Gênero e Agricultura no Trabalho Familiar Agrícola .....	47
2.3. Juventude e Agricultura Familiar .....	52
3 O PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA.....	57
3.1 Caracterização dos jovens na unidade de produção familiar no território de Irecê-BA .	57
3.2 Condições Materiais dos Jovens Agricultores na UPF.....	58
3.2.1 Condição Fundiária das UPFs .....	58
3.2.2 Composição das Rendas das UPFs.....	61
3.2.3 Produção Agrícola das UPFs .....	65
3.3 Composição da família dos jovens na UPF .....	68
3.4 Caracterização do trabalho nas UPFs .....	71
4 OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E PROJETOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES .....	75
4.1 Socialização e Projetos Profissionais.....	75

4.2 A Inserção dos Jovens na Divisão do Trabalho Familiar Agrícola .....	79
4.2.1 A visão dos jovens sobre a Agricultura Familiar: Um reconhecimento e uma prática? .....	82
4.3 Participação juvenil no Trabalho Familiar Agrícola.....	85
4.3.1 A Renda dos Jovens Agricultores Familiares .....	88
4.3.2 Socialização e Sociabilidade: As Práticas de Lazer dos Jovens Agricultores Familiares .....	90
4.4 Avaliação dos jovens sobre o modo de vida dos pais.....	92
4.5 A Escolarização Formal dos Jovens Agricultores Familiares.....	93
4.6. Projeto Profissional dos Jovens Agricultores Familiares .....	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	101
ANEXOS .....	106



## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda o tema da sucessão geracional na agricultura familiar. Busca analisar como se efetiva o processo de socialização de jovens na agricultura familiar no contexto do Território de Irecê, Bahia. Ao fazê-lo, revelam-se imbricadas as relações sociais de produção, de gênero e gerações. Com base nessas condições objetivas, busca-se compreender as representações dos jovens agricultores sobre o trabalho agrícola, o modo de vida da família e a elaboração dos seus projetos profissionais. Com isso, o presente trabalho vem a somar-se aos esforços para pôr em evidência a construção social dos jovens agricultores familiares e suas disposições para reproduzir, ou não, o processo de trabalho familiar agrícola.<sup>1</sup>

### 1.1 Apresentação do tema e delimitação do problema de pesquisa

A agricultura familiar tem adquirido o reconhecimento social e político como segmento importante para o desenvolvimento do Brasil. Figura como principal produtora dos alimentos que chegam à mesa de todo o brasileiro. Ocupa parte majoritária da força de trabalho no campo. Ao mesmo tempo sofre com a concentração fundiária.<sup>2</sup> Por razões diversas que vão desde as condições climáticas, conjunturas políticas e econômicas e as próprias dinâmicas de concentração do capital, tem enfrentado diferentes empecilhos a sua reprodução social. Esse trabalho procura abordar esse tema a partir do olhar das e dos jovens agricultores familiares.

Seguindo a formulação do sociólogo brasileiro, Nilson Weisheimer (2009, p.111) “os jovens agricultores familiares constituem uma categoria social específica devido à sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola”. Note-se que essa socialização no processo de trabalho familiar agrícola é estruturada pelos conjuntos das relações sociais que se impõem as unidades de produção familiares e aos seus membros. Esse processo que conforme enfatiza o Clássico da Sociologia Émily Durkheim (2008), é a própria sociedade enquanto estrutura que transmite pela coerção externa a cada nova geração os valores e

---

<sup>1</sup> (WOORTMANN, K. 1990; ABRAMOVAY, R. 1998; SILVESTRE, et al. 2001; WEISHEIMER, N. 2004, 2009, 2012).

<sup>2</sup> Confirmando a literatura, a concentração fundiária em todo o Brasil é uma realidade, inclusive no Território de Irecê. Conforme os dados do Censo Agropecuário (2006) o Território de Irecê tem uma área agrícola de 1.207.817 ha, sendo que 45,5% dessa área é ocupada por 91,5% das famílias do território e apenas 3.804 famílias (8,5%) ocupam 54,5% do total dessa área. Tal disposição nos leva a afirmar que a concentração de terras ainda permanece nas mãos de poucos.

normas sociais para cada indivíduo. Contudo, se acrescentarmos uma dimensão dinâmica a socialização, concordaremos com Weisheimer (2009, p.71) que “os conhecimentos socializados transformam-se a partir do caráter dinâmico da própria sociedade, que encontra sua contrapartida nas novas gerações”. Isto é, as gerações se constroem em processos de interação dinâmicas entre novas e antigas gerações, nas quais os indivíduos são receptores e transmissores da herança cultural e social.

Neste sentido, a socialização entre agricultores familiares é construída, principalmente, pelo próprio processo de trabalho em que se caracteriza como uma socialização profissional e como uma socialização diferenciada dos papéis sociais de gênero (WEISHEIMER, 2009). Com base nesta perspectiva, se analisou a participação dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola e a sua disposição em reproduzir na agricultura familiar.

Esse é o principal dilemática transição para a vida adulta dos jovens agricultores. Implica em um processo relevante e complexo, na medida em que eles adquirem responsabilidade muito cedo através da socialização no trabalho familiar agrícola em que é iniciada muitas vezes na infância e perdura a idade adulta. Além disso, a prática da socialização ocorre de forma diferenciada entre os jovens agricultores e as jovens agricultoras, e isso acarreta em uma passagem de responsabilidade e autonomização diferenciada na unidade de produção familiar.

De acordo com Brumer (2004), Spanevello (2008) e Weisheimer (2009), as etapas de transmissão e autonomia dos jovens são dadas de forma diferenciada. Para as mulheres, o seu papel social na unidade de produção familiar conduz de subalternidade em relação ao papel masculino, na medida em que seu papel nessas atividades não é considerado como trabalho. Dessa forma, assumindo o papel “auxiliar” na produção, as mulheres não são incluídas na produção de “bens e serviços” ou na comercialização e lucratividade do produto.

Esse processo de socialização é vivido de forma diferenciada entre mulheres e homens nas dinâmicas da reprodução social do campo. A valorização do trabalho masculino nas atividades da agricultura familiar implica em um arranjo diferenciado de perspectiva e de expectativa do gênero na permanência da vida no campo.

Essas funções desempenhadas sofrem modificações nas etapas da vida pelos indivíduos decorrentes das características básicas do processo de socialização em que vai se modificando e adquirindo novos papéis sociais a partir do momento em que os jovens tornam-se um adulto. Dessa maneira, a socialização é o mecanismo maior que estrutura o

funcionamento social do indivíduo em sociedade e só a partir desta tem-se a possibilidade de manter a continuidade social.

É um processo contínuo de socialização e de sociabilidade dos jovens agricultores familiares desde a infância até idade adulta, norteados pela participação na divisão social do trabalho familiar, bem como de outras complementares, como a educação formal de ensino. Já que o grau de escolaridade e a frequência desses jovens na educação formal também compõem o processo de socialização que se estrutura a partir das relações sociais de gênero e gerações. A sociabilidade juvenil se destaca pelas atividades de lazer e a constância com que eles as realizam.

Desta maneira, o trabalho familiar produz como efeito o processo socializador. Dentro desta perspectiva objetiva da ação do trabalho, insere, desde muito cedo, o jovem na socialização profissional. Esse termo engloba tanto os próprios agricultores como detentores de saber específico como também responsáveis em transmitir esse saber às novas gerações no próprio trabalho. Nisto consiste a força do processo de socialização orientado para a reprodução do trabalho às novas gerações.

Esse processo de socialização na agricultura familiar se estrutura de forma que as diferenciações por gênero através dos papéis sociais e da atribuição dos espaços sociais dos jovens tendem a ser usados como justificativa da desigualdade que é reproduzida culturalmente. Na década de 1970, antropólogos brasileiros realizaram etnografias tendo como sujeitos a situação de agricultores brasileiros do nordeste, os quais identificaram como ponto em comum como se estruturam e diferenciam os espaços entre o trabalho de “casa” e o do “roçado”, no qual fica como diferenciado o trabalho doméstico (casa) se constituiria como unidade de consumo e o trabalho do roçado como unidade de produção. A partir destas distinções de espaços, os papéis sociais são atribuídos a partir da participação no trabalho na unidade de produção familiar. Deste modo, surgiram duas categorias: “trabalho” e “ajuda”, sendo a primeira integrada pelos homens adultos responsáveis pela produção e a segunda corresponderia às mulheres e jovens responsáveis pelo trabalho da casa, dos animais e das hortas.

Neste sentido, para a antropóloga Woortmann (1995), em seu trabalho em que comparou as práticas dos agricultores do sul aos do nordeste brasileiro, afirma que a divisão sexual do trabalho familiar agrícola não reconhece o trabalho feminino e juvenil como uma atividade produtiva de forma que aumenta a invisibilidade social das participações no

trabalho. Conferindo a estes jovens, conforme Weisheimer (2009), uma importância secundária à realização do trabalho familiar.

Diante destes aspectos e dentre outros, os jovens buscam uma melhoria de vida e um reconhecimento social. Deste modo, se iniciam muito cedo, principalmente os jovens homens, nas atividades pluriativas cada vez mais frequentes no espaço familiar agrícola. Esse espaço tende a favorecer a reprodução social dos agricultores familiares, na medida em que permite o indivíduo a trabalhar dentro da propriedade familiar e fora dela, com atividades agrícolas e não agrícolas, em busca de uma renda complementar no orçamento familiar (COUTO FILHO, 2007). No caso dos jovens, atualmente está acontecendo bastante a entrada deles nessas atividades, favorecendo certa autonomia pessoal e material dos (as) jovens agricultores (as) familiares.

De acordo com Wanderley (2009), a atividade pluriativa e o trabalho externo não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, constituindo elementos positivos de estratégias de reprodução social presentes e futuras. Com o desenvolvimento nas dinâmicas da reprodução social e o trabalho na agricultura familiar, tornam-se cada vez mais frequentes oportunidades de jovens filhos de agricultores inseridos profissionalmente no mercado de trabalho não agrícola. Evidenciando esses impasses na reprodução social dos agricultores, se torna visível que os jovens passam a formular projetos profissionais fora da atividade agrícola, uma vez que, para Woortmann (1995, p.25), a reprodução depende da capacidade de resistência e adaptação, ou seja, “no valor atribuído a família e ao trabalho familiar”. Assim, instaura-se o problema da reprodução social na agricultura, o que nos levou a estudar a reprodução social dos agricultores familiares a partir das relações no processo de trabalho familiar agrícola e na formulação de seus projetos profissionais, o qual emerge muitas vezes em contradição com os projetos coletivos da família (WOORTMANN, 1990). O que vem sendo observado em vários estudos do tema é que há um predomínio juvenil e feminino no êxodo rural e deste modo, o envelhecimento e masculinização do campo (ABRAMOVAY, 1998; WEISHEIMER, 2009).

Boa parte dos estudos realizados (MANNHEIM, 1982; WEISHEIMER, 2008; CASTRO, 2005) sobre reprodução social da agricultura familiar com enfoque geracional aponta que os principais fatores de migração de jovens do campo para a cidade é a falta de estrutura fundiária agrícola, falta de recursos materiais e de renda autônoma, além da falta de políticas públicas de desenvolvimento rural e de financiamento, falta de crédito e tecnologia para empregá-la.

De acordo com Weisheimer (2009), a juventude participa como elemento central dos processos de reprodução social da agricultura familiar, uma vez que o saber do trabalho agrícola é transmitido de geração a geração. Porém esse processo de socialização acontece de forma diferenciada entre mulheres e homens, adquirindo, assim, importância nos esforços dos jovens agricultores familiares para superar a invisibilidade social.

Neste sentido, entendemos que a socialização de gerações aponta questões importantes à análise dos processos de transformação-reprodução no processo de trabalho familiar agrícola por ter necessariamente padrões históricos e culturais que diferem de pais e filhos. Parte também da condição de gênero que são geradas disposições diferentes entre os jovens para a reprodução do trabalho familiar, ou seja, se ressentem das desigualdades no acesso aos recursos materiais nas relações familiares. Com isso de acordo com Brumer (2004) e Castro (2005) a relação da (o) jovem na relação familiar acontece de formas diferentes sendo marcadas por padrões patriarcais. Essas desigualdades pesam na tomada de decisão entre o sair e o permanecer no campo.

Desta maneira, a juventude é marcada por um processo transitório da passagem de condição social de dependência na infância e de plena independência na idade adulta. Essa independência é caracterizada na “vida adulta” vinculada a responsabilidades produtivas, residenciais, matrimoniais, paternas ou maternas, no qual os sujeitos incorporam uma série de papéis sociais atribuídos pelos processos de socialização. Ou seja, a socialização do trabalho possibilita a internalização de valores que são formas de representações coletivas, o qual é responsável pela definição da identidade pessoal que dá sentido a si e a relação com os grupos vivenciados.

A internalização de valores que a sociabilidade produz é responsável pela construção e projeções coletivas e individuais futuras a médio e longo prazo dos sujeitos. Conforme o antropólogo Gilberto Velho (2003), as singularidades coletivas e individuais que aparecem simultaneamente a partir de uma dimensão sociocultural, espaço para a formulação prática e manutenção para a formulação dos projetos:

Os projetos individuais sempre interagem com outros projetos dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas, contextualmente. No caso de uma jovem de quinze anos isso pode aparecer de um modo mais dramático na medida em que se caracteriza uma aparente ruptura comum à escala de valores anterior que a englobaria através da família. Mas efetivamente, esses mencionados jogos de papéis se realizam acompanhando a emergência de um projeto pessoal de alguma singularidade. (VELHO, 2003, p.46).

Nesse sentido, o projeto é percebido enquanto tentativa de antecipar um ato futuro que dê sentido a experiência de viver, que construído dentro de um campo de possibilidades se configura na interação com outros indivíduos. Gilberto Velho (2003) discute também que os projetos coletivos formulados no núcleo familiar não são vividos de forma homogênea pelos indivíduos que o compartilham. Assim, existem diferenças de vivências e interpretações como, por exemplo, geração, gênero e faixa etária, que podem se distinguir o projeto individual do projeto familiar em função de interações e experiências fora do âmbito das relações familiares.

Nesta linha, as diferenças no processo de socialização no trabalho de mulheres e homens no meio rural, e principalmente na agricultura familiar, constituem-se em função da produção-trabalho-família dos adultos em relação ao futuro dos jovens, sendo decisivas na elaboração dos projetos profissionais dos jovens e na reprodução familiar agrícola.

Com base nessas observações preliminares, apresento o problema sociológico que norteou essa dissertação. Consiste em saber como ocorre esse processo de socialização no processo de trabalho familiar agrícola no Território de Irecê e como essa se relaciona com os projetos profissionais formulados por estes jovens agricultores familiares. Revelando simultaneamente, como esses jovens lidam com a sua posição juvenil e suas disposições para permanência futura na atividade agrícola familiar.

## **1.2 Objetivo Geral e Específicos**

O objetivo geral do estudo foi analisar a socialização dos jovens na agricultura familiar a partir de sua condição de gênero e sua influência na formulação dos seus projetos profissionais. Para tanto, o trabalho foi desenvolvido alçando-se os seguintes objetivos específicos:

- Traçar um perfil das características do processo de trabalho dos (as) jovens na agricultura familiar.
- Analisar como se desenvolvem os processos de socialização dos agricultores no trabalho familiar agrícola e nos espaços de sociabilidade, compreendendo as relações sociais de trabalho no âmbito doméstico e agrícola como determinante para a permanência ou não, dos jovens na agricultura familiar.
- Identificar os projetos profissionais formulados pelos entrevistados;

- Estabelecer comparações por sexo e faixas etárias dos entrevistados ao longo da análise.

### 1.3 Hipóteses

Partimos da premissa de que mulheres e homens são socializados de formas diferenciadas, pois, há concepções distintas na sociedade brasileira, acerca do que é ser mulher e do que é ser homem. Bem como ressaltado por Pierre Clastres (1990), em seu estudo dos Guaiáquis, onde foi observada a divisão de tarefas, em direta ligação com símbolos conceituais materiais, que por sua vez estão relacionados com o sexo biológico de seus indivíduos.

As relações entre homens e mulheres são estruturadas a partir do gerenciamento dos papéis exercidos, levando em consideração as construções sociais do seu contexto acerca da condição feminina e masculina. As relações de gênero são gerenciadas de acordo com a cultura, tomadas a partir da diferença do aparato sexual reprodutor e podem ser transformadas com o decorrer da história vigente.

Homens e mulheres são “moldados” pela sociedade de maneiras distintas para se portarem de maneiras diferentes. Então se pode crer que no universo dos agricultores familiares as relações sociais são pautadas nas diferenciações de gênero que, por sua vez, é baseada na binaridade masculino/feminino.

De acordo com o exposto, julga-se que, no limiar do processo de trabalho familiar agrícola, as atividades são divididas a partir dos entendimentos acerca do que é tido por gênero masculino e feminino na sociedade euro-ocidental, não fugindo a “regra” geral desta sociedade.

Neste sentido, a hipótese aqui defendida é que há uma desigual participação de mulheres e homens no processo socialização no trabalho familiar agrícola, refletindo em suas avaliações sobre este trabalho e na formulação dos projetos profissionais, isto é, projeto de saída (mulheres) e de permanência (homens) desde que:

- Quanto maior a participação do jovem agricultor no processo de trabalho familiar agrícola, mais se constatará disposições em reproduzir este processo de trabalho;
- Os jovens adultos do sexo masculino tendem a elaborar projetos de permanência na agricultura familiar;

- E as mulheres jovens adolescentes tendem a construir projetos profissionais não-agrícolas.

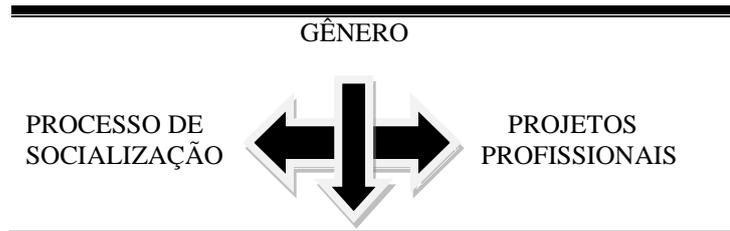
#### **1.4 Notas técnicas e metodológicas**

O método em pesquisa social refere-se à escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos sociais, visando orientar a aplicação das técnicas de coletas de dados e informações da realidade social, permitindo a articulação entre a teoria e a realidade empírica com impactos decisivos da objetivação do fenômeno social estudado. Como de acordo com Marx, o método serve de fio condutor que orienta o pesquisador na construção do objeto social a ser estudado.

Na construção dos conhecimentos científicos, segue-se a postura de Durkheim (2008) de buscar estabelecer sistematicamente rupturas com as pré-noções a fim de assegurar uma abordagem objetiva da realidade social. Visto que a neutralidade do pesquisador é sempre relativa, a objetividade do trabalho deve ser sempre perseguida. Esse processo reflexivo leva-nos a pensar no que Bourdieu (1989) diz como “objetivação participante”, isto é, a relação da objetivação-subjetiva do sociólogo com o objeto de estudo é condição fundamental da cientificidade da sua análise.

A abordagem sociológica proposta neste estudo é uma metodologia mista qualitativa e quantitativa, utilizando algumas técnicas de investigação, tais como revisão bibliográfica, observação sistemática e entrevistas de grupos e questionário padronizado. Esta metodologia nos proporcionou analisar como se dá a elaboração dos projetos profissionais dos jovens na agricultura familiar, buscando distinguir as possíveis relações existentes entre as condições objetivas e subjetivas dos sujeitos em questão, assim como tentar compreender como ocorre esse processo de socialização na unidade de produção familiar.

Neste sentido, a proposta metodológica visa a reconstrução sociológica dos jovens agricultores no processo de trabalho familiar agrícola através de um modelo descritivo que tem como dimensões analíticas: a) processos de socialização; b) os projetos profissionais; c) comparação de gênero. Estas três dimensões do modelo descritivo das relações de gênero no processo de trabalho familiar agrícola serão desenvolvidas de acordo com o Quadro 01 apresentado.



**Quadro 1- Modelo descritivo do processo de trabalho familiar agrícola**  
 Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, cada um dos tópicos será submetido a uma comparação de gênero, uma vez em que os jovens experienciam vivências diferenciadas dentro de um mesmo contexto social. Este modelo permitirá, também, identificarmos as relações entre as diferentes dimensões analíticas presentes no estudo.

<b>Dimensões Temáticas</b>	<b>Tópicos</b>
Processos de socialização	Trabalho familiar agrícola Escolarização Sociabilidade juvenil Trabalho (agrícola e não agrícola) Modo de vida dos pais Autoidentificação
Projetos Profissionais	Projeto individual Projeto coletivo

**Quadro 2 - Dimensões temáticas e tópicos da pesquisa**  
 Fonte: Elaboração da autora.

O procedimento adotado neste estudo são as entrevistas de grupos realizadas por grupos diferenciados por gênero, objetivando compreender os sentidos dos processos de socialização e do trabalho e como estes influenciam nas construções dos sujeitos refletindo na elaboração do projeto profissional dos (as) jovens em questão. Esse procedimento permite ainda que o pesquisador ouça vários sujeitos ao mesmo tempo e observe as interações, características, representações, experiências e sentimentos.

[...] como um procedimento de coleta de dados no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal. Têm como obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um tema determinado. (KIND, 2004, *apud* KUBO & SOUZA, 2015, p.126)

A partir do roteiro de entrevista, os capítulos a seguir analisarão as seguintes variáveis e seus principais indicadores no Quadro 03:

VARIÁVEIS	INDICADORES
SOCIALIZAÇÃO (Continua)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Você trabalha na agricultura familiar com os seus pais?</li> <li>2. Com qual idade você começou a trabalhar na agricultura familiar com os seus pais?</li> <li>3. Quantos dias na semana você trabalha na atividade agrícola familiar?</li> <li>4. Em média quantas horas por dia você trabalha na agricultura?</li> <li>5. Você trabalha em outra atividade além da atividade agrícola familiar?</li> </ol>

**Quadro 3 - Variáveis e Indicadores** (Continua)

Fonte: Elaboração da autora.

VARIÁVEIS	INDICADORES
SOCIALIZAÇÃO (Conclusão)	<ol style="list-style-type: none"> <li>6. Você se reconhece como um agricultor?</li> <li>7. Agricultor é uma profissão?</li> <li>8. Você pretende permanecer na agricultura familiar?</li> <li>9. A sua participação no trabalho familiar agrícola é importante para a sua família? Por quê?</li> <li>10. O seu trabalho na agricultura familiar é importante para você? Por quê?</li> <li>11. Das tarefas que você realiza na roça qual a que você mais gosta de fazer?</li> <li>12. E a que você menos gosta de fazer?</li> <li>13. Você ganha por sua participação no trabalho familiar agrícola?</li> <li>14. No que você gasta o dinheiro recebido pelo trabalho familiar agrícola?</li> <li>15. O que você mais faz no seu tempo livre?</li> </ol>
GÊNERO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comparação segundo o sexo dos entrevistados.</li> </ol>

<b>PROJETO PROFISSIONAL</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Você gostaria de viver do mesmo modo de vida que seus pais?</li> <li>2. Você está estudando atualmente? E qual a sua escolaridade?</li> <li>3. O que você pretende ser profissionalmente no futuro?</li> <li>4. Que profissão você acha que provavelmente terá no futuro?</li> <li>5. Qual é o seu projeto profissional?</li> </ol>
---------------------------------	---

**Quadro 3 - Variáveis e Indicadores (Conclusão)**

Fonte: Elaboração da autora.

Neste sentido, de acordo com Magnani (2006), o pesquisador deve estar atento as especulações dos agentes que são ideias formadas individualmente através das práticas vivenciadas sendo as que determinam são as suas representações.

A entrevista semiestruturada é um instrumento avaliador que diferem essas representações e de fato, as entrevistas são as condições sociais dos agentes e as suas histórias de vida. Neste sentido, para Queiroz (1988), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre pesquisador e informante, e que deve ser dirigida de acordo com o objetivo do pesquisador e interesse do informante.

Para a análise das entrevistas de grupos, foi adotada uma análise de conteúdo que tem como objetivo caracterizar e agrupar de forma coerente a fala dos textos. Conforme Foucault (1987), a análise é um método que proporciona o pesquisador avaliar as “falas” dos sujeitos transformadas em texto em algo que aconteceu em o que sente os sujeitos nas práticas sociais. Tal método possibilita ao pesquisador (a) relacionar o discurso com a situação que o criou, ou seja, a prática social vivenciada pelos atores em sociedade. De acordo com Fiorin (1990), a pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento compreendendo o discurso como objeto cultural, produzidos a partir das práticas sociais vivenciadas pelos indivíduos a partir de certas condicionantes históricas.

Também recorreremos aos materiais visuais, sendo este, a fotografia<sup>3</sup>. Trata-se de um registro importante em que permite ao pesquisador interpretar dados em que a memória não consegue captar no momento, ou até mesmo se esqueça de algo circunstancial importante para a leitura e interpretação dos acontecimentos como sentimentos e posturas dos sujeitos entrevistados e do espaço físico e material durante a coleta dos dados. Além disso, através da fotografia é possível ter um registro simbólico significativo do momento da coleta de dados,

<sup>3</sup> A inserção da fotografia consta no anexo. Foi realizada durante as entrevistas de grupos, constando o local realizado e a interação dos jovens e a pesquisadora na realização das entrevistas de grupos.

tendo como principal importância registrar o momento direto entre o pesquisador e o pesquisado. Corroborando com Bourdieu (2006), a fotografia e a imagem devem estar associadas para eternizar e solenizar momentos vividos de determinados grupos, reafirmando como unidade. Além de ser um registro do momento, para o pesquisador o uso de imagens acrescentará as vivências e observações, mais um dispositivo para alterar e/ou provocar novos discursos e até mesmo complementar a ideia em questão reafirmando ou não sua alteridade.

Outra fonte importante utilizada no estudo foi o diário de campo. Um procedimento a mais que os pesquisadores podem recorrer, o qual permitiu descrever detalhadamente sobre o local físico, relatos importantes de determinados eventos e atividades, bem como uma reconstrução do diálogo das entrevistas. Além de informações sobre o tempo, o local, a data das entrevistas, também possibilita ao pesquisador uma fonte das sensações presentes nos momentos das entrevistas, uma vez muitas vezes esquecidas com o tempo.

Além deste, recorreremos à observação sistemática que traz um aprofundamento dos resultados obtidos em campo. Este procedimento qualitativo, por sua perspicácia compreensiva, permite identificar as conexões de sentido, o conteúdo das manifestações da vida social que emergem das atividades práticas dos sujeitos pesquisados. Permite, ainda, perceber a diversidade das suas representações sociais e os elementos que possibilitam os processos de identificação dos jovens. Deste modo, o roteiro da observação aconteceu nos momentos da coleta de dados permitindo registrar as informações sobre as condições de vida e trabalho dos jovens na agricultura familiar, seus processos de socialização e suas representações envolvidas na construção dos projetos profissionais. Ao mesmo tempo, possibilitou uma reflexão sobre a própria prática de pesquisa.

#### ***1.4.1 Planejamento Amostral***

Inicialmente, recorreremos à estratificação da amostra do estudo proposto, através do banco de dados de uma pesquisa de dissertação realizada do Território de Irecê<sup>4</sup>, em que foram utilizados dados secundários da amostra de jovens agricultores familiares do referido território. Um dos trabalhos iniciais do estudo foi o exame do Censo Demográfico do IBGE para caracterizar a inserção dos jovens na agricultura familiar. Entre os dados examinados,

---

<sup>4</sup> Pesquisa de Mestrado intitulada: Desenvolvimento Rural na Bahia: Análise da Contribuição das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no território de Irecê, 2015.

constou a população ocupada na agricultura familiar por sexo e faixas etárias na Bahia e para o território de Irecê.

Posteriormente, estabeleceu-se uma diferenciação interna a este universo por sexo e faixas etárias. As faixas etárias foram organizadas com os seguintes grupos de idade: até 14 anos, de 15 a 29 anos (com subgrupos de 15 a 19, 20 a 24, 25 a 29 anos). A análise do Censo permitiu identificar o volume total e a participação relativa da ocupação juvenil na agricultura familiar por sexo. Este primeiro procedimento permitiu o estabelecimento da amostra da pesquisa.

O cálculo para a definição do tamanho da amostra foi realizado inicialmente tendo como referência a unidade censitária do território de Irecê. Ela foi dimensionada tendo por base um universo total de 44.850 pessoas ocupadas na agricultura familiar, sendo por média 2.243 agricultores por cidade. Sobre este universo aplicou o cálculo de amostra infinita (GIL, 1987) definindo-se um intervalo de confiança de 95% com admissão de erro de 3,5% pontos percentuais para mais ou para menos. Desta maneira, poder ser estabelecida uma amostra formulada por 330 famílias ocupadas na agricultura familiar conforme quadro 4.

POPULAÇÃO ESTIMADA	44.850 AGRICULTORES
DATA REFERÊNCIA	15/03/2015
MÉDIA DE AGRICULTORES/ CIDADE	2.243 AGRICULTORES
AMOSTRA	330 FAMILIAS OCUPADAS NA A.F.

**Quadro 4 - Detalhamento da Amostra**

**Fonte:** KR Pesquisas/NEAF/NEDT/CNPQ

A seleção dos indivíduos entrevistados seguiu o método de amostragem polietápica (BISQUERA et al, 2004), ou seja, a combinação mista da amostra estratificada e por conglomerados sequencialmente realizados em dois estágios.

1º Estágio: Amostragem Estratificada. No primeiro procedimento, a seleção da amostra foi estratificada por sexo e grupos de idade.

2º Estágio: Amostragem por Conglomerados. Após a determinação das cotas de entrevistados para microrregião, sortearam-se os municípios que foram visitados até completar o tamanho da amostra requerido. A figura 1 apresenta o mapa de localização dos municípios abrangido no estudo.



**Figura 1 - Mapa da localização da área de estudo - Território de Irecê**  
 Fonte: Macedo (2010)

Posteriormente a sua aplicação, os questionários foram submetidos à checagem e crítica das informações a fim de assegurar uma maior confiabilidade e validade. Este procedimento foi repetido após a digitação dos mesmos na planilha digital do *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

#### ***1.4.2 Planejamento das Entrevistas de Grupo***

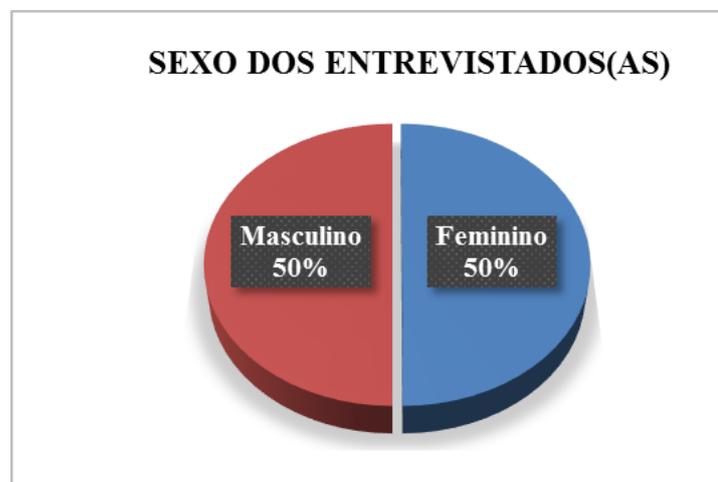
Através da amostragem descrita e por meio dos dados quantitativos da pesquisa maior, traçamos, dentre as 330 famílias ocupadas na agricultura familiar no Território de Irecê, o perfil dos entrevistados e das entrevistadas elencados inicialmente pelas variáveis gênero e faixa etária. A partir desse perfil, montamos os grupos dessa pesquisa.

Para realização das entrevistas de grupo, inicialmente fomos às comunidades dos municípios do Território de Irecê, diante de conversação com os líderes das associações de agricultores e agricultoras e dentro da amostra das 330 famílias, selecionamos os jovens agricultores que querem permanecer e outros que querem sair do trabalho familiar agrícola. Assim foram formados os grupos.

Os dados são importantes para compreender as características básicas dos sujeitos da pesquisa e organizar as informações sobre o objeto do trabalho. Foram formados 4 grupos, dois grupos que querem permanecer na agricultura assim construir seus projetos profissionais de permanência na agricultura familiar e dois grupos que querem sair da agricultura familiar construindo seu projeto profissional de saída do campo. Composto em cada grupo, 6 participantes com as seguintes características:

1. O primeiro grupo composto apenas jovens agricultores familiares de 15 a 29 anos que pretendem permanecer na agricultura familiar;
2. O segundo grupo composto apenas jovens agricultores familiares de 15 a 29 anos que não querem permanecer na agricultura familiar;
3. O terceiro grupo apenas jovens agricultoras familiares de 15 a 29 anos que pretendem permanecer na agricultura familiar;
4. O quarto grupo apenas jovens agricultoras familiares de 15 a 29 anos que não querem permanecer na agricultura familiar.

A categoria gênero foi elencada de forma igualitária para caracterizar o perfil dos entrevistados na pesquisa e dessa forma, haver um equilíbrio quantitativo de percentuais de homens e mulheres ocupados na agricultura. Portanto, 50% dos entrevistados foram do sexo masculino e 50% do sexo feminino.



**Gráfico 1- Percentual de homens e mulheres entrevistadas**  
Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

A faixa etária dos entrevistados foi sistematizada a partir dos subgrupos jovens adolescentes de 15 a 19 anos, jovens de 19 a 24 anos e jovens adultos de 25 a 29 anos. Na composição dos grupos, retratamos os três subgrupos em um mesmo grupo para refletirmos sobre as questões de geração no Território, tendo em vista que essa diferenciação de subgrupos enriquece a análise sobre a reprodução social da agricultura familiar.

### ***1.4.3 Análise dos Dados***

Um dos trabalhos iniciais do estudo foi a elaboração das entrevistas de grupo a partir da amostra de jovens agricultores familiares de uma pesquisa quantitativa. Essa pesquisa teve como amostragem a análise do exame do Censo Demográfico do IBGE para caracterizar a inserção dos jovens na agricultura familiar. Entre os dados que foram examinados constou a população ocupada na agricultura familiar por sexo e faixas etárias na Bahia e para o território de Irecê.

Posteriormente, estabeleceu-se uma diferenciação interna a este universo por sexo e faixas etárias. As faixas etárias foram organizadas com os seguintes grupos de idade: até 14 anos, de 15 a 29 anos (com subgrupos de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos). A análise do Censo Demográfico possibilitou identificar o volume total e a participação relativa da ocupação juvenil na agricultura familiar por sexo. Esse primeiro procedimento permitiu o estabelecimento da amostra da pesquisa, assim como detalhar o perfil destes jovens agricultores no processo de trabalho familiar agrícola.

O segundo momento foi a análise das entrevistas de grupo. Nesse procedimento foi feito com a codificação dos dados derivada das transcrições, anotações de campo e imagens para a análise e interpretação. Foi realizado o procedimento da análise das entrevistas, o qual tem como objetivo identificar as “funções” da fala do texto e como eles são organizados coerentemente como prática social vividos pelos atores pesquisados. Dessa forma, seria possível entender o papel deles na divisão do trabalho familiar e como esta socialização acarreta na formulação de um projeto profissional destes jovens de permanência na agricultura familiar ou de saída.

## **1.4 O Trabalho de Campo**

A realização do trabalho de campo se apoiou em orientações importantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vinculados a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia (FEDAG-BA) dos municípios em questão com a contribuição das Associações Comunitárias de Trabalhadores Rurais.

Ao longo de todo processo de pesquisa de campo, realizou-se uma observação *in loco* com caráter sistemático, controlada e estruturada pelos tópicos de pesquisa. O objetivo da observação é dar um significado sociológico aos dados recolhidos, classificá-los e reconhecer os padrões apresentados. A observação é percebida enquanto um processo interativo que ocorre no ato da pesquisa, neste sentido, as técnicas auxiliares à observação e os instrumentos utilizados (registro fotográfico e diário de campo) buscam ajudar a memória do pesquisador na reflexão de sua prática de pesquisa enquanto atividade *práxis crítica*, assim como na sua compreensão interpretativa dos sentidos e das ações dos jovens pesquisados. Deste modo, o roteiro da observação permitiu registrar as informações sobre as condições de vida e trabalho dos jovens na agricultura familiar, seus processos de socialização e suas representações envolvidas na construção dos projetos profissionais. Ao mesmo tempo, possibilitou uma reflexão sobre a própria prática de pesquisa.

O trabalho de campo ocorreu entre os dias 06 e 10 de março de 2017, com a aplicação de 4 entrevistas de grupo. Foram entrevistados 24 jovens com idade de 15 a 29 anos de idade, sendo 12 mulheres e 12 homens. As entrevistas ocorreram em lugares diversos dependendo da comunidade e do lugar disponível no momento, tais como nas Associações de Trabalhadores Rurais, na Escola local ou na casa de um dos entrevistados. A análise das entrevistas, assim como a sua transcrição, foi feita pela própria autora da pesquisa, sendo esta responsável por todo o procedimento desde as reuniões de grupo até a análise dos resultados.

Na pesquisa de campo foram encontradas algumas dificuldades como agendar dia e o horário que todos pudessem participar, o lugar das entrevistas resultava em impasse sendo resolvido na hora das entrevistas e na maioria das vezes, pelos próprios entrevistados (as). Em contrapartida, desde o início, houve uma confiabilidade mútua entre a pesquisadora e os jovens. Houve um pouco mais de timidez entre os jovens homens, mas nada que pudesse atrapalhar ou deixá-los arredios no grupo.

## **1.5 Estrutura dos Resultados do Trabalho**

A organização deste trabalho segue a estrutura do modelo analítico proposto na sessão anterior, sendo formado por cinco capítulos, contando com esta introdução e das considerações finais.

O capítulo 2 visa apresentar o debate teórico sobre agricultura familiar, discorrendo sobre a definição de agricultura familiar, e percorrendo seus principais conceitos, na medida em que permite a construção da categoria jovem agricultor familiar e gênero.

O capítulo 3 busca apresentar a caracterização do processo de trabalho na agricultura familiar no Território de Irecê, para entender as configurações do modo de produção e o modo de vida dos jovens agricultores.

No capítulo 4 visa apresentar a discussão do resultado da pesquisa qualitativa, visando comparar a participação e ocupação dos jovens no processo de socialização do trabalho familiar agrícola e não agrícola no Território de Irecê. Assim como, inserindo como referência parte da percepção dos jovens pesquisados sobre sua participação nesse processo de trabalho familiar agrícola, em sua dimensão coletiva, a partir de contrastes de opiniões entre os participantes na situação de grupo e a percepção do modo de vida deles. Fez buscando identificar na socialização e representações juvenis, as situações que tornam mais favoráveis a elaboração de projetos profissionais agrícolas.

No capítulo 5 segue as considerações finais apresentando uma síntese dos resultados e um balanço dos seus alcances em relação à hipótese da pesquisa.

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E JUVENTUDE**

O objetivo deste capítulo é discutir o conceito de agricultura familiar e para isso, busca-se apresentar os principais conceitos teóricos. Seguindo a trajetória de autores sobre a agricultura familiar, nesta parte, são apresentadas de forma sintética as transformações no debate acadêmico brasileiro e como vai ganhando legitimidade como categoria social e analítica. Na sequência, discutem-se como se processa a reprodução social na agricultura familiar a fim de apontar a pertinência teórica do conceito de sucessão geracional e juventude. O argumento defendido é que além da transferência do patrimônio material, a terra, a continuidade desse processo implica também na transmissão de um patrimônio social, histórico e cultural, embora sempre presente a transmissão de saberes na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência de ruptura desse processo de reprodução.

### **2.1 Teoria social clássica sobre a agricultura familiar (AF)**

A teoria clássica sobre a questão agrária está envolvida na análise do modo de produção capitalista e as formas familiares de produção dado que na sociedade moderna os estudos teóricos sobre o campesinato é entendido a partir do processo de acumulação de capital. Neste sentido, este tópico discute-se como as dinâmicas do modo de produção capitalista envolvem a agricultura, sem dissolver as relações de produção camponesa no processo de trabalho familiar.

A teoria marxista sobre a “questão agrária” é debatida por Lênin e Kautsky ao analisar o livro “O Capital” de Marx dado que no livro, não há uma definição e uma teoria propriamente dita sobre o campesinato. O objetivo de “O Capital” é explicar e compreender como funcionava o modo de produção capitalista e suas respectivas relações sociais de produção.

Karl Marx, no livro O Capital, analisa “a chamada acumulação primitiva” em que a terra que era um bem comum coletivo transforma-se na moderna propriedade privada, a qual, segundo Amir (1977), exerce uma função essencial para o desenvolvimento do capitalismo a partir de alianças de desenvolvimento de classes. Nessas alianças, a burguesia alia-se à grande propriedade capitalista da terra, determinando um impacto na forma econômica e social em que se efetua o processo de trabalho na sociedade capitalista e agrária. Com isso, de acordo com Weisheimer (2009), os modos de produção até hoje existentes se definem pela presença

de classes sociais complementares e antagônicas que resultam do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Nesse caso, o processo de produção capitalista busca a produção da mais-valia sobre o trabalho que produz e reproduz as relações capitalistas de produção. Nesse sentido, a maneira de se produzir satisfaz suas necessidades imediatas e possibilita sua própria existência social, permitindo a partir do processo de trabalho a reprodução social e não apenas biológica. Embora a ideia de Marx sobre reprodução remeta a fatores econômicos de produção material articulando propriedades de meio de produção e a troca de mercadorias, o termo reprodução em Marx compreende as condições que permite continuar ocorrendo o processo produtivo<sup>5</sup>.

Na análise da teoria marxista sobre o campesinato, via uma autonomia em que os próprios camponeses eram os trabalhadores e proprietários dos meios de produção em que a renda não é uma categoria do modo capitalista, na medida em que a maior parte da produção é utilizada como meio de subsistência. Nesse aspecto, segundo Marx, os camponeses, como produtores simples de mercadoria, não conseguem acumular capital deixando inevitavelmente seus meios de subsistência a se incorporarem ao mercado industrial. Conforme esse processo, a tendência do campesinato seria desaparecer.

Logo, segundo Weisheimer (2013, p.65), os camponeses “não correspondem propriamente nenhuma das três classes fundamentais do capitalismo na agricultura: o capitalista industrial, o proprietário fundiário e o trabalhador agrícola assalariado”. Essa medida repercute quando se inicia o processo de industrialização da agricultura. Entretanto, antes de examinar o que concerne ao desenvolvimento de industrialização na agricultura, confere sentido aqui o debate marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura com as teses de Lênin e Kautsky.

No marxismo, a análise das relações de produção e de propriedade da agricultura se dá de modo diferente da indústria, mas que está sujeita às leis que determinam seu desenvolvimento como a análise da estrutura social e de produção camponesa. Isso ocorre na medida em que os camponeses constituem uma classe de transição entre o antagonismo de duas classes fundamentais do capitalismo, a classe operária e a dos burgueses<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Segundo Marx, uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Nesse sentido, todo processo de produção é ao mesmo tempo processo de reprodução. (MARX, 1985, p.659).

<sup>6</sup> A compreensão está de acordo com Hegedus (1984, p.149), em que no sentido histórico da transitoriedade, os camponeses são uma formação econômico-social já desaparecida no Ocidente como elemento criador do feudalismo. Mas continuam a existir no capitalismo ao constituírem uma classe de transição, no sentido estrutural da transitoriedade, entre as duas classes do capitalismo: a classe operária e a dos burgueses.

Em “A questão agrária”, Lênin e Kautsky dão continuidade às ideias marxistas reafirmando, assim como Marx, a inviabilidade do campesinato se sobrepôr ao modo de produção capitalista. Kautsky analisa a dominação do capital sobre a agricultura demonstrando a superioridade econômica da grande propriedade em relação à pequena exploração familiar. Nesse quadro, chegaria a mesma conclusão de Marx, dado que haveria um esgotamento da capacidade camponesa em face ao capitalismo de se reproduzir sem concentrar o capital excedente, caindo na proletarização da agricultura. Isso posto, o capitalismo na agricultura se daria de forma gradual a partir da industrialização da produção agrícola e como consequência, extraindo a mais-valia. E assim, ainda que Kautsky admitisse a presença do campesinato, continuava a defender a impossibilidade de sua sobrevivência<sup>7</sup>.

Lênin, ao escrever “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” em 1985, reforça a compreensão que só poderia haver desenvolvimento das relações agrária a partir do embasamento da capitalização da agricultura ou o desaparecimento da mesma. Em outras palavras, a grande tese defendida por Lênin seria a nítida proletarização dos camponeses ou o fim inevitável do campesinato. Com isso, o capitalismo através do mercado interno para os meios de produção, com o passar do tempo, desintegraria a agricultura camponesa e todas as outras formas de produção não capitalista. Assim sendo, produz, segundo Weisheimer (2004), uma crescente diferenciação entre agricultores ricos, médios e pobres, na medida em que o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura força uma parte dos camponeses a capitalizar-se, concentrando capital e os meios de produção. Enquanto, a outra parte de produtores se tornaria cada vez mais explorados e sem capital, sendo obrigados a se tornarem proletários, sendo fadada ao desaparecimento.

A teoria clássica marxista analisa o desenvolvimento capitalista como um continuum de trabalho e capital, existindo apenas duas classes antagônicas e que não conseguem dar conta de como a agricultura familiar consegue se reproduzir até os dias atuais. Assim como afirma Abramovay (1998, p.35-36) apud Weisheimer (2004, p. 58):

É impossível encontrar na estrutura de “O Capital” um conceito de camponês. Se do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente de classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. (...) As duas únicas classes que possuem a universalização de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da sociedade contemporânea são a burguesia e o proletariado.

Embora a teoria marxista clássica não percebesse como a agricultura conseguiria se reproduzir até os dias de hoje, nos deixou um legado importantíssimo de como as relações

---

<sup>7</sup> Para uma análise mais aprofundada, ver Kautsky (1980).

sociais vão sendo superadas e novas categorias de relação-produção vão sendo construídas em torno do capitalismo com o avanço do processo de divisão social do trabalho<sup>8</sup>.

### ***2.1.2 Análise sobre capitalismo e agricultura (Chayanov, Mendras e Abramovay)***

Os estudos do economista russo Alexandre Chayanov (1974 e 1981) buscam uma análise marxista da relação entre capitalismo e agricultura que se baseia nos estudos da microeconomia familiar do campesinato. Neste cenário, as Unidades Econômicas Camponesas (UEC) são baseadas simultaneamente nos meios de produção em que os proprietários são, ao mesmo tempo, donos dos meios de produção, gestores e trabalhadores da UEC<sup>9</sup>. Em outras palavras, a tese defendida pelo autor consiste de que a unidade de produção familiar na agricultura é um modelo não-capitalista, a qual se justifica, segundo Chayanov, em uma exploração econômica da família camponesa que não emprega trabalhadores pagos, utilizando apenas o trabalho dos próprios membros familiar. Neste sentido, tais unidades são moldadas a suprirem suas demandas básicas e comercializariam apenas a fração do excedente dos produtos, o que a torna diferente da unidade de produção capitalista.

Neste caso, o modelo econômico familiar camponês difere do modelo econômico capitalista:

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a essa estrutura o lucro líquido, a renda e o juro, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra". (CHAYANOV, 1981, p.137-138)

Assim, essa forma de unidade familiar se configura como trabalho indivisível na medida em que o produtor é necessariamente um proprietário que trabalha centrada na objetivação de que tanto a força de trabalho quanto a de consumo é resguardada no casal e seus filhos, sem empregar mão de obra assalariada. Sendo esse produto do trabalho familiar a única renda possível para uma unidade de trabalho dado que seria impossível aplicar o cálculo capitalista de lucro. Nesse sentido, de acordo com Amir (1977), o modo camponês não pode ser estudado fora do quadro da formação do conjunto trabalho-família-produção uma vez que a ausência da produção da mais-valia imprimia um valor específico da UEC. De outro modo, uma forma particular de organizar o processo de produção e reprodução social.

---

<sup>8</sup> Para uma leitura mais detalhada sobre esse ponto, ver Schneider (2003) e Weisheimer (2004).

<sup>9</sup>UEC (Unidade Econômica Camponesa), nome dado aos processos de funcionamento internos da unidade familiar.

Outro ponto importante da teoria de Chayanov, que chama a atenção, é a sua tese. O autor explicita que é preciso ter na UEC um “equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho” que o chamou de “grau ótimo de exploração”. Segundo o autor,

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e, por conseguinte a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, com maior auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica. (CHAYANOV, 1981, p.141)

Neste sentido, o autor parte da condição de que a família tem o controle da produção e do seu próprio trabalho, caráter indivisível do resultado do trabalho familiar uma vez que seria impossível separar o fruto gerado pelo trabalho do investimento do capital para a produção ou como renda da terra. Assim, entendo que o importante não é o tamanho da propriedade, mas o equilíbrio do processo da força do trabalho sobre a produção que realiza necessário à sua manutenção, quase sempre devido ao tamanho da família ser proporcional à extensão da terra cultivada. É a partir desse pressuposto que a família traça estratégias a partir do tamanho da propriedade e da força de trabalho disponível visando satisfazer as necessidades da familiar e diminuir a penosidade do trabalho com que foi obtido. Como o exemplo dado por Wanderley (2009, p.139),

A família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, em geral trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa – e o casal se encontra mais uma vez com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida.

Neste aspecto, Chayanov considerou outro conceito importante que denominou de “diferenciação demográfica” que decorre da importância do próprio processo de transformação interno da unidade de produção familiar que se sobrepõe da diferenciação social entendida como substrato a decomposição do campesinato. Conforme Chayanov (1974, p. 290) apud Wanderley (2009, p.140),

Não há dúvida de que certa diferenciação deste tipo se produz realmente no campo, porém, uma análise mais profunda da composição da unidade econômica camponesa demonstra que a heterogeneidade não pode ser explicada apenas pela diferenciação social. Ela depende, não só do desenvolvimento dinâmico, mas também, e de forma considerável do efeito dos fatores demográficos que resultam da natureza da unidade econômica camponesa.

Sua composição determina a quantidade de pessoas que ofertam a sua força de trabalho e a quantidade de pessoas que apenas consome. Competindo ao chefe de família a

busca constante por estratégias para que na unidade de produção familiar sempre haja um equilíbrio entre o grau e a intensidade da auto exploração da força de trabalho entre os membros.

Chayanov buscou ao longo do seu estudo sobre o campesinato na Rússia compreender as causas do funcionamento interno de produção familiar. E o resultado de sua tese concentrou em sete aspectos gerais de funcionamento da UEC no bojo político e social que caracterizou o período de sua vida na Rússia, conforme, respectivamente, Wanderley (2009) e Weisheimer (2009), em:

- a) A agricultura não constitui um setor isolado, autônomo, mas se integra de forma dinâmica ao processo global de acumulação do capital;
- b) A agricultura deverá absorver cada vez mais o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir;
- c) As transformações do setor agrícola se inserem no objetivo de construção de uma sociedade socialista;
- d) Ser ao mesmo tempo uma unidade de produtores e consumidores;
- e) Ter a capacidade de estabelecer os objetivos e as estratégias para o equilíbrio entre consumo e penalidade do trabalho, ou seja, buscando atingir o grau ótimo de exploração do trabalho;
- f) As UECS não são historicamente homogêneas, porque, no seu interior, ocorre uma permanente diferenciação demográfica (da infância à velhice, passando pela juventude e vida adulta), assim, a evolução econômica da família é dada pelo avanço do ciclo etário;
- g) A família sempre realiza um cálculo para decidir entre intensificar a exploração do trabalho ou introduzir mudanças tecnológicas, ou ainda procurar trabalho fora da UEC.

A caracterização do funcionamento interno da unidade de produção familiar feita por Chayanov (1981, 1974) resulta da análise pautada na forma de trabalho que busca o equilíbrio entre as forças disponível ao trabalho com suas necessidades de consumo. Constituindo, fundamentalmente, as condições de vida do campesinato, caracterizando especificidades próprias e sendo o fator central que diferem das unidades produção capitalista. A obra, como um todo, engendra reflexões políticas a partir da década de 20 e inspiradoras de novos estudos no final dos anos 60, quando sua obra ficou conhecida no ocidente.

Outro fator importante, que aponta Chayanov, para a compreensão da unidade econômica camponesa é a própria propriedade em termos objetivos do termo. O autor aponta que a terra é fundamental para a produção e reprodução camponesa, porém destaca que a terra

não é equivalente à capitalização da renda na unidade de produção familiar. Em contrapartida, é a partir dela que o produtor satisfaz as necessidades da família, assim, “perdendo” o seu valor. A partir desta concepção, é possível tirar a conclusão que o modo de produção camponês é autônomo em face ao capitalismo, na medida em que consegue extrair seu sustento com baixa remuneração do seu trabalho. E mesmo que sua reprodução social seja inserida no processo global de reprodução do capital, não tende ao desaparecimento. Conseguindo ele mesmo por si só, garantir a resistência econômica nas condições estruturais-estruturantes em face das relações mercantis do capitalismo. Conforme Chayanov (1974, p.312 apud Wanderley (2009, p.142):

Assim, a agricultura, apesar do caráter evidentemente disperso e independente dos pequenos produtores de mercadorias, se transforma em um sistema econômico concentrado em uma série de grandes empresas e através destas, ingressa na esfera controlada pelas formas mais avançadas do capitalismo financeiro.

Nesse caso, Chayanov conclui que independentemente da unidade econômica camponesa esteja integrada na relação de mercado do capitalismo, ela não tende ao desaparecimento. Isso ocorre, pois a unidade de produção familiar está ocupada em reproduzir seus fatores de produção a partir do seu funcionamento interno familiar. Neste sentido, a agricultura camponesa é uma das formas sociais de agricultura familiar uma vez que seu funcionamento rege nas particularidades entre família-produção-trabalho. Entretanto, são diferentes a forma de sociabilidade e a inserção com a sociedade global em relação aos objetivos da unidade econômica face ao capital.

Partindo deste ponto, o conceito de agricultura familiar pode ser entendido conforme Wanderley (2009), como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento familiar, com características específicas da sua estrutura produtiva definido entre propriedade e trabalho.

Nesse aspecto entre agricultura e capitalismo, Henri Mendras (1978) contribui para o entendimento desta relação identificando cinco características das sociedades camponesas francesas, a saber: autonomia relativa em face da sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade caracterizada por relações de interconhecimento; e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global<sup>10</sup>.

Essas características expressam dois objetivos fundamentais na estrutura das sociedades camponesas: a especificidade do desenvolvimento interno de produção e o outro a

---

<sup>10</sup> Mendras formulou essas características para tipificar as sociedades francesas de seu tempo. Ver mais sobre esses tipos ideais em Mendras (1978), Weisheimer (2004 e 2009) e Wanderley (2009).

reprodução do sistema econômico, social e cultural. Conforme Mendras (1978) apud Weisheimer (2013), as relações sociais da “aldeia” são baseadas na reciprocidade, uma sociedade de interconhecimento mútua da coletividade. Porém, o autor destaca que essa relação de reciprocidade, de interconhecimento entre a comunidade, estaria sujeitas ao desaparecimento em frente à sociedade urbana e às relações capitalistas na medida em que o camponês se transforma em agricultor através das relações econômicas capitalistas. Segundo o autor, “o camponês não saberá sobreviver ao desaparecimento da coletividade aldeã e da autocracia familiar” e assim, “o camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é ao mesmo tempo empreiteiro e trabalhador...” (MENDRAS, 1978, p. 15 apud WEISHEIMER, 2013, p.70).

Sobre o campesinato, há estudos relevantes que apontam que esse modo de vida, em situação de precariedade e de dificuldades para implantação de um sistema produtivo diversificado, faz com que o produtor camponês não consiga obter meios para inserção no sistema capitalista. Cândido (1964) definiu esse modo de vida de “níveis mínimos vitais e sociais” como se estivesse a um grau inferior de um grupo de agricultores e que o único meio de reprodução era o próprio modo de vida. Nesse sentido, conforme Mendras (1978), o camponês tradicional não tem propriamente uma profissão. Trata-se de seu próprio modo de vida, que articula suas atividades como de agricultor e que “não é mais o seu próprio mestre, e necessita de um mestre para instruí-lo”. E assim, um modo de vida que resulta da transformação sem ruptura com a forma tradicional de viver e de produzir.

Ricardo Abramovay, em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1998), apresenta como tese a inserção dos agricultores familiares no mercado capitalista que teve como consequência a incorporação dos agricultores familiares mudanças na vida social e no processo produtivo do campesinato. Uma dessas mudanças foi a inserção de meios tecnológicos no processo produtivo. Conforme o autor, essas mudanças não foram suficientes para perder o caráter de organização interna da produção, como a gestão familiar e o processo de trabalho, porém, os laços sociais e a reciprocidade das relações, que moviam e organizavam a sociedade camponesa, foram se perdendo e novas formas de relações foram sendo incorporadas que não podem mais ser pensadas como práticas camponesas. Estabelecendo, assim, as diferenças entre agricultura familiar em relação às sociedades camponesas. Conforme o autor,

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquirem função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços

sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês de organização social”. (ABRAMOVAY, 1998, p.117)

Chayanov (1974 apud WANDERLEY, 2009) e Abramovay (1998) constataram que este processo de integração da agricultura familiar ao mercado impôs mudanças significativas na vida social, econômica e de produção, na medida em que a racionalidade capitalista determinou ritmos nos processos de produção. A sua característica principal de reprodução social da agricultura familiar é baseada universalmente na situação em que a gestão da propriedade e o processo de trabalho se encontram na base de relações de parentesco, ou seja, relações familiares e não assalariada, tendo três características básicas: a gestão, a propriedade e trabalho familiar. Dessa forma, de acordo com a Abramovay (1997, p.03) “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento”.

Neste sentido, Abramovay (1997) destaca que essas três características produção-trabalho-família são eixos centrais para compreender a agricultura familiar. Já que configura o caráter familiar do trabalho agrícola na unidade de produção familiar, centrada no grupo doméstico de trabalho e o consumo que garante a continuidade da sucessão geracional do patrimônio familiar e do modo de vida. Examinam-se a seguir como desencadeou as transformações no debate acadêmico brasileiro sobre agricultura familiar.

### ***2.1.3 Debate brasileiro sobre a agricultura familiar***

A história da sociedade brasileira foi travada, como em qualquer lugar do mundo, sob o antagonismo entre a classe dos latifundiários e as de camponeses. Nos estudos da historiografia brasileira, aponta que esse antagonismo ocorreu de forma inversa do europeu, uma vez que na Europa, como vimos no tópico anterior, a grande propriedade surge e se desenvolve sobre a decadência das pequenas propriedades camponesas. Já no Brasil, a grande propriedade surgiu primeiro e a pequena propriedade surge muito tempo depois com a decadência do latifundiário<sup>11</sup>. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira teve como base a grande propriedade que assumiu um papel importante de desenvolvimento e expansão da produção agrícola para a exportação.

A primeira grande tese sobre “a questão agrária no Brasil” surgiu em meados da década de 1950 até o final da década de 1960 baseadas na historiografia do feudalismo.

---

<sup>11</sup> Conhecer mais sobre esse debate, ver Guimarães (1963) e Queiroz (1973).

Apesar de destituída de fundamentos de historiadores, explicava o surgimento do campesinato a partir do antagonismo entre latifundiários e minifundiários.

Conforme Guimarães (1963, p.46), seria um erro não levar em conta a primeira etapa da “gestação do campesinato”, a qual surge de um longo processo de incorporação aos engenhos de açúcar de uma multidão de trabalhadores livres, mais tarde conhecidos como posseiros ou intrusos<sup>12</sup>. E pela economia política, dada pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, se esboçavam pela aristocracia rural brasileira coerente com seus interesses e com aparato legal do Estado.

Nesse sentido, as relações que se estabeleciam entre essas duas ordens, que se caracterizavam no campo brasileiro, correspondiam à estrutura agrária do país. Estavam baseadas em duas ideias centrais: a primeira através do coronelismo, na qual a primazia das relações era baseada em vínculos clientelistas, que se estabeleciam entre os grandes latifundiários e os trabalhadores livres. De acordo com Guimarães (1963), os grandes senhores lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão-de-obra de reserva. Nesse sentido, as grandes teses apontavam que o trabalho agrícola não gerava lucro, pois não se constituía em mercadoria mas apenas como meio de subsistência. A segunda ideia correspondia que estas atividades de monocultura não eram integradas ao mercado capitalista. Desse modo, a grande tese feudal sobre o campesinato desses estudos recaía para a agricultura de forma que acreditava-se que esse tipo de organização era um empecilho ao desenvolvimento capitalista no Brasil e que para haver um renascimento da produção agrícola só através de uma ruptura desse modo de produção camponesa que represava o crescimento econômico<sup>13</sup>.

A outra tese sobre a questão agrária no Brasil está em “A Revolução Brasileira” (1978) de Caio Prado Júnior que constitui como ponto central o antagonismo de classe do campo como consequência do capitalismo desenvolvido no Brasil, o que expressaria em uma discordância a chamada “tese feudalista”.

Para Prado (1969, 1978), esse antagonismo no campo era traçado por um lado, os grandes latifundiários que forneciam produtos em grande escala para fora do país e que para a consumação dessas produções, exploravam mão-de-obra dos trabalhadores livres que não

---

<sup>12</sup> Os posseiros e intrusos foram os nomes dados aos primeiros camponeses, precursores que enfrentaram o poder dos latifundiários contra o monopólio da terra, que transfigurou a “posse” como categoria central contra o monopólio da terra, a única via de acesso à terra dos trabalhadores livres, os quais muitos pagaram com a própria vida.

<sup>13</sup> Ver Guimarães (1963) e Weisheimer (2009).

possuíam terra e de outro lado, aparecem uma categoria de trabalhadores que não era o latifundiário, nem o trabalhador livre sem terras, que seriam os camponeses, descritos pelo autor como “pequenos produtores”. Conforme Queiroz (1973, p.11), “Caio Prado Jr. foi talvez o primeiro a dar um lugar na paisagem social do meio rural brasileiro a esta camada que não podia ser incluída nem entre os fazendeiros nem entre os trabalhadores sem terra”.

Desse modo, os camponeses se configuravam no quadro social, econômico e político como “pequenos produtores que trabalhavam por conta própria em terras suas ou arrendadas” (PRADO JÚNIOR, 1969, p.15 apud WEISHEIMER, 2009, p.91) que estava voltada “para a produção de gêneros de subsistência para a população” (PRADO JÚNIOR, 1969, p.11 apud WEISHEIMER, 2009, p.91), assim, denotando-se conforme Weisheimer (2009), com um “assalariamento disfarçado” de um proletariado rural. Conforme Lambert (1959, p. 141 apud QUEIROZ, 1963, p.60), “para Jacques Lambert, ao passo que as grandes culturas de exportação cobrem apenas três milhões e meio de hectares, as culturas de víveres ocupam quatorze milhões”.

Conforme Prado (1978) e Lambert (1959), o Brasil é um país predominantemente policultor. As pequenas produções policultoras fornecem alimentos à população e empregam mão de obra. Desta forma, Linhares (1981, p.118) aponta duas ordens de fatores:

- a) O estudo da produção de subsistência na agricultura “colonial” brasileira pode ser avaliado, conforme A situação colonial/mercantil dentro da qual ocupa posição secundária;
- b) Aqueles que lhe são peculiares, com ou sem terra, apoiados no trabalho familiar, embora os relacionando com a agricultura exportadora, com a evolução urbana e as condições internas no campo.

Quanto ao “assalariamento disfarçado”, ou nas palavras de Prado “exploração parcelaria”, aspecto importante no seu pensamento, se dá através das relações sociais de produção que se estabelecem como relações de compra e venda das forças de trabalho pré-capitalista. Tal aspecto é explicado em seu texto:

Com a abolição da escravidão, substituiu-se às relações servis de trabalho, a relação de emprego ou locação de serviços, embora nem sempre o pagamento e a remuneração desses serviços se fizessem em dinheiro, assumindo com frequência formas mistas e mais ou menos complexas, como seja o pagamento *in natura*, concessão de direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência... (PRADO, 1978, p.62)

Nesse aspecto, Prado reforça a crítica da tese do feudalismo de que essas relações de produção não se tratam de relação feudal ou semifeudal as quais existem antes do capitalismo. Diante de uma estrutura social particular de exploração do trabalho, trata-se de

uma forma capitalista de relação de trabalho, “a nossa pareceria assimila-se, assim, antes do salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho, ao menos que se respeita suas implicações socioeconômicas” (PRADO, 1978, p.52). Em outras palavras, há uma forma particular e específica de autonomia de subsistência face as relações de produção do capitalismo.

Nesse sentido, as teses dos debates da questão agrária brasileira, conforme visto apresentam uma preocupação em identificar a categoria analítica do campesinato. Diante do desenvolvimento do capitalismo no país – com um intenso processo de modernização capitalista em que a burguesia industrial, financeira e comercial floresce nas grandes capitais do país –, Prado observa uma tendência ao assalariamento crescente da força de trabalho no campo.

Na década de 1960 e 1970, o debate brasileiro sobre a agricultura é marcado por um deslocamento no termo pequeno produtor e há uma corporação de políticas públicas para modernizar a agricultura no país. Nesse período, se constrói um discurso teórico e político a favor da reforma agrária, ao mesmo tempo, uma reação contrária discute a modernização técnica da agricultura sem reforma agrária que prevalecerá após o golpe militar de 1964.

A prática de políticas públicas e econômicas para a modernização do campo como principal objetivo do Estado caracterizou numa integração da agricultura com a indústria para atender a elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil. Nesse processo, a prática de tecnologias no campo ficou caracterizada pela mudança na técnica de meios de produção agrícola, materializada pelo investimento do Estado em insumos industriais, como fertilizantes, corretivos dos solos, defensivos, sementes melhoradas, entre outros. Além disso, houve o aparato tecnológico para o processo de produção ser mais intenso como, por exemplo, máquinas industriais de diversas funções (colheitadeiras, equipamentos de irrigação, tratores, colheitadeiras e outros implementos).

Este período, por sua vez, ficou conhecido como “idade do ouro”, período do desenvolvimento da agricultura capitalista em integração com o mercado financeiro. Nesse período, aumentou-se os índices da produtividade agrícola, o que resultou em mudanças significativas nas relações sociais e econômicas no campo, enfatizando o Estado. Segundo Weisheimer (2009, p.92), “a necessidade de libertar o camponês das antigas relações pré-capitalistas do trabalho no campo, mas o fez com o enorme êxodo rural” causando consequentemente um inchaço nas grandes metrópoles no país e mudanças estruturais nas relações de produção no campo.

Essas políticas públicas de modernização do campo eram seletivas, e nesse sentido, a noção de *pequeno produtor*, na década de 1980, emergiu duas categorias operacionais (exclusão e inclusão) que definiu os que eram premiados por esses aparatos tecnológicos ou não. Isso ocorreu através de um critério sendo os integrados os agricultores que demarcavam a relação com o capital industrial e com o mercado consumidor. Por sua vez, os agricultores excluídos não possuíam aparatos tecnológicos e sua produção era voltada para fins de subsistência da família, não possuindo vínculo com os pólos agroindustriais. Diante desse quadro de incluídos no mercado financeiro e os excluídos do mesmo, causou um agravamento contínuo a cada dia das dificuldades de vida. Como consequência, intensificou-se revoltas e manifestações dos trabalhadores rurais contra a concentração da propriedade da terra e de políticas públicas seletivas do Estado, principalmente direitos sociais básicos. Ao longo desses conflitos, surgiram os principais grupos de organização do campo: ligas camponesas, CPT (Comissão Pastoral da Terra), ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro), entre outras. Cada uma dessas organizações foi fundamental desempenhando um papel importante para a sindicalização rural. Com objetivo de organizar as massas dos trabalhadores rurais e a relação capital-trabalho, tornou-se a greve e os conflitos a melhor forma de luta a favor dos direitos dos camponeses, contra o grande latifúndio e a favor dos agricultores. Mais tarde, foram reconhecidos como atores políticos e sociais. A seguir as principais características de organizações do campo baseadas em Carter (2010)<sup>14</sup>:

- a) A ULTAB, em 1954, delegou os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Goiás. A ULTAB mais tarde tornou-se a CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura) no ano de 1963, responsável pela extensão do Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo para o campo as Estruturas sindicais corporativistas, e direitos trabalhistas contemplados já algum tempo no meio urbano através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). E, além disso, publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional – Terra Livre – redigido para divulgar as causas dos trabalhadores rurais e mobilizá-los para criar reivindicações às autoridades governamentais e jurídicas.
- b) O PCB foi importante na criação de leis trabalhistas para o homem do campo. Como exemplo, o direito dos trabalhadores terem acesso a um lote de terra para

---

<sup>14</sup> Para uma análise mais detalhada das organizações de luta do campo, ver Carter (2010).

plantio de alimentos para o sustento de sua família. Com a pressão feita as autoridades, no período do governo de João Goulart, conseguiram, no ano de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que tinha como objetivo sistematizar as normas da sindicalização sindical do campo e sustentava entidades de representação dos trabalhadores e proprietários agrícola, como a CONTAG e a CNA (Confederação Nacional Agrícola).

- c) As Ligas Camponesas tinham como principal estratégia de luta dos trabalhadores rurais e camponeses, a ocupação de propriedades e permaneciam no local até segunda ordem, na qual o problema fosse solucionado. Nesse processo de luta, o movimento das Ligas conquistou o fim do cambão e do foro, e os trabalhadores do campo que fossem expulsos injustamente de suas terras tiveram o direito de permanecer nelas ou fossem indenizados pelos latifundiários
- d) A postura da Igreja Católica sobre a questão agrária teve uma importante influência política e social nas décadas de 1940 a 1960. Foi nesse período que se iniciou uma postura da Igreja em evangelizar os operários e os trabalhadores do campo e tomar para si a luta por melhores condições de vida e trabalho dos camponeses e pela reforma agrária. Isso ocorre na medida em que começa a tratar a realidade agrária do país como injustiça e exclusão social<sup>15</sup>. A CPT, ao longo de décadas (1940-1970), atuou no meio rural brasileiro, denunciando as condições de vida dos trabalhadores rurais e camponeses e engrossavam valores presentes como o trabalho em comunidade e a cultura popular presentes em suas práticas cotidianas.

Através dessas organizações, os trabalhadores rurais, camponeses e agricultores se tornaram protagonistas de sua própria história conquistando direitos sociais, econômicos e políticos. Assim, no final dos anos de 1980, emergiu uma retomada de lutas pelo direito a terra, reforma agrária e pelos direitos sociais e trabalhistas, ganhando ênfase à luta das mulheres como produtoras rurais. Foi, no final desse período e no início da década de 90, que o termo “agricultura familiar” foi ganhando legitimidade tanto no campo político quanto no acadêmico, como categoria síntese dos trabalhadores do campo.

O termo “Agricultura Familiar” pode ser explicado por uma intensificação de fatores demográficos, econômicos, sociais e políticos. No campo político, conforme Medeiros (2002b) o termo emerge a partir dos conflitos no campo e dos debates públicos sobre reforma

---

<sup>15</sup> Para uma análise detalhada da postura da Igreja Católica frente pela reforma agrária, ver Carvalho (1985).

agrária e do lugar da agricultura no processo de desenvolvimento nacional através dos movimentos sociais do campo, organizado por sindicatos rurais ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A partir dessas organizações, surgem novas configurações sociais, identidades políticas e a própria definição de agricultores rurais. Ao longo da década de 1990, essas organizações fizeram representações frente à constituição do MERCOSUL, promoviam reuniões anuais para o fortalecimento da luta pela terra e das reivindicações de política pública de Estado para todos. Essas mobilizações ficaram conhecidas como “grito da terra”, promovidas a partir de 1991 pela CONTAG com apoio de outras organizações sociais do campo, como, por exemplo, o MST entre outras. Essas organizações apresentavam como objetivos uma vasta pauta de demandas que serviam de negociação das reivindicações com o Estado, além de buscar apoio da sociedade. O “filho gerado” dessas mobilizações e negociações com o aparato estatal, o mais importante foi a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Foi nesse momento que o Estado legitimou o termo “Agricultura Familiar” e buscou de aumentar a capacidade de produção, gerar empregos e melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares. Nesse sentido, essas mudanças corresponderam alterações em modos de fazer política para o campo e melhoria de vida para os agricultores familiares, ressaltando as possibilidades de novas produções<sup>16</sup>. Com isso, o processo de reconhecimento da agricultura familiar foi regulado pela lei 11.322/06 e a agricultura familiar passou a ser reconhecida como um segmento produtivo e reprodutivo adquirindo o estatuto legal.

No campo acadêmico, uma das pesquisas pioneiras no Brasil dando legitimidade ao termo “agricultura familiar” foi através de um estudo com os estabelecimentos agropecuários brasileiros, realizado por Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco (1989). Nesse estudo, tipificaram os estabelecimentos familiares a partir do critério básico da contratação da força de trabalho externa, ficando os estabelecimentos que utilizavam mão de obra assalariada caracterizados como empresas e não como agricultura familiar. Constataram ainda como resultado que mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil eram realizados através do trabalho familiar na agricultura.

Outra pesquisa marcante e fundamental no âmbito acadêmico que conferiram um estatuto teórico ao conceito de agricultura familiar proporcionando legitimidade e visibilidade social de agricultura familiar foi o estudo comparativo internacional realizado pela equipe

---

<sup>16</sup> Sobre esse debate ver, cf. FAO/INCRA (2000), Abramovay (1992), Medeiros (2002), Veiga (2001), Wanderley (2000), Schneider (2003)

coordenada por Hughes Lamarche (1993) com a participação de sociólogos brasileiros como Anita Brumer, Maria Nazaré Baudel Wanderley, Guislaine Duque e Fernando Antônio Lourenço. Essa pesquisa realizada em cinco países sobre a capacidade de adaptação da agricultura familiar nas esferas econômicas, sociais e políticas, constatou que a agricultura familiar é representada por um modelo original e único de organização social de produção agrícola, referindo a “conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural”, que exerce “um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar”. (LAMARCHE, 1993, p.13 apud WANDERLEY, 2009, p. 166).

Outros importantes estudos pioneiros no Brasil, que legitimaram a categoria de agricultura familiar e despontaram no debate acadêmico a importância do trabalho da família para a organização e reprodução da agricultura familiar, foram dos autores contemporâneos brasileiros José Eli da Veiga (1991) e Ricardo Abramovay (1998). Desses estudos, emergiram definições importantes em suas pesquisas trazendo distinções entre o campesinato e agricultura familiar como objeto sociológico, e, além disso, deixaram o legado que caracterizou o debate acadêmico precedente.

Veiga, em seu trabalho “Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica” (1991), faz uma análise dos estudos rurais contemporâneos articulando o avanço da agricultura em diferentes países de capitalismo avançado e abordando uma definição de agricultor familiar como ator social importante no desenvolvimento econômico desses países. Para Veiga (1991), o trabalho agrícola na unidade de produção familiar se desenvolveu na propriedade familiar a partir de políticas públicas de governo, investimentos em pesquisas, infraestruturas, linhas de crédito e políticas comerciais que equilibravam os preços dos produtos. Essas medidas possibilitaram por meio do processo tecnológico contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar. Enquanto que no Brasil, comparado aos outros países de estudo do autor, precisa de reformas envolvendo a ação estatal no desenvolvimento agrícola. Quanto Abramovay em sua tese “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1998) apresenta uma análise com abordagem diferente de Veiga (1991) sobre os caminhos percorridos pela agricultura em diferentes países demonstrando a resistência e predominância da agricultura familiar em face da agricultura patronal e do capitalismo. Segundo Abramovay (1998), no capitalismo o trabalho agrícola realizado com base em relações familiares e não-salariais se define como agricultura familiar. Nessas perspectivas, as teses dos autores da década de 1990 se encontram com resultados e conclusões semelhantes sobre a agricultura familiar. Conforme Wanderley (1995), no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se

impôs como modelo socialmente reconhecido e estimulado pelas políticas públicas assegurando sua reprodução. Ainda segundo a autora, enquanto a agricultura familiar, nesse contexto, ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado a outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995, p.38).

Neste sentido, a agricultura familiar pode ser definida como uma “categoria genérica” que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e o campesinato corresponde a uma destas formas particulares de agricultura familiar. Tanto o campesinato, quanto a agricultura familiar é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2009, p.156), uma forma única e particular de modo de vida e de processo de produção. Desta forma, os fatores centrais que regem a gestão da propriedade e a produção da agricultura familiar encontram-se sob responsabilidade única da família – entendida como grupo doméstico, simultaneamente, de trabalho e consumo. Elas são as responsáveis pela reprodução geracional do processo de trabalho familiar agrícola e pela transmissão do patrimônio familiar. A seguir, examina-se como esta categoria se forja a partir das articulações entre agricultura familiar e reprodução social.

## **2.2 Gênero e Agricultura no Trabalho Familiar Agrícola**

No campo da pesquisa social, a agricultura familiar vai constituindo-se como uma categoria multidimensional. Traz em si uma crescente diversidade de entendimento sobre o funcionamento interno na unidade de produção familiar agrícola na medida em que é percebida como forma única de manutenção e reprodução do modo de vida social e econômico.

Dessa forma, o presente trabalho norteia o conceito de gênero, segundo Scott (1995), como organizador da esfera doméstica patriarcal. Os arranjos sociais são implícitos a partir do papel social exercido da mulher e do homem no ambiente familiar em que os pais trabalham e as mães executam a maioria das tarefas de criação das crianças e assim, estruturam a organização da família<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup>Estes aspectos do conceito de gênero desenvolvido apenas para o âmbito familiar foram desenvolvidos pelo historiador Chodorow, teórico da linha estruturalista que enfatiza a influência das experiências concretas, o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e as representações do gênero.

Os estudos brasileiros sobre a agricultura familiar que utilizam o conceito de gênero como instrumento de análise ainda é recente como os estudos de Ellen Woortmann, “Herdeiros, Parentes e Compadres” (1995) e o de Maria José Carneiro, “Esposa de Agricultor na França” (1996). Esses estudos trazem em uma análise que vai além das desigualdades de gênero na agricultura familiar, nos fazendo refletir sobre as estratégias e formas para mudar as relações de gênero, de maneira a fomentar a afirmação e reconhecimento das mulheres enquanto agricultoras.

Ellen Woortmann (1995) em sua análise sobre as relações de parentesco entre colonos de origem alemã do Sul do Brasil e entre sitiantes do Nordeste destaca a hierarquia de gêneros que constitui a composição da agricultura familiar. Desde as crenças religiosas até o papel da mulher na estrutura de poder e de transmissão patrilinear da autoridade masculina como chefe da família. Estas relações sociais estruturais são compostas a partir da organização familiar e na sua reprodução.

Conforme Woortmann (1995), as relações sociais vivenciadas na unidade familiar camponesa fundamentam a identidade social constituída pelos membros que reproduz de “geração a geração” pelas relações de parentesco. Refletindo nos papéis sociais por gênero através de uma cultura sistemática, tradicional e dinâmica. Nos dois casos estudados, nesse sentido, conforme a autora, a reprodução camponesa depende da capacidade de adaptação e resistência dos camponeses, “no valor atribuído a família e ao trabalho familiar, e na lealdade à tradição, mas, ao mesmo tempo, na dinâmica conservadora da sua dinâmica social”.

O estudo de Maria José Carneiro (1996) analisa as relações sociais da agricultura da França atual. Destaca logo de início, que as relações familiares não devem ser apenas entendidas como um grupo socialmente estruturado, mas é necessário analisar o conjunto de valores que norteiam e dão sentido às práticas sociais. Nesse sentido, a análise das relações de gênero, conforme a autora contempla dois aspectos “as relações entre os indivíduos e de outro as representações e os valores que dão sentido a essas relações”. Representações as quais atribuem valores diferenciados e hierarquizados tanto nas atividades exercidas dentro da unidade familiar quanto fora dela, reforçando uma subordinação feminina em relação ao masculino. Assim, para Carneiro (1996), o papel da mulher no trabalho familiar agrícola não é o fator determinante da sua posição na família e na sociedade, mas sim a estrutura social vigente tradicional e patriarcal que define as relações sociais hierarquizadas entre os gêneros.

As análises no debate brasileiro sobre gênero na agricultura familiar fundam uma crítica ao modelo patriarcal estabelecido no campo onde se estrutura uma desigualdade nas

relações sociais de gênero na unidade de produção familiar. Tal modelo molda as relações sociais e os espaços que vivem, dando sentido ao futuro dos indivíduos e de suas famílias e conseqüentemente, a desestruturalização da reprodução social e econômica na agricultura familiar.

Nesse contexto, torna-se importante para a agricultura a análise da reprodução social como forma de organização social e manutenção dos valores e ideais da família. Nesse caso, este trabalho analisa diferentes aspectos que envolvem sua construção analítica, regendo uma camada de conceitos polissêmicos que reside em reconhecer a reprodução social e a importância da agricultura familiar e do seu processo de trabalho:

- a) As relações sociais de gênero são construídas socialmente em que a sociedade por razões culturais, sociais, econômicas e políticas atribui papéis diferenciados entre homens e mulheres. Assim, determina como funcionará a divisão sexual do trabalho na composição familiar, culturalmente estabelecida, onde a condição de gênero funciona como mediadora entre o campo material e simbólico. Logo, o processo de trabalho familiar agrícola rege nos espaços sociais dessas relações de gênero, a exemplo, a oposição que se estabelece entre trabalho referente ao homem e ajuda referente à mulher.
- b) As relações sociais de geração são compreendidas aqui como uma transição da herança cultural, material e simbólica de uma para outra geração através de um processo contínuo das condições estruturantes entre as relações sociais, entre sociedade-indivíduo, em que cada geração tem a seu tempo o contato original com a acumulação da herança cultural acumulada.
- c) As relações sociais de produção são entendidas aqui como um processo de trabalho familiar agrícola, tendo como característica fundamental de sua composição interna formada por relações de parentesco e consanguinidade. Portanto, trata-se de um processo de produção e reprodução do trabalho familiar na agricultura. Podendo ser pensados em termos de reprodução da família no ciclo curto (reprodução biológica) e ciclo longo (reprodução geracional) do processo de trabalho familiar agrícola.
- d) As estruturas das relações sociais foram construídas ao longo dos anos através de relações hierárquicas entre as mulheres e os homens no seu conjunto. Através desses aspectos que as teorias de gênero são construídas de modo a analisar uma determinada realidade das dimensões das relações sociais de hierarquização e de

divisão social, assim como as representações e as práticas que as estruturam, modela e remodela, servindo de legitimação dos mecanismos de opressão nos espaços privados e públicos.

Na agricultura familiar, como já vimos, é constituída a partir de um processo singular de produção e reprodução familiar, em que cerne como eixo central a divisão sexual do trabalho característica marcante da diferenciação de gênero que ocorre na agricultura familiar. Conforme Brumer (2004, p.204):

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda' mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Assim, a importância do papel feminino na agricultura, de acordo com Weisheimer (2009), não reside somente no emprego de sua mão de obra produtiva, mas também nas atividades reprodutivas, como por exemplo: alimentação, cuidados com a limpeza da casa e a educação dos filhos. Ambas as atividades, produtivas e reprodutivas, sofrem com baixo reconhecimento e invisibilidade na participação feminina, com baixos salários e até mesmo sem remuneração.

Nesse caso, conforme Marx (1985), esse processo de trabalho ocorre pela junção entre a força produtiva e as relações sociais de produção, composta pelo grupo familiar. Como de acordo com Weisheimer (2009), a força produtiva corresponde aos fatores necessários para a produção, nesse caso, os trabalhadores, os instrumentos de trabalho e os meios de produção. As relações sociais de produção correspondem, portanto, as diferentes funções executadas pelo grupo familiar no processo de produção e na manutenção dos meios de produção. Nesse sentido, pode-se definir agricultura familiar pela relação entre a família, a gestão, a propriedade e o trabalho, compondo de forma ativa três elementos indispensáveis para a sua manutenção: a posse da propriedade, o gerenciamento da unidade de produção familiar e a relação direta com a produção em todas as suas etapas.

Na agricultura familiar, o modelo de produção em que se produz é peculiar pelo fato de ser uma atividade essencialmente familiar, produzindo sua própria existência social. Sendo assim, as condições de produção é simultaneamente a de reprodução social. Como vimos acima, essa lógica de reprodução encontra-se ameaçada na medida em que os jovens formulam seus projetos profissionais, cada vez mais frequente, rompendo com a continuidade da atividade agrícola familiar.

Qualquer que seja a forma social do processo de produção tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica ou ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso todo processo social de

produção, encerrado em suas conexões constantes e no fluxo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. (MARX, p. 985 apud WEISHEIMER, 2009, p. 106).

Na reprodução cotidiana está relacionada de como o grupo familiar se apropria dos meios de produção e do uso da tecnologia, assim como de sua organização, na qual se inclui a divisão do trabalho e as relações sociais estabelecidas entre os membros familiares. Desse processo, reside a importância de estabelecer relações produtivas baseadas na reciprocidade das obrigações familiares e não salariais. Definindo, assim, uma série de divisões estruturadas pela chefia e obedecida pelos mais novos baseadas em obrigações definidas pelas relações de gênero e geração. Nesse sentido, de acordo com Chayanov (1974), esse processo de trabalho familiar agrícola se uniformiza em fases distintas de acordo com a evolução do ciclo demográfico de cada família, alterando ao longo dos anos a relação entre trabalho e consumo.

A divisão sexual no processo de trabalho familiar agrícola geralmente é coordenada pelo homem adulto, chefe da família (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por adquirir o saber agrícola específico. Estabelecendo funções distintas entre os sexos, ao homem cabe exclusivamente desenvolver serviços do roçado (lavar, cortar lenhas, fazer covas, arar, entre outros, além do uso de implementos agrícolas como o trator, o arado). Enquanto as mulheres são ordenadas a elas o trabalho da casa, o cuidado dos filhos, o trato dos animais e o cuidado do quintal, que inclui a horta e o pomar. A posição subordinada pelas mulheres na esfera produtiva é nitidamente notória, pois tem um papel de ajudante no roçado quando estas realizam o mesmo serviço do homem. Alguns aspectos evidenciados pela literatura:

- As tarefas executadas no âmbito produtivo na maioria das vezes são apenas contabilizadas como “ajuda”;
- Seu trabalho na unidade de produção permanece praticamente invisível, sendo os homens na maioria das vezes responsáveis pelo trabalho fora da unidade de produção, como por exemplo, bancos, sindicatos, cooperativas, compras de insumos e compradores;
- Na maioria das vezes, elas não detêm conhecimento tecnológico necessário para administrar a unidade de produção;
- Elas não administram os recursos financeiros originados com a venda da produção.

As mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico no qual, com frequência, são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando têm outra atividade. Nessa esfera, as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao

preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. Elas também tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata, e outros, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos assim obtidos. No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas.

Como resultado, conforme apontado na literatura, as novas gerações, principalmente as mulheres, em sua situação secundária de invisibilidade na unidade de produção familiar, estão formulando seus projetos profissionais fora da agricultura familiar. Essas novas gerações buscam autonomia financeira no trabalho não agrícola ou buscam combinar trabalho assalariado com o trabalho agrícola em tempo parcial, determinando situações de pluriatividade<sup>18</sup>. Percebe-se, nesse sentido, que o reconhecimento dos indivíduos como agricultores é consolidado através das interações intergeracionais. Trata-se de um fator importante para a reprodução social desta categoria, em que a presença dos jovens agricultores e suas disposições em sucederem aos pais assume importância fundamental para a manutenção do processo de reprodução social dos agricultores familiares.

### **2.3. Juventude e Agricultura Familiar**

A juventude é pensada nas Ciências Sociais como uma construção social e cultural, configurada em diversos mecanismos de inserção social e se ajustando em diversas realidades múltiplas. Dessa forma, buscamos analisar nesse trabalho o conceito de juventude baseado na perspectiva de Weisheimer (2005), em que:

- a. A juventude é uma categoria social fundada em representações sociais;
- b. Os jovens são sujeitos históricos;
- c. A transição juvenil;
- d. A condição juvenil é uma posição subordinada na hierarquia social;
- e. A situação juvenil corresponde às diversas configurações assumidas pela condição juvenil.

---

<sup>18</sup>Utiliza-se o termo como vem sendo empregado por Couto Filho (2007), que analisa a pluriatividade como um meio em que os membros das famílias de agricultores buscam atividades não agrícolas em tempo parcial em busca de uma renda complementar (COUTO, Filho, 2007, p.49)

Assim, a categoria juventude é compreendida pelas representações sociais que remetem a ideia de um estado de transição que ocorre à incorporação de uma série de papéis sociais, funções atribuídas através da socialização e da própria condição de jovem. Nesse caso, a própria condição juvenil se dá através de especificidades e representações próprias, vividas individualmente ou na socialização em grupo que pertencem a uma faixa etária.

A ideia central para este autor é que a juventude está numa “situação de passagem” para uma vida adulta. Nesse período transitório, a condição juvenil é marcada pela oposição a estabilidade da fase adulta, o que implica uma relativa insegurança e subalternidade e instabilidade social da condição de juventude.

Outro ponto recorrente para o entendimento da condição juvenil é a demarcação de critérios cronológicos. Esta pode ser entendida como unidade social relacionada a critérios etários, sendo esta, uma imposição de sentido que demarca quem é incluído e quem é excluído da categoria. Dessa forma, mesmo sendo uma questão arbitrária para a vida social, há uma importância dessa medição etária para o entendimento de diferentes situações de geração. Conforme Weisheimer (2009, p.85),

Compreender como as faixas etárias são socialmente constituídas e como podem constituir-se em parâmetros para posicionar os sujeitos num espaço de relações sociais. Desse modo, o que está em disputa é a noção de estratificação etária associada à atribuição de papéis sociais específica, implicando em certa escala de posição na hierarquia social.

Nesse sentido, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p.112). Dessa forma, ninguém é velho ou jovem senão quando é reconhecido como tal e vice-versa. É nesta perspectiva relacional que constitui aqui a compreensão fundamental das dinâmicas das diferentes gerações.

O que caracteriza a conexão geracional no processo histórico, conforme Mannheim (1982), não é apenas ter nascido em uma mesma época, ser jovem ou velho nesse mesmo período, mas sim, a potencialidade da possibilidade de presenciar e vivenciar os mesmos acontecimentos. Colocando-os em conjunto de experiências semelhantes em uma mesma posição geracional comum, logo implicando em semelhante situação dessas experiências. Isto é, somente esta posição que cada geração ocupa num dado espaço e tempo social e histórico, ressalta Mannheim (1982), contribui para gerar uma forma específica de viver e pensar a partir de um acúmulo de experiências comuns coletivas e a possibilidade de adquiri-las pelos indivíduos.

Assim, as relações sociais, que conferem sentido e especificidade ao jovem agricultor, ocorrem através do processo de socialização e dos valores materiais e simbólicos do universo

familiar que se estrutura a partir do processo de trabalho. São estas relações trabalho-socialização-família que dão sentido as ideias, representações e na construção da identidade desses sujeitos.

Neste estudo, conforme Stropasolas (2006), sucessão geracional é o processo de transferência de poder e do patrimônio entre as gerações, ou seja, a retirada das gerações mais idosas e o estabelecimento da mais jovem, no âmbito da produção agrícola familiar. A continuidade das atividades agrícolas familiar sempre aconteceu de forma natural e gradual de filhos sucedendo os pais. No entanto, as estatísticas mostram que nos últimos anos este processo vem se rompendo a uma série de elementos e transformações que impactaram diretamente e indiretamente a agricultura familiar, assim contribuindo para a migração do jovem agricultor para as cidades. Nesse sentido, de acordo com Stropasolas (2006), de maneira geral constatam-se os principais conflitos intergeracionais:

1. No modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família;
2. Na dificuldade dos pais em aceitar novas ideias e inovações dos (as) filhos(as);
3. Na falta de possibilidade de o jovem desenvolver uma atividade produtiva autônoma na propriedade familiar;
4. Na pouca participação dos (as) jovens (as) nas tomadas de decisões da unidade familiar;
5. Na falta de autonomia financeira dos jovens, agravando principalmente, das jovens.

O momento de transferência da unidade produtiva ocorre de forma lenta e gradual, que varia conforme a organização de cada família. Nesse sentido, de acordo com Abramovay (2001), ao se tratar da questão de sucessão geracional, existem três fatores que a prepondera: a transferência do patrimônio, a continuidade da atividade profissional e a saída da geração paterna da chefia. Sendo a transferência da unidade produtiva e a sucessão profissional momentos relevantes no processo de sucessão geracional de agricultores familiares e a perpetuação da agricultura familiar. Uma vez que, segundo Weisheimer (2005), dificilmente alguém sem a socialização familiar agrícola se tornaria um agricultor, a continuidade da agricultura familiar ou sua reprodução social é marcada pela sucessão profissional a qual depende da permanência de um ou mais filhos (as) na unidade de produção familiar.

A reprodução social na agricultura familiar é baseada praticamente na reprodução cotidiana (em curto prazo) e na reprodução geracional (em longo prazo). Conforme Almeida (1986), a reprodução de curto prazo é aquela destinada a manutenção relacionada ao conhecimento tradicional do trabalho e da atividade produtiva direcionado ao consumo

familiar e para repor o reinício do processo produtivo. Já a reprodução em longo prazo compreende ao ciclo geracional na perspectiva da perpetuação da família, principalmente através do casamento e da herança, articulado a um projeto para o futuro voltado para a sucessão dos filhos (as). Nessa perspectiva, a sucessão implica uma socialização na atividade iniciada ainda na infância que, em grande maioria, ocorre na prática. Ou seja, a profissão de agricultor é passada de pai para filhos de maneira “endógena” na medida em que esses conhecimentos são passados de uma geração para a outra, no próprio ambiente familiar de produção.

Esse processo sucessório profissional se efetua gradativamente na transição do sucessor e sua preparação para assumi-la:

A passagem das responsabilidades sobre a gestão da propriedade dá-se num processo de transição em que os pais, gradativamente, vão passando as tarefas de gestão da propriedade como a abertura de conta bancária própria ou conjunta, bloco de produtor, responsabilidade de gerir os negócios até a passagem completa do gerenciamento da propriedade. (ABRAMOVAY, 2001, p.72).

Um dos principais fatores apontados que dificulta a realização da sucessão é a transição demográfica que nos últimos anos vem atingindo a população rural. Segundo Champagne (1986 apud ANJOS & BRUMMER, 2008), através do alargamento e estreitamento do espaço social e com a difusão dos automóveis e dos meios tecnológicos, produziu-se um maior estreitamento com o urbano. Com o maior nível de desenvolvimento, esse processo se dá de forma intensa, introduzindo, aos jovens, novas referências aos estudos, ao trabalho, ao lazer, consumo e modo de vida diferente dos vivenciados pelas gerações anteriores do seu lugar de pertencimento. E assim, não querem mais reproduzir a profissão dos pais.

Logo, o dilema apontado pelos estudiosos dessa temática, é que, cada vez mais frequente, a reprodução se dá no nível individual em que cada indivíduo atende a seus interesses profissionais, quer ir ao encontro dos interesses coletivos, da família ou não. Assim, podendo haver uma desestabilização da perpetuação da agricultura familiar, uma vez que o que caracteriza a manutenção da cultura é a passagem ininterrupta do processo cultural de geração em geração.

No processo de trabalho da agricultura familiar, as relações de produção se dão através de obrigações familiares hierarquizadas tendo como principal objetivo a reprodução social de ciclo curto, como a reprodução biológica e de subsistência imediata, e a reprodução social de ciclo longo (da reprodução geracional). A vida cotidiana é expressa sempre por uma hierarquia espontânea determinada pelo tempo, sociedade, trabalho e pelo lugar do indivíduo

na sociedade. Nesse sentido, o processo de trabalho constrói aos jovens agricultores um espaço de transmissão do saber, de valores e construção de papéis, e também constrói relações sociais de gênero e geração<sup>19</sup>.

A perspectiva adotada neste tópico, assim como no decorrer deste capítulo, partiu do pressuposto que para explicar as formas de socialização na agricultura familiar, ou seja, a categoria teórica da agricultura familiar e sua sobrevivência na sociedade contemporânea é preciso entendê-la a partir do processo de acumulação do capital e suas transformações. O objetivo foi realizar uma revisão teórica sobre a agricultura familiar e o processo de reprodução social (divisão do trabalho, gênero e geração) na agricultura familiar a fim de organizar a fundamentação teórica que sustenta o objeto de investigação deste trabalho.

Diante das relações de trabalho-família-produção, será analisada, na sequência, como este processo de socialização do trabalho familiar é caracterizado e vivenciado pelos jovens agricultores (as) e suas famílias no Território de Irecê-Ba, apresentamos na sequência o capítulo 3.

---

<sup>19</sup> Estas relações envolvem imposição de hierarquias sociais, relações de dominação e poder, sempre no sentido da dominação do mais velho em relação ao mais novo. Ver uma análise mais detalhada em Woortmann (1997).

### **3 O PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA**

Este capítulo apresenta as principais características da agricultura familiar do Território de Irecê no que se refere às condições de realização do processo de trabalho familiar. Para isso, recorreremos às informações primárias construídas no âmbito de parceria entre NEDET do Território de Irecê e o NEAF<sup>20</sup>, que nos auxiliam no debate sobre o processo de trabalho familiar agrícola para a reprodução social da agricultura familiar.

#### **3.1 Caracterização dos jovens na unidade de produção familiar no território de Irecê-BA**

O processo de trabalho na agricultura ocorre pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção onde o agricultor (a) é responsável pela estratégia de produção. Este processo não produz apenas os meios de vida física e imediata, mas acima de tudo a sua própria reprodução social.

Dessa forma, a socialização no trabalho é o elemento central para a continuação da agricultura familiar e está organizada, conforme Weisheimer (2009), pela divisão social do trabalho baseada pelas relações de gênero e geração e por faixa etária. Neste sentido, os jovens agricultores familiares deste estudo estão integrados ao trabalho na unidade de produção familiar como força plena desde a infância, um saber que é transmitido pelo próprio trabalho de geração a geração. A esta socialização se estabelece pelo saber prático e simbólico e todo um conjunto de elementos responsáveis pela construção da identidade social dos sujeitos envolvidos e dos seus projetos profissionais.

Diante desses aspectos, este tópico tem como objetivo a caracterização da unidade de produção familiar (UPF), momento em que podem ser identificadas a participação dos jovens

---

<sup>20</sup> O NEDET e o NEAF foram as duas parcerias para a realização da pesquisa empírica de duas dissertações que tiveram como campo de estudo a agricultura familiar do Território de Irecê, em que nesse trabalho está a luz do banco de dados dessas dissertações. A primeira intitulada: Desenvolvimento rural na Bahia: análise da contribuição das políticas para a agricultura familiar no Território de Irecê-BA da autora Juliany Mota (2015), a qual teve como foco discutir as políticas públicas em comum de fortalecimento da agricultura familiar do Território de Irecê. Para isto foi aplicado junto aos agricultores familiares, questionário padronizado e fichas sintéticas para apuração dos dados, em que puderam concluir que a PNAE é a política que mais contribuiu para o crescimento da agricultura familiar do Território de Irecê-BA. E a outra dissertação intitulada Caracterização do processo de trabalho familiar agrícola no Território de Irecê-Ba, do sociólogo César Damasceno (2016), em que utilizou o mesmo banco de dados da pesquisa empírica da dissertação anterior, com o objetivo de caracterizar os processos sociais dos agricultores familiares desenvolvido nas unidades de produção familiares. Como resultado concluiu que o processo de trabalho familiar agrícola do Território de Irecê, sem relações de assalariamento para o resultado dos trabalhos. E que esses processos de trabalho ocorrem sob baixas condições materiais.

na divisão do trabalho familiar agrícola e como eles constroem e reproduzem o modo de vida familiar. Para isso, analisam-se as condições materiais (condição fundiária, renda e produção); composição da família e condição de trabalho dos jovens agricultores familiares do Território de Irecê.

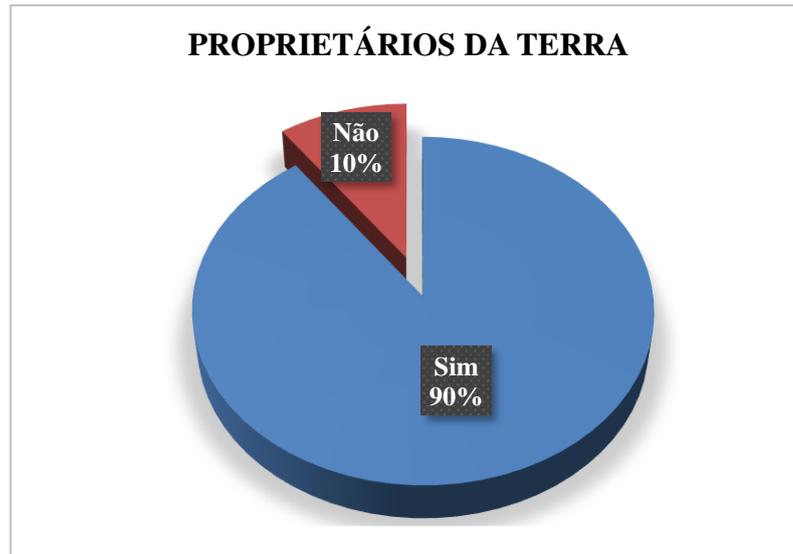
### **3.2 Condições Materiais dos Jovens Agricultores na UPF**

A unidade de produção familiar é percebida como um espaço social que estrutura a existência dos jovens agricultores familiares, ressaltando a importância de compreender que as condições de reprodução do trabalho familiar agrícola são geradas através do processo produtivo familiar. Dessa forma, é fundamental analisar a participação dos jovens no trabalho familiar agrícola, suas condições materiais através das características econômicas da unidade de produção familiar. Como forma de caracterizar as UPFs, analisou-se a condição fundiária, com as seguintes informações: 1) Condição legal de produtor; 2) Tamanho da área da UPF; 3) Formas de como foram obtidas a propriedade; 4) Formas de uso das terras; 5) Modelo de produção; 6) Produtos produzidos na UPF; 7) Destino final da produção.

No segundo momento são analisadas as rendas obtidas, recorrendo à análise comparativa segundo a condição de gênero dos entrevistados. Assim, utilizaram-se as seguintes variáveis: 8) Origem das rendas na UPF; 9) Rendas total na UPF; 10) Rendas total na UPF por gênero; 11) Renda agrícola; e 12) Renda agrícola por gênero,

#### ***3.2.1 Condição Fundiária das UPFs***

Considerando a condição de uso da terra, foi perguntado ao agricultor se a sua família era produtora legal das terras? As respostas demonstram que a maioria dos entrevistados (90%) são membros de famílias proprietária das terras, e apenas (10%) do total dos entrevistados afirmam não possuir propriedade das terras (Gráfico 02).



**Gráfico 2 - Condição de Proprietário da Terra**

**Fonte:** Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Esse índice não demonstra um resultado satisfatório quando comparado ao tamanho da propriedade das terras pelas famílias. Segundo os dados do Censo Agropecuário (2006), há no Território de Irecê uma grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários agricultores não familiares. Os 3.804 estabelecimentos de agricultura não familiar correspondem a 54,4% total do Território de Irecê. Enquanto que a agricultura familiar, com 41.011 estabelecimentos, corresponde a apenas 45,5% do Território, conforme a tabela 01 abaixo.

**Tabela 1 - Estabelecimento por Grupo e Área Ocupada no Território de Irecê-BA no ano de 2006**

Tipo de Estabelecimento	Estabelecimentos		Área Ocupada	
	N.	%	N. (Ha)	%
Agricultura Familiar	41.011	91,5	550.551	45,5
Agricultura Não Familiar	3.804	8,5	657.266	54,4
<b>Total</b>	<b>44.815</b>	<b>100</b>	<b>1.207.827</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censo Agropecuário, 2006.

Seguindo-se ainda os dados do gráfico anterior, identificamos o tamanho da área da propriedade fundiária familiar. Na Tabela 02, apresenta a distribuição de respostas a seguinte questão: “Qual é o tamanho da propriedade?”. Verifica-se que 44,65% têm propriedades de 10 tarefas, 21,38% entre 10 e 20 tarefas, somente 12,26% possui entre 20 e 30 tarefas. Com mais de 30 até 40 tarefas somam 5,66% dos entrevistados, 6,29% entre 40 e 50 tarefas de terra, entre 60 e 100 tarefas de terra com 3,46% de terra, e acima de 100 tarefas, uma pequena minoria correspondendo a 3,14%.

**Tabela 2 - Área Total das Unidades de Produção Familiar no Território de Irecê - BA em 2015**

<b>Tamanho da Propriedade</b>	<b>%</b>
Até 10 tarefas	44,65
Mais que 10 até 20 tarefas	21,38
Mais que 20 até 30 tarefas	12,26
Mais que 30 até 40 tarefas	5,66
Mais que 40 até 50 tarefas	6,29
Mais que 50 até 60 tarefas	3,14
Mais que 60 até 100 tarefas	3,46
Acima de 100 tarefas	3,14
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Buscou-se saber também qual a origem destas propriedades (Tabela 03), com a seguinte questão: “Como foram obtidas as terras?”. Verifica-se que o principal meio de acesso à propriedade fundiária pela família dos entrevistados foi à transmissão do patrimônio por herança com 42,19%, seguido de compra de terceiros com 25,25%. Outros 14,29% afirmaram que as propriedades foram obtidas através de compra de parentes, e outros 8,97% parte por herança e parte por compras. Por último, estão às formas de obtenção por doação com 5,32% e através de programas de reforma agrária com a propriedade da terra via assentamento, com 3,65%.

**Tabela 3 - Formas de obtenção das terras das Unidades de Produção Familiar do Território do Irecê - BA no ano de 2015**

<b>Origem das Terras</b>	<b>%</b>
Herança	42,19
Compras de terceiros	25,25
Compra de parentes	14,29
Herança e compra	8,97
Doação	5,32
Assentamento	3,65
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Banco de dados: CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2016

Na Tabela 04, evidenciam-se as respostas dos entrevistados sobre “Qual a forma de uso da terra?”. Como é possível identificar na tabela 04, 88,35% responderam que a principal

forma de uso da terra é por meio da posse, sendo essa o tipo mais expressivo de uso da terra no Território de Irecê pelos agricultores familiares. Seguida da situação de parceria correspondendo a 5,50%; comodatário, 2,27%; meeiros, 1,29%. As outras formas de uso familiar da terra expressam abaixo de 1%.

**Tabela 4 - Formas de Uso da Terra nas Unidades de Produção Familiar do Território de Irecê - BA no ano de 2015**

<b>Formas de Uso da Terra</b>	<b>%</b>
Posse	88,35
Parceria	5,50
Comodatário	2,27
Meeiro	1,29
Arrendatário	0,97
Em processo	0,65
Chácara ou inquilino	0,32
Assentamento coletivo	0,32
Cedida	0,32
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Os dados sobre a condição fundiária presumem que a maioria das famílias dos jovens agricultores familiares adquiriu as terras pela condição de posse, sendo que a maioria dessas famílias possui até 10 tarefas de terras. Dados que revelam uma grande concentração de terras nas mãos de poucos produtores no Território de Irecê-Ba.

### **3.2.2 Composição das Rendas das UPFs**

A composição da renda familiar é um dos principais meios de sobrevivência do ser humano. Dessa forma, sobre o provimento da origem da renda das UPFs, foram analisadas as seguintes variáveis: 1) Origem da renda; 2) Renda total mensal; 3) Renda total mensal por gênero; 4) Renda agrícola; e 5) Renda agrícola por gênero.

Conforme a origem das rendas da família, os dados revelam, na Tabela 05 que 92,71% dos entrevistados afirmam que a renda familiar é provida pela renda agrícola da unidade de produção familiar. Seguida como parte da composição da renda que os entrevistados possuem e não menos importante com 66,98% o recurso bolsa família, seguro

safra com 50,62%, rendas pluriativas do trabalho na agricultura e fora da agricultura com 28,16% e aposentadoria com 26,28%.

**Tabela 5 - Origem das Rendas nas Unidades de Produção Familiar no Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<b>Origem da Renda</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Renda agrícola	92,71	7,29
Artesanato	4,79	95,21
Bolsa família	66,98	33,02
Produtos da UPF	19,00	81,00
Aposentadoria	26,28	73,72
Rendas pluriativas	28,16	71,84

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Em relação às rendas mensais da família nas UPFs com base no salário mínimo do ano de 2015, 20,25% dos entrevistados apontaram que a sua família tem uma renda mensal em torno de 394 reais; o maior número de entrevistados, 34,05%, afirma que a sua família recebe mensalmente entre 394 reais até 788 reais; 7,36% afirmam ter uma renda mensal de 788 reais. Entre 788 reais e 2.364 reais, um número até expressivo do total dos entrevistados, 33,44%, afirmam ser sua renda mensal. Diante desses dados, demonstra que a renda mensal é baixa das famílias dos agricultores e agricultoras familiares do Território de Irecê com 61,66% do total das famílias recebem até 788 reais, valor equivalente a um salário mínimo do ano de 2015.

**Tabela 6 - Renda total mensal das Unidades de Produção Familiar no Território de Irecê-Ba no ano de 2015**

<b>Renda Total Mensal</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulado</b>
Até R\$ 394,00	20,25	20,25
Entre R\$ 394,00 e R\$ 788,00	34,05	54,30
Exatamente R\$ 788,00	7,36	61,66
Entre R\$ 788,00 e 2.364,00	33,44	95,10
Entre R\$ 2.364,00 e R\$ 3.940,00	3,07	98,17
Acima de 3.940,00	1,83	100,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Quanto à contribuição mensal entre homens e mulheres, estão analisadas na Tabela 07, com as seguintes características apontadas pelo banco de dados: com até 394 reais, apontou maior incidência das mulheres com 26,67% e os homens, 13,66%; Entre 394 reais e 788 reais, o percentual feminino (35,76%) também foi maior que o masculino (32,30%), dado que representa que a família com até um salário mínimo tem as mulheres como chefes de família. Quando ultrapassa a renda mensal mais de um salário mínimo, percebe-se que os homens são detentores de maior participação da renda mensal familiar, como no item “um salário até 2.364 reais”, o homem com 5,59% e as mulheres com 0,61%. E acima de 3.940 reais, as mulheres não possuem esse salário e apenas 3,73% dos homens possuem essa renda mensal. Resultado que demonstra uma grande desigualdade de gênero no campo.

**Tabela 7 - Renda mensal das Unidades de Produção Familiar por gênero no Território de Irecê-Ba no ano de 2015**

Renda Mensal	Gênero	
	Masculino (%)	Feminino (%)
Até R\$ 394,00	13,66	26,67
Entre R\$ 394,00 e R\$ 788,00	32,30	30,05
Exatamente R\$ 788,00	8,70	7,36
Entre R\$ 788,00 e 2.364,00	36,02	30,91
Entre R\$ 2.364,00 e R\$ 3.940,00	5,59	0,61
Acima de 3.940,00	3,73	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Sobre o resultado da renda agrícola nas UPFs em relação a última colheita ou safra, a qual representa o resultado do trabalho familiar agrícola, nota-se no resultado da Tabela 08 que 57,19% dos entrevistados adquiriram uma renda de até 1.000 reais da colheita da safra. Trata-se de um volume de renda extremamente baixo comparado ao número de integrantes da família envolvidos nesse processo de trabalho e tempo dedicado dos membros da família para essa produção, entre outros fatores. Com os rendimentos de 1.000 reais até 3.000 reais, consta que apenas 20,31% dos entrevistados adquiriram esse rendimento, e que 10% dos entrevistados somaram um rendimento entre 3 mil reais a 5 reais em relação a última safra.

Seguido de um número ainda bem menor de famílias de agricultores e agricultoras que obtiveram uma renda de 5 mil a 10 mil reais foram 6,88% dos entrevistados. Afunilando ainda mais, apenas 2,19% dos entrevistados afirmaram que tiveram uma renda entre 10 mil reais a 20 mil reais, e acima de 20 mil reais em rendimentos pela última safra foram 3,44% dos entrevistados.

**Tabela 8 - Renda agrícola da última safra no Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<b>Renda Agrícola da Última Safra</b>	<b>%</b>
Até R\$ 1.000,00	57,19
Entre R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00	20,31
Entre R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00	10,00
Entre R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00	6,88
Entre R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00	2,19
Acima de R\$ 20.000,00	3,44
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Em comparação com a condição de gênero, verifica-se que a renda agrícola obtida até mil reais, as mulheres acessam em maior quantidade com 76,10%. Enquanto que os homens, 38,51%. Entre a renda de mil reais a 3 mil reais, percebe-se que tanto os homens quanto as mulheres caem de desempenho de rendimentos. Nessa faixa de renda, o percentual de mulheres (13,84%) é bem menor ainda comparado com o rendimento masculino (26,71%). Ainda assim, é um baixo percentual para ambos. À medida que o rendimento aumenta, diminui o percentual feminino mesmo em comparação com a dos homens. Com a renda agrícola na faixa entre 5 mil reais a 10 mil reais, há apenas 4,40% das mulheres, enquanto há 9,32% dos homens na mesma faixa. Na faixa de rendimento entre 10 mil reais a 20 mil reais, as mulheres não possuem rendimento neste valor e apenas 4,35% dos homens possuem entre esses valores. E acima de 20 mil reais consta um percentual feminino de 0,63% e os homens 6,63%. Todos os dados podem ser conferidos na Tabela 09.

**Tabela 9 - Renda agrícola da última safra das Unidades de Produção Familiar por gênero do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

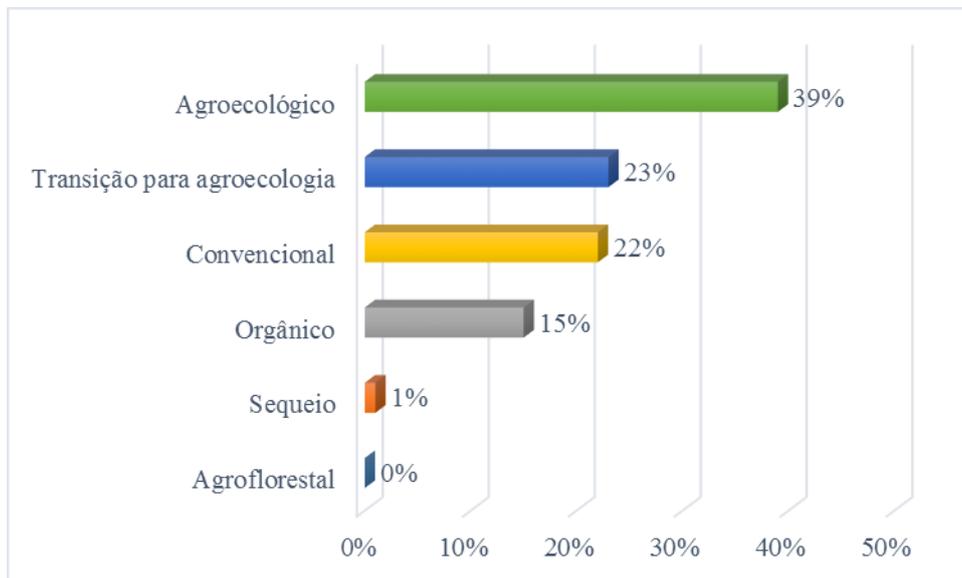
Renda Agrícola da Última Safra	Gênero	
	Masculino (%)	Feminino (%)
Até R\$ 1.000,00	38,51	76,10
Entre R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00	26,71	13,84
Entre R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00	14,91	5,03
Entre R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00	9,32	4,40
Entre R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00	4,35	0,00
Acima de R\$ 20.000,00	6,21	0,63
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Os dados sobre as rendas na UPF do Território de Irecê-Ba revelam que a maioria das famílias possui uma renda equivalente de até um salário mínimo provida em sua maior parte pela produção agrícola familiar, o que comprova um baixo rendimento mensal que desencadeia em uma baixa autonomia material dos jovens agricultores familiares. Essa situação revela ainda um menor rendimento feminino em comparação com o masculino, assim, agravando a situação das jovens mulheres.

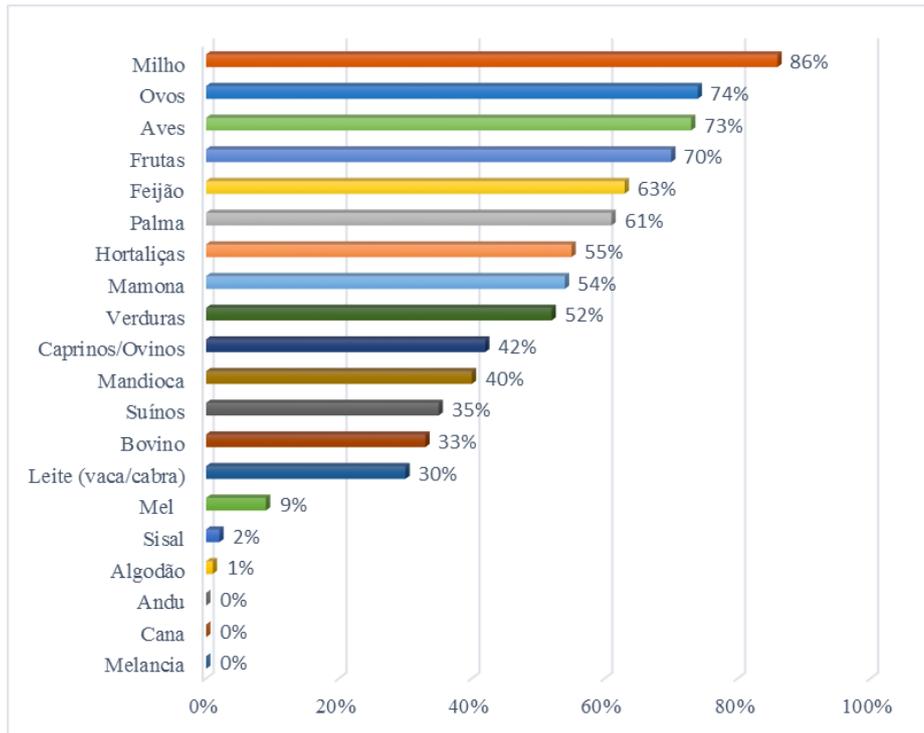
### **3.2.3 Produção Agrícola das UPFs**

No que se refere ao “Modelo produzido na produção” (Gráfico 03), revela que 39% dos entrevistados afirmam produzir de forma ecológica. Trata-se de um dado importante e expressivo que foge do modelo tradicional conservador e que vem ganhando força nas formas de produção das novas gerações. Esse fato que impõe uma nova pesquisa sobre a forma atuante expressiva da Agroecologia no Território de Irecê e a sua importância para a preservação da natureza, o qual surge uma nova categoria de agricultores familiares agroecológicos. Esses dados apontaram uma transição para a agroecologia (23%), seguida do convencional (22%), o orgânico (15%) e o sequeiro com apenas (1%) e nenhum entrevistado utiliza o modelo agroflorestal na unidade de produção familiar.



**Gráfico 3 - Modelo de produção desenvolvido nas UPFs no Território de Irecê-BA no ano de 2015**  
 Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

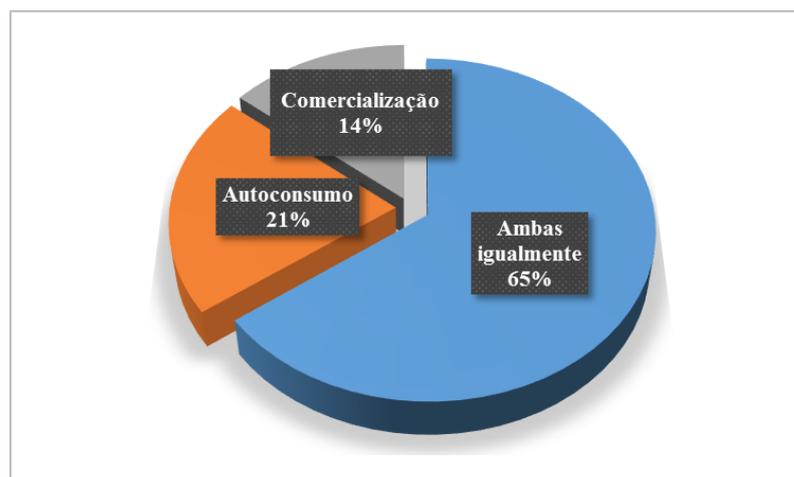
Para entender um pouco mais sobre o trabalho na unidade produtiva, foram perguntados sobre os produtos produzidos nas UPFs, constatando (Gráfico 04), em escala decrescente, que o principal produto produzido pelos agricultores é o milho abrangendo (86%) da produção nas UPFs. Seguida de ovos, 74%, aves com 73% e frutas, 70%. O quinto principal produto produzido nas UPFs mesmo com a estiagem é o feijão, 63%, seguida de mamona com 54% e mandioca, 40%.



**Gráfico 4 - Produtos produzidos nas UPFs no Território de Irecê-BA no ano de 2015**

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015.

Conforme vimos no gráfico anterior, a produção nas unidades familiares é bastante diversificada produzindo mais de um produto na sua UPF. Como pode ser observado no Gráfico 05, sobre o destino final dos produtos, verifica-se que 65% dos entrevistados afirmam que o produto final é destinado de forma igualitária para consumo e comercialização, 21% dos agricultores familiares afirmam produzir só para o autoconsumo e apenas 13% para a comercialização.



**Gráfico 5 - Destino final dos produtos das UPFs no Território de Irecê-BA no ano de 2015**

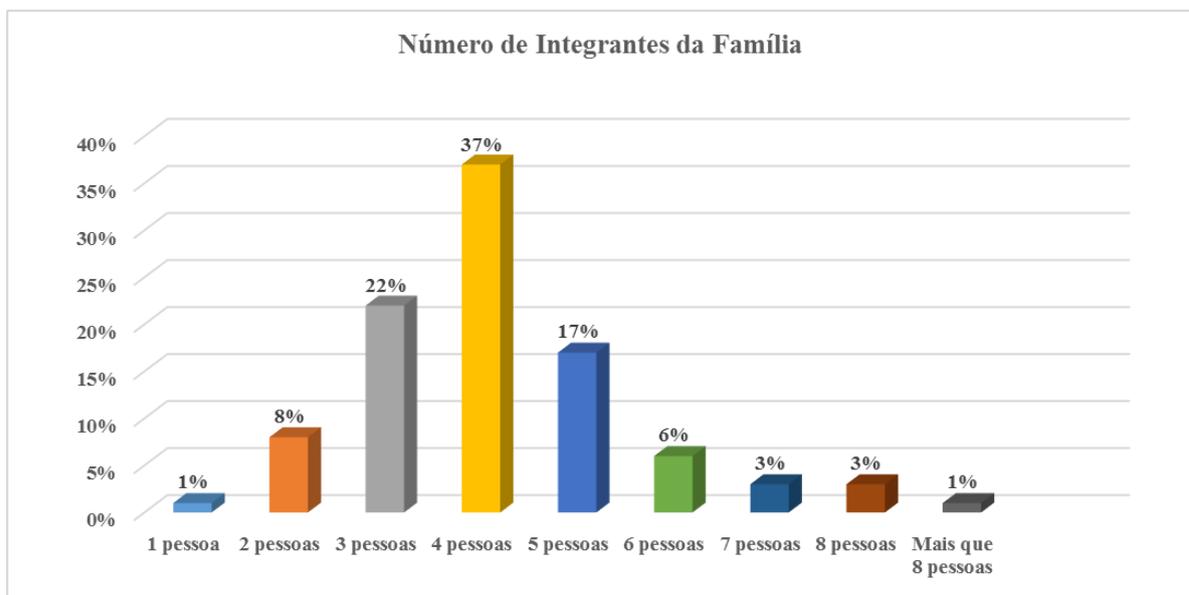
Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Como vimos, a partir dos dados sobre o destino final da produção, constatou-se que 65% dos entrevistados afirmaram que os produtos da unidade de produção familiar são igualmente para consumo e comercialização e que apenas 14% do total dos entrevistados afirmam que os produtos produzidos na UPF são somente para consumo. Revelando que o trabalho agrícola na unidade de produção familiar é o maior responsável pela produção e reprodução da agricultura familiar no Território de Irecê.

### 3.3 Composição da família dos jovens na UPF

Conforme o banco de dados quantitativos da pesquisa maior<sup>21</sup>, ao entrevistar 330 famílias de agricultores e agricultoras familiares, foi possível realizar um levantamento do perfil de como essas famílias vivem e reproduzem o processo de trabalho nas unidades de produção familiar (UPF).

A inserção desses jovens no universo do trabalho agrícola familiar acontece desde muito cedo e para entendermos como é organizado o processo de trabalho familiar agrícola, apresenta-se quantitativamente a composição da família, utilizando as seguintes variáveis: 1) Número de pessoas residentes na UPF; 2) Divisão por gênero; 3) Divisão por faixa etária; 4) Nível de escolaridade; 5) Cruzamento escolaridade e gênero; 6) Cruzamento escolaridade e faixa etária.



**Gráfico 6 - Número de pessoas residentes por Unidade de Produção Familiar no Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<sup>21</sup> Conforme dito na metodologia, a parte quantitativa deste trabalho foi extraída de um banco de dados de uma pesquisa maior, intitulada Desenvolvimento Rural na Bahia: Análise da contribuição das políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Território de Irecê, realizada em 2015.

Fonte: Banco de dados do CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Com relação ao número de pessoas residentes na unidade de produção familiar agrícola (Gráfico 06), observou-se que 37% das famílias entrevistadas são compostas por 4 (quatro) pessoas, 22% possuem 3 (três), 17% com 5 (cinco), 8% com 2 (duas), 6% com 6 (seis) e 3% com 7 (sete) ou 8 (oito) pessoas e apenas 1% com mais de 8 integrantes ou com apenas 1 pessoa na família. Dados que identificam uma nova configuração em relação a taxa de natalidade, e portanto, uma redução do número de filhos por família se compararmos as famílias tradicionais de décadas anteriores que possuíam um elevado número de integrantes familiar.

Em relação a divisão por gênero no número de pessoas na família revelou (Tabela 10) uma maior quantidade de homens (54,86%) do que de mulheres (45,14%).

**Tabela 10 - Percentual de residentes por gênero nas UPFs do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<b>Gênero</b>	<b>%</b>
Masculino	54,86
Feminino	45,14

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Com relação ao nível de escolaridade (Tabela 11), foi possível identificar que 11,29% não são escolarizados; 35,86% possuem fundamental incompleto e 12,39% completaram o ensino fundamental. No nível médio, 19,8% estão com os estudos completos e 14,59% informou que estão incompletos. No nível técnico e formação do nível superior, os resultados ainda são mais alarmantes. Essa situação expressa uma preocupação enorme em relação à educação formal, na medida em que a falta de uma educação formal inviabiliza maiores oportunidades de vida e anseios e luta por autonomia desses sujeitos, revelando fatores estruturais sociais de exclusão do campo.

**Tabela 11 - Escolaridade dos residentes das Unidades de Produção Familiar do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<b>Escolaridade</b>	<b>%</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>%</b>
Não escolarizado	11,29	Médio completo	14,59
Fundamental incompleto	35,86	Técnico incompleto	0,60
Fundamental completo	12,39	Técnico completo	0,90
Médio incompleto	19,80	Outros	6,60

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Cruzando os dados de gênero e escolaridade (Tabela 12), as mulheres apresentam um melhor desempenho nos níveis escolares do que os homens. Por exemplo, 24,28% das mulheres concluíram o ensino médio e 6,40%, concluíram ou estão cursando nível superior ou pós-graduação. Já os homens, 1,66% concluíram o curso técnico e nenhuma das entrevistadas concluiu esse nível de escolaridade.

**Tabela 12 - Escolaridade por gênero dos residentes nas Unidades de Produção Familiar do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

Escolaridade	Gênero	
	Masculino (%)	Feminino (%)
Não escolarizado	12,92	9,27
Fundamental incompleto	38,75	32,89
Fundamental completo	12,92	11,92
Médio incompleto	14,39	14,79
Médio completo	15,13	24,28
Técnico incompleto	0,74	0,44
Técnico completo	1,66	0,00
Outros	3,50	6,40

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

Ao analisar a faixa etária (Tabela 13), revela-se que na composição familiar há um número relevante de dependentes dos pais: de 0 a 10 anos corresponde a 19,87% e jovens adolescentes com 11 a 20 anos, 21,58%. Isso representa mais de 40% dos membros familiares. Seguindo uma ordem geracional crescente, jovens de 21 a 30 anos corresponde a 17,99% e adultos entre 31 e 40 anos representam 13,43% do total dos membros familiares. Continuando a ordem geracional, percebe-se que vai diminuindo o número de familiares com a faixa etária maiores de 50 anos de idade. Pessoas com 41 a 50 anos correspondem a 7,52%; de 51 a 60 anos a 15,13% e acima de 60 anos, apenas 4,48%.

**Tabela 13 - Faixa etária dos residentes das Unidades de Produção Familiar no Território de Irecê-Ba no ano de 2015**

Escolaridade	%	Escolaridade	%
0 a 10 anos	19,87	41 a 50 anos	7,52
11 a 20 anos	21,58	51 a 60 anos	15,13
21 a 30 anos	17,99	Mais de 60 anos	4,48
31 a 40 anos	13,43		

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015.

Articulando a questão de gênero e faixa etária dos membros da família nas UPFs (Tabela 14), revela que 64,32% os membros do sexo masculino são jovens e 35,68% são adultos. Já entre os membros do sexo feminino, 61,57% são jovens e 38,43%, adultas. Ao comparar os gêneros, nota-se que o percentual de homens jovens é maior que o percentual de mulheres jovens e em contrapartida, o percentual de mulheres adultas é maior que do que dos homens adultos.

**Tabela 14 - Faixa etária por gênero dos membros das Unidades de Produção Familiar do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

Faixa Etária	Gênero	
	Masculino (%)	Feminino (%)
Jovem	64,32	61,57
Adulto	35,58	38,43
<b>Total Geral</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015.

Em relação à composição familiar nas UPFs, é possível afirmar que a maioria das famílias é formada por até quatro integrantes: pai, mãe e filhos. Podemos identificar também que o nível de escolaridade entre os membros das famílias ainda é baixo com discrepâncias entre os gêneros. Enquanto que 35,86% dos entrevistados homens não completaram o ensino fundamental, 24,28% das mulheres concluíram o ensino médio e 6,40%, concluíram ou estão cursando nível superior/pós-graduação. Entretanto, ainda há altos percentuais de não escolarizados tanto entre os homens (12,92%) e como também entre as mulheres (9,27%).

### 3.4 Caracterização do trabalho nas UPFs

Neste tópico, apresentam-se as relações de trabalho na unidade de produção familiar sendo esse trabalho compreendido por suas especificidades: ser realizado exclusivamente pelos membros familiares; não haver relações de assalariamento, ser uma unidade de produção e consumo ao mesmo tempo.

A divisão social do trabalho na unidade de produção familiar é dividida pela esfera doméstica e pela esfera de produção. Além do trabalho pluriativo que se concentra nas atividades realizadas fora da unidade de produção familiar e que gera trabalho e renda, há também as atividades escolares e as atividades de sociabilidade que se concentram em outras relações do dia-a-dia dos jovens agricultores e de suas famílias.

Dessa forma, para entendermos melhor o desenvolvimento das relações de socialização do trabalho, analisou-se a participação dos jovens no processo de trabalho na UPF de acordo com as seguintes variáveis: 01) Tempo dedicado ao trabalho na UPF; 02) Tempo dedicado ao trabalho na UPF por gênero; 03) Tempo dedicado ao trabalho na UPF por geração.

Para compreender a participação dos jovens agricultores familiares é importante entender o tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola dos membros da família e a participação dos jovens no acesso a renda fundiária, ou seja, ao acesso dos jovens a renda agrícola familiar e a renda pluriativa adquirida através de atividades fora da unidade de produção familiar.

Dessa forma, a Tabela 11 traz os dados referentes ao tempo dedicado ao trabalho na UPF. Os dados mostram que a maioria (51,53%) dos entrevistados dedica tempo integral (6 dias) no trabalho familiar agrícola, seguido do trabalho parcial (4 a 5 dias) com 23,00% dos entrevistados, 19,33% afirmam trabalhar em tempo parcial de (2 a 3 dias) e 6,14% trabalha apenas (1 dia) no trabalho familiar agrícola.

**Tabela 15 - Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola nas Unidades de Produção Familiar do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<b>Tempo dedicado</b>	<b>%</b>	<b>Tempo dedicado</b>	<b>%</b>
Tempo integral (6 dias/semana)	51,53	Parcial (2 a 3 dias/semana)	19,33
Parcial (4 a 5 dias/semana)	23,00	Parcial (1 dia/semana)	6,14

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2016

Para entender como é dividido o trabalho familiar agrícola, fez-se o cruzamento da variável “tempo dedicado ao trabalho” por gênero. Os dados da Tabela 16 demonstram que os a maioria (65,43%) dos homens se dedicam em tempo integral (6 dias) ao trabalho na unidade produtiva, enquanto que apenas 7,80% das mulheres se dedicam integralmente.

Dessa forma, a maioria das mulheres dedica-se apenas parcialmente ao trabalho agrícola, sendo que 25% dedicam 4 a 5 dias, 26,83% dedicam-se 2 a 3 dias e 5,49% dedicam apenas 1 dia ao trabalho agrícola. Já os homens, 20,99% trabalham 4 a 5 dias por semana, 11,73% trabalham o equivalente a 2 ou 3 dias e apenas 0,62% se dedicam apenas 1 dia da semana para o trabalho agrícola.

Em resumo, os dados demonstram que a maioria dos homens se dedicam integralmente no trabalho familiar agrícola e a maioria das mulheres se dedicam ao trabalho familiar agrícola de 2 a 5 dias por semana.

**Tabela 16 - Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola nas Unidades de Produção Familiar do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<b>Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola</b>	<b>Gênero</b>	
	<b>Masculino (%)</b>	<b>Feminino (%)</b>
Tempo integral (6 dias/semana)	65,43	37,80
Parcial (4 a 5 dias/semana)	20,99	25,00
Parcial (2 a 3 dias/semana)	11,73	26,83
Parcial (1 dia/semana)	1,85	10,37

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015

A sucessão geracional no trabalho familiar agrícola depende da inserção dos jovens no trabalho familiar agrícola responsável pela reprodução desse modo de vida. Dada a importância da análise do tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola por geração, fez-se o cruzamento da variável “tempo dedicado de trabalho” por geração. Conforme a Tabela 17, a maioria (51,97%) dos adultos trabalham em tempo integral (6 dias), assim como 45,45% dos jovens. Esses dados demonstram uma realidade esperada em que a maioria dos jovens dividem o seu tempo diário com outras atividades, como a escola e outras relações de sociabilidade diárias. Nesse sentido, 27,27% dos jovens trabalham 4 a 5 dias por semana, 22,73% dedicam 2 a 3 dias ao trabalho agrícola. Já os adultos, 22,70% trabalham 4 a 5 dias e 19,08% trabalham de 2 a 3 dias.

**Tabela 17 - Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola por geração nas Unidades de Produção Familiar do Território de Irecê-BA no ano de 2015**

<b>Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola</b>	<b>Faixa Etária</b>	
	<b>Jovem (%)</b>	<b>Adulto (%)</b>
Tempo integral (6 dias/semana)	45,45	51,97
Parcial (4 a 5 dias/semana)	27,27	22,70
Parcial (2 a 3 dias/semana)	22,73	19,08
Parcial (1 dia/semana)	4,55	2,96

Fonte: Banco de dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB, 2015.

Assim, é possível perceber que o processo de divisão de trabalho na unidade de produção familiar é baseado em dois aspectos fundamentais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, em

benefício de todos, havendo uma necessária junção entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo, que para garantir a reprodução do processo de trabalho familiar agrícola, se constrói através do processo de socialização do sujeito, situação em que propicia devido à manutenção das obrigações na esfera da reprodução. Desta forma, possibilitando a reprodução social desta categoria com a identificação dos jovens agricultores familiares como sujeitos históricos e singulares.

Essa breve caracterização revela as condições de vida e trabalho dos jovens agricultores e agricultoras no interior das suas unidades produtivas familiares. Dessas relações resultam práticas sociais e representações particulares a respeito do espaço, do tempo e da sociabilidade do trabalho e da família. São essas especificidades que definem esses espaços de vida e trabalho do (a) jovem agricultor (a) familiar que serão analisadas no próximo capítulo.

#### **4. OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E PROJETOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES**

Neste capítulo, são analisados os processos de socialização e de sociabilidade dos jovens agricultores familiares do Território de Irecê, e como essa agência socializadora influencia a construção dos projetos profissionais de permanência ou de saída da agricultura familiar, apontando as diferenciações de socialização destes jovens a partir de critérios e análise das relações sociais de gênero. Buscando, deste modo, confirmar que a principal forma de socialização e sociabilidade está voltada em torno dos processos de trabalho familiar agrícola, para isto, avaliou-se a intensidade da inserção juvenil e sua participação na divisão do trabalho familiar agrícola.

Sobre as formas de sociabilidade juvenil, analisam-se as atividades de lazer e a frequência com eles as realizam. O que norteia os projetos profissionais destes jovens foi analisado como eles avaliam o modo de vida de seus pais, o grau de escolaridade, incluindo a frequência escolar e a percepção destes jovens sobre a escola. Porém, antes de expor os resultados da pesquisa, apresenta-se uma breve revisão teórica sobre os processos de socialização e projetos profissionais.

##### **4.1 Socialização e Projetos Profissionais**

A socialização é o processo através do qual os indivíduos são preparados para participar de sistemas sociais a partir do momento em que nascem, na qual são estruturados na internalização de valores e normas sociais coletivas. De modo geral, a socialização é um processo de vida inteira que ocorre à medida que as pessoas adquirem novos papéis sociais e se ajustam à perda de outros mais antigos. Como por exemplo, o rito de passagem da juventude para a idade adulta há uma cobrança para que os indivíduos se tornem mais independentes.

A referência pioneira clássica sobre o conceito de socialização é fundamentada por Émile Durkheim em sua obra Educação e Sociologia (1922). Nessa obra, ele afirma que a educação é a constatação da principal forma de socialização das novas gerações na medida em que é através dos sistemas educativos que a reprodução social é condicionada mediante o processo de aprendizado das regras e normas sociais efetuado pela sociedade no indivíduo.

Isso ocorre a fim de assegurar as condições físicas, morais e intelectuais exigidas para a perpetuação de determinadas sociedades. Ainda conforme Durkheim, o indivíduo ao nascer já encontra um conjunto de instituições, de ideias morais e religiosas, normas jurídicas e sociais estabelecidas que regulem as relações sociais, ou seja, é o fato social coletivamente produzido, que ultrapassa a escolha individual.

Uma vez que os indivíduos são formados pela sociedade através da educação e de todos os processos coletivos de socialização, o indivíduo se torna membro da sociedade. Conforme Berger & Luckmann (1991) existem dois tipos de socialização como rito de passagem obrigatória: a socialização primária e a socialização secundária.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e a socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade". (BERGER & LUCKMANN, 1991, p. 175).

Nesse sentido, o homem não nasce pronto e acabado, mas são moldados pelos meios sociais em que vivem, através da família, da comunidade e das instituições e de todos os processos coletivos de socialização. Segundo os autores Berger e Luckmann (1991), a socialização primária é definida pelo primeiro contato da criança assim que nasce pautada por toda a infância, sendo o principal responsável a família que transmite valores e normas de convivência em grupo. A socialização secundária é caracterizada conforme tudo que acontece após a infância, no qual os indivíduos experienciam novas convivências sociais e apossam novos papéis sociais.

Nesse sentido, é necessária uma análise com cautela do caso dos jovens agricultores familiares e da realidade objetiva em que se encontra tendo em vista que a socialização primária e secundária se estabelece no âmbito do trabalho familiar agrícola. Nesse contexto, a família pode ser pensada como agente socializadora da junção entre a socialização primária e secundária. Conforme Weisheimer (2009, p.167):

A família e o trabalho se tornam uma única agência socializadora para os jovens agricultores familiares, devido a socialização se estabelecer pelo próprio processo de trabalho, se caracteriza como uma socialização profissional e como reprodução da diferenciação dos papéis sociais de gênero. E as outras formas de socialização, como a escola, os grupos pares, a participação na comunidade se estabelece como agências de socializações concorrentes.

Embora essa socialização primária e secundária se definirem como um momento só uma vez que a situação de trabalho se inicia na infância e perdura na idade adulta– “mundo adulto” –, isso acontece de forma parcial. Isso porque, mesmo se os jovens trabalharem como adultos, eles permanecem subordinados a autoridade dos pais na atividade produtiva, o que configura a sua condição juvenil.

Dessa forma, a socialização dos jovens agricultores na unidade de produção familiar é definida como uma socialização antecipatória<sup>22</sup>, na medida em que, como de acordo com Weisheimer (2009), o trabalho na unidade de produção familiar trata-se de um treinamento que tem como finalidade prepará-los para que no futuro se tornem agricultores independentes.

Da perspectiva do indivíduo, o poder da socialização de moldar os sentimentos, pensamentos e comportamentos das pessoas têm suas controvérsias. Embora, os indivíduos sejam socializados até certo ponto para participar da vida social, há uma variação na maneira como isso acontece e nos resultados que produz. Essa variação se deve a dois fatores: o primeiro é devido às múltiplas experiências que os indivíduos vivem ao longo da vida, na família, na escola, no trabalho, na comunidade; e o segundo é que mesmo em todas as experiências, os sujeitos não são passivos e desempenham um papel importante em sua própria socialização, podendo ser, portanto, atender a favor do coletivo ou não, mesmo sofrendo de várias maneiras às pressões e influências sociais.

Isso ocorre, pelo fato, que a socialização não é completa, principalmente porque as experiências vividas pelos indivíduos da realidade objetiva são apreendidas de formas diferentes na consciência individual dos sujeitos. Desta forma, os jovens agricultores familiares, mesmo vivenciando o mesmo processo de trabalho agrícola familiar, participando dos mesmos grupos sociais e institucionais da comunidade, projetam expectativas de futuro diferentes. Isso se dá principalmente pela questão dos papéis sociais de gênero no qual, a socialização profissional é exercida de forma diferenciada entre o homem e a mulher na unidade de produção familiar, refletindo diretamente na construção dos projetos individuais de curto e médio prazo.

Essa perspectiva coloca a socialização profissional como estruturada pela hierarquia social no trabalho familiar agrícola e pelas relações sociais de gênero. Weisheimer (2009), afirma que a diferenciação das relações sociais de gênero no trabalho familiar tende a ser usada como justificativa das desigualdades que é reproduzida culturalmente, distinguindo posições e papéis entre jovens de ambos os sexos.

Nesse sentido, Tepicht (1973) analisa que a força de trabalho entre o homem e a mulher se distingue e se complementa como “forças marginais e forças plenas”, em que os jovens homens conferem sentido o seu trabalho na unidade de produção familiar como “força plena” e as jovens mulheres conferem sentido o seu trabalho na unidade de produção familiar como uma “ajuda”, ou “forças marginais”, apenas pelo fato de serem jovens e mulheres.

---

<sup>22</sup> Conforme o Dicionário de Sociologia (1997), a socialização é antecipatória quando diz respeito a um papel que a pessoa que está sendo socializada representará em alguma ocasião no futuro.

Nessa linha de análise, a antropóloga Woortmann (1995) realizou uma pesquisa comparando as práticas de agricultores do sul aos do nordeste brasileiro. Nessa pesquisa, observou que as “forças marginais” se referiam ao trabalho feminino na unidade de produção familiar, como o trabalho doméstico (casa e filhos), cuidar horta e dos animais, atividades de complementaridades entre o roçado e a casa, e as “forças plenas” se referiam ao trabalho exclusivamente da produção agrícola familiar, correspondendo exclusivamente a um papel realizado pelo homem. Dessa forma, conforme Weisheimer (2009), o trabalho da mulher é desvalorizado culturalmente quando considerado um trabalho leve e como “ajuda”, reforçando a invisibilidade social da participação dos jovens e principalmente das jovens mulheres no trabalho familiar agrícola.

Esta análise sobre a socialização profissional e de gênero nos leva a considerar que os jovens agricultores familiares reproduzem as relações sociais atribuindo papéis diferenciados entre os homens e as mulheres, vinculando aos jovens homens às atividades agrícolas e as jovens mulheres as atividades domésticas, ambos como “ajuda” aos pais. Desse modo, a participação no processo de trabalho familiar agrícola é a principal forma de socialização dos jovens agricultores familiares, como um dispositivo, de fato, na construção da identidade e na formulação dos projetos individuais profissionais destes jovens.

A construção do projeto profissional reflete nas imagens profissionais que os jovens agricultores reservam para si, os tipos de grupos profissionais e os respectivos recursos a que aspiram. Em outras palavras, trata-se de uma inserção profissional em médio prazo, na medida em que permitem a objetivação das representações dos jovens sobre suas possibilidades futuras de permanência na atividade agrícola, ou em caso contrário, converter-se a outra profissão.

Esses projetos são influenciados, em diferentes graus, pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades de produção familiar das quais os jovens entrevistados fazem parte. Esses projetos indicam como os jovens lidam com os papéis que desempenham na atividade agrícola e as posições que ocupam na família e em suas estratégias de reprodução familiar agrícola. Contudo, a estrutura objetiva desta reprodução não se limita as formas de acesso à propriedade fundiária, mas ao acesso efetivo dos jovens aos recursos materiais que possibilitem a eles ter alguma autonomia material para tomarem suas próprias decisões e acessarem os resultados dos seus esforços produtivos. Diante do contexto de desigualdade das relações de gênero na unidade familiar, os estudos até então analisados indicam que os projetos profissionais são mais frequentes e amplos pelas jovens mulheres, e que os projetos

profissionais com permanência na agricultura são mais frequentes entre os jovens homens do que entre as jovens mulheres.

Essa tendência reflete pela relação desigual no processo de socialização do trabalho e pela socialização de gênero no trabalho familiar. O que veremos na análise refletida e baseada pelas próprias “falas” dos jovens agricultores familiares do Território de Irecê sobre a sua participação no trabalho familiar agrícola, sobre a profissão de agricultor e às suas inclinações futura a elas, sobre o modo de vida de seus pais e sobre a construção dos projetos individuais e profissionais a curto, médio e médio prazo.

#### **4.2 A Inserção dos Jovens na Divisão do Trabalho Familiar Agrícola**

A inserção dos jovens no trabalho agrícola familiar é “naturalizado” pelo fato do roçado ser extensão da casa, conjugando, assim, “família-trabalho” como condição inexorável por eles nascerem em uma família de agricultores familiares. Dessa forma, os depoimentos dos jovens agricultores familiares dos quatro grupos revelam que esses jovens começaram na infância a trabalhar nas atividades agrícolas da família.

No grupo das jovens mulheres que querem permanecer na agricultura familiar, os depoimentos revelam que começaram a trabalhar na infância por volta dos 7 anos de idade, conforme a fala de uma das participantes desse grupo: *“eu nasci dentro da roça já, desde os 7 anos”* (Raquel, 27 anos). O grupo das jovens mulheres que não querem permanecer na agricultura familiar informaram que começaram a trabalhar junto com os seus pais por volta dos 14 anos de idade. Um fato curioso é que uma das entrevistadas, Glauciene (21 anos), informou que começou a trabalhar na agricultura familiar com 18 anos de idade. É um fato atípico no universo de trabalho familiar agrícola a inserção tardia no trabalho de jovens na UPF. No caso dos jovens homens, dos dois grupos estudados, a maioria informou que a inserção do trabalho na UPF com os seus pais iniciou-se na infância por volta dos 7 aos 11 anos de idade.

O que se percebe entre os grupos é que a inserção no trabalho dos jovens agricultores familiares começa na infância por estar inserida em um contexto em que a unidade de trabalho familiar é ao mesmo tempo uma de unidade de consumo e de produção. Percebe-se ainda que nesse universo, o trabalho é realizado exclusivamente pelos integrantes da família na UPF entre as gerações presentes, sem assalariamento e com intensas jornadas de trabalho diárias.

Os jovens foram questionados sobre quantos dias semanalmente e horas diárias eles trabalham e se dedicam a atividade produtiva na unidade de produção familiar. No grupo das jovens que não querem permanecer, a maioria respondeu que trabalham parcialmente com 2 a 3 jornadas por semana, geralmente restrita ao período da manhã quando trabalham por volta de 2h a 4h dentro da UPF, conforme informou uma das participantes: *“A gente trabalha de 2 a 3 vezes por semana e só parte da manhã porque pela tarde a gente estuda e trabalho por volta de 2 horas e meia e no fim de semana não trabalho”* (Vilma, 29 anos).

O grupo das jovens mulheres que querem permanecer na agricultura familiar informou que trabalham todos os dias da semana e também nos fins de semana, conforme a fala de uma das participantes, *“todo dia, nós mesmo quando liga é a semana toda até nos fins de semana”* (Érica, 15 anos), complementada por outra participante:

*“Na época da seca mesmo a gente trabalha mais, quebrando mamona, trabalhando nas irrigações, ganhar um trocado para alimentar a família que quando a gente plantava e colhia era bom, agora a gente ta enfrentando a pior seca de todos os tempos, aí ficou mais difícil”* (Geralda, 27 anos).

Essas jovens agricultoras relatam que trabalham cotidianamente na propriedade familiar e também em outras propriedades agrícolas familiares, segundo elas, para complementar a renda familiar, principalmente em períodos de prolongada estiagem. Tal situação é bem recorrente no semiárido nordestino. Outro fato importante revelado nos depoimentos do grupo das jovens que não querem permanecer na agricultura é que a maioria das jovens concilia a atividade agrícola familiar com atividade escolar o que limita a sua participação em 2 ou 3 dias de trabalho na semana. Em contrapartida, há uma participação mais intensa por parte das jovens que querem permanecer na agricultura com trabalho parcial (4 e 5 dias) e prolongado aos fins de semana, principalmente na época da seca quando é necessário o trabalho pluriativo para complementar a renda familiar. No caso do semiárido baiano, o período de chuva anual se concentra em um período de 3 meses de agosto a outubro. É nesse período que intensifica as atividades pluriativas das jovens em atividades agrícolas em outras propriedades familiares, principalmente com o trabalho de quebra de mamona, milho e nos plantios de irrigações.

No caso dos jovens homens do grupo que querem permanecer na agricultura familiar, a maioria predominante relatou que trabalham todos os dias, de domingo a domingo e nos dias intensos trabalham de 6 a 7 horas/dia e nos dias mais tranquilos, trabalham em torno de 4h diárias. Segue a fala que resume bem as respostas do grupo: *“Domingo a domingo, aí tem dia*

*que trabalho mais outro trabalho menos*” (Edicelmo, 21 anos). Já o grupo dos jovens que não querem permanecer na agricultura informou que trabalham normalmente a semana toda com jornada de trabalho “meia diária” (4 horas) e nos fins de semana só trabalham no período de plantar e colheita e nos períodos das estiagens, conforme o depoimento de um dos participantes: *“Tem dia que eu trabalho de 6 a 7 horas por dia e tem dia que eu trabalho umas 4 horas por dia meia diária”*(Caio, 20 anos), complementado por outro participante: *“Moça, depende, no tempo de plantar e colher a gente trabalha muito, mas fora dessa época uma 4 horas por dia, e na época das estiagens a gente trabalha nos finais de semana também”*(Luciano, 17 anos).

Dessa forma, ao comparar as respostas das jovens e dos jovens agricultores(as), observa-se que os homens trabalham mais na atividade agrícola em tempo integral e por um período semanal maior do que as mulheres. Sendo a jornada de trabalho familiar agrícola dos homens no mínimo 4 horas diárias e das mulheres no máximo 4 horas diárias na atividade agrícola. Outro fator importante é que na região do semiárido em que vivem esses jovens, a estiagem é prolongada e nesse período, os jovens procuram alternativas de trabalho fora da UPF como uma necessidade para complementar a renda da família.

Diante da pergunta “Você trabalha em outra atividade além da atividade agrícola familiar?”, as respostas das jovens que querem permanecer na agricultura foram bastante unificadas. Nos depoimentos informaram que trabalham apenas na roça, algumas com atividades agrícolas fora da UPF e outras afirmaram que trabalham somente na unidade produtiva familiar, conforme o depoimento de Carla (25 anos): *“Não, só na agricultura mesmo e por essas roças aí”*. No grupo das jovens mulheres que não querem permanecer na agricultura familiar, a maioria informou que também só trabalham em atividades agrícolas, conforme a afirmação de Glauciene (21 anos): *“trabalho não, só trabalho na roça, em casa e sou mãe de família e cuidado da casa”*. Entre essas jovens, o trabalho doméstico temporário também aparece como alternativa fora da agricultura familiar, como revela Nara (18 anos): *“Trabalho sim! Trabalho dando faxina em algumas casas na cidade”*.

Entre os jovens agricultores do grupo que não querem permanecer na agricultura familiar predomina amplamente a ocupação no trabalho familiar agrícola, contudo também a cominação dessas com outras atividades se fazem presente como revela Caio (20 anos): *“Trabalho na agricultura familiar com os meus pais e trabalho em atividade comercial aqui mesmo no povoado”*. O grupo de jovens que querem permanecer na agricultura familiar todos afirmaram que somente trabalham na roça da UPF ou em outras propriedades.

Percebe-se que os jovens de ambos os sexos apresentam uma elevada participação no trabalho familiar agrícola, considerando a jornada diária de trabalho e a dedicação em tempo parcial e integral exclusiva na UPF. As diferenças de intensidade nas dinâmicas das atividades agrícolas acarretam por vários fatores, como a atribuição de papéis sociais distintos e a divisão sexual e etária no processo de trabalho nas unidades produtivas.

Desse modo, as respostas dos jovens e das jovens apontam uma maior participação dos homens na atividade agrícola e uma menor participação das mulheres na atividade agrícola. Ressaltando que não foi considerado o tempo dedicado das mulheres às atividades domésticas, as quais corresponderiam conforme discutido acima, como uma atividade “leve”, de “ajuda”, “forças marginais”. Trata-se de uma expressão cultural e histórica do trabalho feminino na unidade de produção familiar. O trabalho pluriativo fora da agricultura familiar aparece somente nos grupos das jovens e dos jovens que não querem permanecer na agricultura familiar, o que configura numa tendência desse grupo a inclinação de um projeto de saída da agricultura familiar.

#### ***4.2.1 A visão dos jovens sobre a Agricultura Familiar: Um reconhecimento e uma prática?***

Neste tópico, propomo-nos uma aproximação em relação ao que eles pensam sobre o trabalho familiar agrícola e o reconhecimento como uma profissão digna. A socialização no trabalho familiar agrícola é um processo socialmente construído de imposição de papéis sociais em que determina a posição dos indivíduos na família em relação ao trabalho e à propriedade. Dessa forma, perguntamos para os jovens se eles se reconheciam como um agricultor ou agricultora e porque eles se reconheciam como agricultores(as).

Do grupo das jovens que não querem permanecer na agricultura familiar, todas as jovens responderam que se reconhecem como agricultoras pelo motivo de sempre trabalhar com os pais na unidade de produção familiar e por esse trabalho ser o sustento familiar, conforme o depoimento de Nara (18 anos): “*porque a gente trabalha desde muito cedo ajudando os nossos pais na roça*” e de Vilma (29 anos) que complementa: “*E a gente planta o nosso próprio sustento*”. No grupo das jovens que querem permanecer na agricultura, também se reconhecem como agricultoras agroecológicas, o que configura uma nova categoria social de jovens agricultoras familiares, conforme o depoimento de Débora (16 anos): “*a gente é agricultora com base agroecológica, todas aqui trabalham com o processo de agroecologia*”.

Diante dos depoimentos das jovens dos dois grupos, chama atenção o reconhecimento do seu trabalho como “ajuda”, o que denota o trabalho dessas jovens como um trabalho auxiliar em relação ao trabalho “pleno” dos adultos configurando a posição ocupada por elas na unidade de produção familiar. E o surgimento de uma nova categoria social, “jovens agricultoras familiares agroecológicas” configura uma expressão nova e positiva do fazer agrícola.

Em relação ao grupo de jovens homens que querem permanecer na agricultura familiar as respostas foram positivas ao reconhecimento de ser um jovem agricultor. Para sintetizar todas as afirmações, segue a fala de Elias (21 anos): *“Sim, a gente nasceu e criou na roça e a gente se adaptou e é bom né, que lá na roça é onde a gente tira o nosso sustento familiar”*. O grupo de jovens que não querem permanecer na agricultura familiar também se reconhece como agricultor familiar, conforme o depoimento do participante Luciano (17 anos): *“Sim! A gente trabalha desde pequeno na roça”*.

Os depoimentos dos jovens homens sobre o reconhecimento como agricultor revelam uma positividade do seu trabalho como agricultor, assim como o das jovens mulheres, fato importante para a reprodução geracional da agricultura familiar.

Quanto a pergunta “Agricultor é uma profissão?” Os depoimentos dos quatro grupos de jovens que querem permanecer e os que não querem permanecer revelaram que a agricultor é uma profissão positiva. Abaixo alguns depoimentos sobre as respostas dessa pergunta:

*“Claro que sim e é uma profissão importante tanto quanto as outras”*.(Vilma, 29 anos, participante do grupo que não querem permanecer)

*“É tudo depende de nós, o povo da cidade come o que a gente planta, se a gente não plantar vai faltar alimento pra nós e pro povo da cidade”*.(Marquione, 22 anos, participante do grupo que querem permanecer)

*“Pra mim é uma profissão sim. É a nossa essência, né, nascemos e vivemos da roça”*.(Érica, 15 anos, participante do grupo que querem permanecer)

*“Sim, é de onde a gente tira o nosso sustento. O que a gente consegue é com a agricultura, assim tudo que entra pra dentro da cidade vem da agricultura”*.(Daniel, 19 anos, participante do grupo que não querem permanecer)

Conforme as respostas dos entrevistados(as), se torna possível afirmar que há uma conscientização por parte dos jovens e das jovens agricultores (as) familiares da importância do seu trabalho como uma fonte de sobrevivência familiar e também para o abastecimento de alimentos para a sociedade. E reconhecem a importância que isso acarreta quanto profissão, que ainda nos dias de hoje é pouco valorizada pela sociedade, principalmente pelos grandes centros urbanos que veem o rural como atraso de lugar e de vida<sup>23</sup>. E também demonstra que as possibilidades de reprodução do trabalho familiar e o engajamento da geração presente e futura como agricultor e agricultora como profissão ainda permanecem na construção dos projetos individuais e profissionais destes jovens.

Seguindo a linha de pensamento, foi perguntado aos jovens agricultores familiares: “Você pretende permanecer na agricultura familiar? O grupo das jovens mulheres que não querem permanecer na agricultura familiar afirmou que o principal motivo de almejar outra profissão é pelo fato de ter um emprego fixo e com segurança. Já que na agricultura não teria como ter essa segurança de todo mês ter o salário fixo, conforme o depoimento de Poliana (17 anos): *“A gente estava cursando agroecologia e aí nós saímos e voltamos para o ensino médio normal, porque queremos fazer faculdade, ter uma profissão fora da roça, porque podemos conseguir ter uma renda mensal certa todo mês, o que na roça a gente não consegue”*. Já o grupo das jovens mulheres que querem permanecer na agricultura familiar respondeu citando o seguinte ditado: *“se a roça não planta a cidade não janta né, o velho ditado, se o agricultor não produz o Brasil não consome”* (Maria, 24 anos).

O fato das jovens do grupo que não querem permanecer na agricultura familiar reconhecerem a agricultura como uma profissão positiva e se reconhecem como agricultoras, mas que não pretendem permanecer revela uma baixa condição material da família e uma baixa autonomia material da jovem na unidade de produção familiar na medida em que elas afirmam que pretendem sair da agricultura familiar em busca de uma renda mensal fixa.

O grupo dos jovens homens que querem permanecer na agricultura familiar respondeu que gostaria muito de permanecer na agricultura familiar, mas falta um incentivo financeiro, conforme a afirmação de Elias (21 anos): *“Eu pretendo, gosto demais, só que a gente precisa de um incentivo melhor, como investimento em maquinário essas coisas porque é tudo caro”*.

---

<sup>23</sup> Na linha de pensamento discutidos na literatura clássica dos contrastes entre o urbano e rural (SOROKIN, ZIMMERMAM E GALPIN, 1930), “nas comunidades urbanas em comparação com as rurais, uma maior divisão do trabalho, uma maior diferenciação e estratificação social e maiores contrastes nos padrões de vida e no ambiente que rodeia seus vários membros”. Afirmações e comparações como estas, em que o rural se torna símbolo de atraso e negatividade como espaço, lugar de vida e trabalho, a qual afeta diretamente na construção da autoidentidade dos sujeitos em questão, assim como na construção do seu projeto individual e profissional.

E o grupo de jovens homens que não querem permanecer da agricultura respondeu que o principal motivo foi que o trabalho é pesado e com pouco retorno financeiro. Dentre esse grupo, só um dos jovens, Caio (20 anos), afirmou que pretende conciliar o trabalho agrícola familiar com outro trabalho fora da agricultura.

Percebe-se que os jovens agricultores familiares possuem uma baixa condição material na UPF e que para conseguir uma autonomia material necessária para reprodução social da agricultura familiar perpassa a reprodução do conhecimento de agricultor e do trabalho agrícola. É preciso para as novas gerações de agricultores incentivo de políticas públicas que dê suporte a esses jovens em face de melhores condições materiais e de uma autonomia material.

O reconhecimento entre a nova geração da agricultura como profissão é de fundamental importância para a reprodução da agricultura familiar, na medida em que os jovens a percebem como uma categoria positiva. Ao mesmo tempo, a profissão de agricultor é passada de geração a geração, reforçando os laços de identificação entre as gerações.

#### **4.3 Participação juvenil no Trabalho Familiar Agrícola**

Neste tópico são analisadas a participação dos jovens na divisão do trabalho na unidade de produção familiar, as relações e papéis sociais de gênero e geração na hierarquia familiar. Busca-se identificar a posição ocupada por eles no processo de trabalho familiar agrícola e quais são as determinantes na produção das disposições necessárias à reprodução do trabalho agrícola.

Sobre a participação dos jovens no trabalho familiar fez-se a seguinte pergunta: “A sua participação no trabalho familiar agrícola é importante para a sua família? Das jovens mulheres do grupo que não querem permanecer na agricultura, todas afirmaram que o seu trabalho é importante para a família, conforme o depoimento de Vilma (29 anos): “*Acredito que sim, porque depende da alimentação, porque a gente trabalha para ter a alimentação por que nem tudo a gente tem para comprar*”. O grupo das jovens que querem permanecer também afirmou que o seu trabalho é muito importante para a família, conforme a fala da Érica (15 anos):

*“A nossa participação é importante porque a gente ajuda a trazer o nosso sustento e é uma ajuda a mais na família. E também é uma forma de manter a gente aqui diminuindo o êxodo rural, sem as pessoas está se deslocando, tem as pessoas que ainda se deslocam, mas hoje graças à Deus com os projetos que vem né, já*

*mantém os jovens, aqui mesmo o nosso grupo juventude quilombola já produz na cisterna e estamos plantando 10 canteiros de hortas e produtos orgânicos que já serve para a gente se alimentar e uma renda para nós”.*

O trabalho agrícola familiar é baseado na unificação do trabalho de todos os membros da família. É através dessa socialização do trabalho na UPF que o jovem vincula a sua identidade como de agricultor. Dessa forma, o trabalho agrícola é a socialização mais importante para a permanência dos jovens e das jovens na agricultura familiar. Outro ponto importante que o depoimento acima revela é a importância de projetos sociais e econômicos voltados para o jovem do campo. Além de trazer o incentivo para uma produção autônoma e ou comunitária, beneficia o aumento da autonomia material desses jovens proporcionando esperança e um futuro de qualidade no campo, o que faz de fato enraizar o jovem no campo garantindo a sua reprodução social.

Na comunidade das Batatas do Município de Hibitá, os jovens foram incentivados com dois projetos do Centro Assessoria do Assuruá (CAA)<sup>24</sup> com parceria com o Governo Federal. Esses projetos são importantes para o incentivo e a manutenção desses jovens na agricultura familiar, conforme o depoimento da Geralda:

*“Ele veio devido muitas persistências da gente tá lá cobrando, cobrando, porque a gente via os jovens saindo daqui e indo pra Minas, São Paulo, Goiânia aí hoje graças a Deus tem um trabalho com a cozinha comunitária são oito que levaram para o município através do CA, aí os jovens daqui foram capacitados a maioria foram capacitados para fazerem beneficiamento de frutas, da mandioca aí criam uma expectativa melhor e isso trás uma expectativa de vida melhor, e também tá vindo um projeto muito bom que a gente vai mandar alimentos em beneficiamento para Salvador e antes a gente via uma realidade bem distante, aí a gente vai fazer o beneficiamento e mandar diretamente para a associação de restaurantes e hotéis de 3 a 5 estrelas de Salvador e de todo Recôncavo só através desses projetos sociais que vão mantendo os jovens na zona rural e com fé em Deus a gente espera que não mais muitos jovens sai daqui pra ir pra São Paulo e outros lugares, que já saíram daqui muitas pessoas 50 homens, 60 homens pra ir pra Minas pra trabalharem, aí ganham um dinheiro aí voltam levantam uma casa, outros compram uma moto porque para se manter aqui na seca hoje tá difícil, mas graças a Deus a gente consegue tirar uma mamona, tirar uma mandioca e assim a gente vai sobrevivendo”.*

---

<sup>24</sup> CAA é uma organização não-governamental, reconhecida por lutar pela causa da convivência com o semiárido baiano. Suas ações são voltadas à melhoria das condições de vida das comunidades sertanejas mediante o fortalecimento da cidadania e construção do desenvolvimento sustentável.

É de fundamental importância políticas públicas voltadas exclusivamente para o campo. O que se apresenta nos dias de hoje ainda no campo é uma baixa infraestrutura e pobreza rural, inclusive na perspectiva da agricultura familiar e da reprodução do trabalho familiar agrícola. O suporte financeiro é muito importante para a reprodução social da agricultura familiar e melhoria do modo de vida dos agricultores familiares.

Do grupo dos jovens que não querem permanecer na agricultura, todos afirmaram que consideravam a sua participação no trabalho familiar agrícola importante para a família. Ressaltaram ainda a importância do trabalho de toda a família e que quando falta um membro familiar na atividade agrícola, o esforço tem que ser maior de todos os membros, na medida em que é deste trabalho em conjunto que depende o sustento familiar, conforme a fala de Matheus (17 anos): *“A gente trabalhando o custo financeiro é menos de certa forma porque às vezes o que você gasta comprando na feira a gente não precisa porque nós mesmos produzimos”*. E o grupo dos jovens que querem permanecer também afirmou que é muito importante o seu trabalho para a família, justificando que é do trabalho agrícola familiar que a família tira o seu sustento.

Em seguida, foram questionados se acreditavam que o trabalho que realizavam em junto com a família era importante para eles mesmos. Nessa pergunta, todos os participantes dos quatro grupos afirmaram que é muito importante o trabalho deles e configuraram como uma ajuda aos pais e que é desta ajuda que sai o sustento da família.

As afirmações dos jovens agricultores familiares reforçam a literatura que a divisão do processo de trabalho na unidade familiar é pautada por uma hierarquia em que os jovens são subordinados aos adultos, e expressa sua condição de trabalho como auxiliar, no caso das jovens, auxiliar a mãe e no caso dos jovens, auxiliar ao pai (WANDERLEY, 2009, WEISHEIMER, 2009, BRUMER, 2008). As informações não deixam dúvidas da importância da participação do trabalho juvenil para a realização das tarefas agrícolas para a manutenção da família e para a possibilidade de uma renda individual para estes jovens.

Existe um conjunto de tarefas importantes para o funcionamento da unidade produtiva no âmbito doméstico (preparo das refeições, limpeza da casa, cuidado com a horta, cuidado com os animais entre outros) e outras na produção do trabalho agrícola familiar (preparo do solo, manutenção da produção e colheita). Dentre todas estas tarefas na unidade de produção familiar, foi perguntado aos jovens qual a que eles mais gostam de fazer? Entre os grupos das jovens mulheres que querem permanecer e as que não querem, informaram que preferem as tarefas domésticas e da produção. A ampla maioria informou que elas fazem de tudo em casa e

que não gostam muito do trabalho agrícola, mas por ordem de classificação das jovens, gostam de plantar e de colher frutas.

Todos os participantes dos dois grupos jovens homens informaram que as tarefas domésticas eram realizadas pelas mulheres da casa. Sobre as tarefas da produção agrícola, as respostas foram bastante diversificadas: gostam da plantação tradicional (feijão, mandioca, mamona, milho), outros responderam que gostam de plantar árvores frutíferas (mamão, goiaba, laranja, pinha e limão), outros preferem os cultivos de maracujá, batatas e hortaliças e um dos entrevistados disse que gosta de quebrar mamona e estar com um projeto de criação de abelhas sem ferrão.

Logo em seguida foi perguntado a eles, das tarefas que realizam qual ou quais menos gostam. Dessa pergunta, foram identificadas que as jovens mulheres não gostam do plantio de feijão e a quebra da mamona com a justificativa que é um trabalho exaustivo que exige força debaixo do sol e que criam calos nas mãos. E os jovens homens, todos responderam que não gostam de capinar com a justificativa de ser o trabalho mais cansativo.

Estas informações confirmam que o trabalho doméstico é exclusivamente a cargo feminino. Desse modo, a divisão sexual do trabalho as mulheres realizam as tarefas consideradas de “forças marginais”, ou seja, as tarefas que são consideradas leves e exigem pouca força e as tarefas da produção agrícola são destinadas e sob responsabilidade dos homens, as quais são consideradas “forças plenas” (TEPICHT, 1979). Define-se a divisão sexual do trabalho, mesmo as mulheres desempenhando tarefas fundamentais à produção, como o preparo do solo, o plantio, a colheita é considerada apenas uma “ajuda” (WEISHEIMER, 2009).

Dessa forma, a naturalização em que se configura o processo de trabalho familiar agrícola, em que os jovens homens têm o papel de assumir sucessivamente as responsabilidades das tarefas produtivas familiares, passadas de geração a geração. E as jovens mulheres realizam as tarefas menos valorizadas no trabalho familiar, assim ocupando os lugares mais subalternos na hierarquia familiar, confirmando e alimentando sua condição de gênero como determinante na posição ocupada por elas no processo de trabalho familiar agrícola.

#### ***4.3.1 A Renda dos Jovens Agricultores Familiares***

Neste t3pico, 3 analisada a forma de acesso dos jovens as rendas agr3ricolas geradas do trabalho produtivo familiar e quais usos eles fazem deste recurso. Essa informa33o 3 relevante pelo fato que a renda 3 o vi3s mais importante para a condi33o juvenil e as realiza33es que aspiram ao jovem individualmente. Para essa an3lise, foram realizadas duas perguntas: Voc3 ganha por sua participa33o no trabalho familiar agr3rico? No que voc3 gasta o dinheiro recebido pelo trabalho familiar agr3rico?

Quando perguntado aos jovens se eles ganham pela participa33o no trabalho familiar agr3rico, no caso das jovens mulheres que querem permanecer, a ampla maioria informou que ganha em absoluto comida e que s3 adquirem algum dinheiro apenas na quebra da mamona e na venda da farinha, conforme o depoimento de Carla (25 anos):

*“Temos assim, quando a gente bate mamona e j3 vende e ganha dinheiro... E a farinha tamb3m, j3 vende e a3 j3 divide e d3 um pouco pra cada, e 3s vezes toca tanto saco pra um, tanto saco pra outro e 3s vezes s3 d3 para o alimento. Mas o que mais d3 renda aqui 3 a mamona”.*

J3 no grupo das jovens que n3o querem permanecer, apenas uma das entrevistadas disse que trabalha para ela mesma e que com o lucro compra comida e os produtos de sua necessidade. *“No meu caso, eu trabalho pra mim mesmo, n3o tem como dizer, assim eu trabalho pro consumo mesmo n3o tem pra vender”* (Vilma, 29 anos). E as outras jovens informaram que n3o tem um lucro espec3fico individual. Dessa forma, percebe-se que as jovens possuem uma baixa autonomia material na unidade de produ33o familiar e que possuem apenas o necess3rio para a sua exist3ncia.

No caso dos jovens homens, os dois grupos coincidem com as informa33es. Todos responderam que o que plantam com a fam3lia 3 para o consumo de todos e os que possuem uma produ33o aut3noma, a renda fica para o pr3prio consumo.

Na segunda pergunta sobre em que gastam o dinheiro recebido, os dois grupos das jovens mulheres informaram, em sua maioria, que a renda 3 destinada para a alimenta33o e quando sobra, 3 destinado para comprar as necessidades b3sicas do dia-a-dia. E os grupos dos jovens homens, a maioria informou que a renda 3 destinada para as despesas da casa e quando sobram, para comprar roupas, sapatos, perfumes “essas coisas”. E dentre os entrevistados do grupo que querem permanecer dois jovens informaram que da sua renda individual, uma parte 3 destinada para o investimento da “lavoura”<sup>25</sup> e a outra parte para o consumo pr3prio.

---

<sup>25</sup> Lavoura, palavra muito utilizada pelos jovens agricultores do Territ3rio de Irec3, identificada como o plantio, colheita ou produ33o agr3cola.

Dessa forma, a situação dos jovens agricultores familiares é marcada por uma restrita renda monetária própria, situação em que se acentua na diferença entre as jovens mulheres. As informações revelam que as jovens dificilmente obtêm alguma renda da atividade agrícola familiar que realizam e que os jovens homens obtêm uma renda individual agrícola adquirida pelo trabalho autônomo na unidade de produção familiar. Os gastos dos jovens, de ambos os sexos, são destinados em sua maioria o consumo coletivo familiar.

A condição juvenil que se encontra os jovens agricultores familiares do Território de Irecê que possibilite construir um espaço próprio no processo de trabalho na unidade de produção familiar é um fato preocupante e determinante para a manutenção desses jovens nesse espaço social, fato que agrava a situação juvenil das jovens agricultoras familiares. A possibilidade de uma autonomia material se faz pela oportunidade de um espaço de trabalho autônomo na unidade produtiva familiar destes jovens, passo importante para a socialização profissional e de permanência dos mesmos na agricultura familiar.

A realização de atividades autônomas por jovens na propriedade familiar possibilita-lhes desenvolver habilidades produtivas e comerciais sob a orientação dos pais, constituindo-se num importante componente de treinamento profissional que os capacita para a realização de empreendimentos maiores no futuro. Além disto, propicia a geração de uma renda extra que poderá ser administrada pelo próprio jovem. Isto provoca mudanças na posição ocupada por eles na hierarquia familiar, uma vez que passam a ficar menos dependentes dos recursos dos pais para suas pequenas despesas, permitindo-lhes adquirir maior autoconfiança e reconhecimento de outros como um agricultor. (WEISHEIMER, 2009, p.156)

Salienta aqui, a importância do reconhecimento formal dos jovens, como agricultor familiar, de ter um espaço próprio de trabalho. Percebe-se que as jovens só acessam os resultados do seu trabalho na medida em que pede para os pais o que necessitam e os jovens agricultores tem acesso maior à renda quando comparado as jovens por ter acesso parcial à produção familiar. Essa situação norteia os jovens a uma condição de baixa autonomia material, a qual é compatível com a condição de subalternidade dos jovens dentro da família.

#### ***4.3.2 Socialização e Sociabilidade: As Práticas de Lazer dos Jovens Agricultores Familiares***

A vida em sociedade se realiza através das interações dos indivíduos. Dessa forma, “o ponto de origem de toda a vida social é a interação de pessoa com pessoa” (SIMMEL, 1972). Nesse sentido, toda e qualquer forma de interação são formas de sociação, na qual é entendida como qualquer relação objetiva da vida social estabelecidas pelas relações humanas. Essas relações humanas acontecem de formas e sentidos diferentes, podendo variar nas diferenças

de grupo e de pertencimento a ele. Isso se deve as formas que os sujeitos são socializados já que objetivo da socialização é estabelecido pelo de sociação ou interação entre os indivíduos quando aceitos pelo grupo (ação objetiva) e quando o indivíduo se sente pertencido a determinado grupo ou grupos (ação subjetiva).

São nos espaços de sociabilidade que os indivíduos criam vínculos com o coletivo, seja na escola, na família, na igreja, no grupo da catequese, no jogo de futebol, na praça, no bar são inúmeros os espaços de sociabilidade presentes na sociedade. São nesses espaços de sociabilidade que constitui como vasto campo de possibilidades de liberdade de escolha, onde se estabelece as relações culturais, sociais e econômicas. É dentre esses espaços de lazer que estabelece a convivência em grupo, constituindo um campo de possibilidades e práticas sociais (WEISHEIMER, 2009).

Desse modo, o lazer é um importante elemento na construção da identidade dos sujeitos no momento em que esse “espaço-tempo” é uma forma de passar fora do trabalho. Nesse sentido, é importante ressaltar que os jovens agricultores vivem e experienciam outras formas de socialização, além da socialização do trabalho familiar. Para identificar as formas de lazer que os jovens agricultores familiares realizam, perguntamos o que eles fazem no tempo livre.

Os dois grupos das jovens mulheres afirmaram em seus depoimentos que o lazer delas é cuidar da casa, dos filhos e da roça, e as formas de lazer foram ir aos botecos na comunidade mesmo, e quando tem campeonato, jogo de futebol ir assistir. O entendimento sobre o lazer pode ser resumido pelo depoimento de duas participantes do grupo que querem permanecer na agricultura familiar:

*“Não tem lazer não, por que assim é difícil a gente tirar um dia pra dizer que a gente ta descansada não, aqui não” (Raquel, 27 anos).*

*“Aqui só quando começa o campeonato mesmo pra gente ir, é o único lazer mesmo naquela quadra de terra que tem ali, é o único lazer mesmo nosso que a gente tem pra ir”.(Geralda, 27 anos)*

É importante ressaltar que o espaço de sociabilidade dessas jovens agricultoras familiares é basicamente o que norteia na comunidade, o qual se limita as interações em potencial das mesmas. Dos jovens homens dos dois grupos, a maioria deles informou que a forma de lazer é ir ao bar aos fins de semana, “tomar uma cervejinha”, e jogar bola, “pegar um babinha no campinho”, na “roça” mesmo. Dois informaram “ficar na internet” e apenas um informou jogar vídeo game.

Percebe-se que, no campo, a infra-estruturadas comunidades é precária, fazendo com que as práticas de lazer dos jovens agricultores familiares se torne restrita. Dentre as práticas de lazer ou formas de sociabilidade que ocorrem nos espaços de convívio da comunidade, se destacam a prática esportiva limitada ao futebol, o encontro em bares e ao acesso as redes sociais. Essa restrição das práticas de lazer dos jovens agricultores familiares é preocupante evidenciando a grande desigualdade nas formas e intensidades das práticas de lazer dos jovens agricultores familiares e dos jovens das metrópoles.

Nesse sentido, ao analisar o processo de socialização e de sociabilidade dos jovens agricultores, percebe-se como principal forma de interação é a socialização profissional que se dá no processo de trabalho familiar agrícola. O que fica evidenciado o predomínio em tempo integral dos jovens no trabalho na unidade de produção familiar, o que constata uma elevada jornada de trabalho entre ambos os sexos.

#### **4.4 Avaliação dos jovens sobre o modo de vida dos pais**

O objetivo deste tópico é obter as informações sobre as percepções que os jovens agricultores fazem sobre o modo de vida de seus pais e de sua disposição em viver do mesmo modo de vida que eles, observando as condições materiais e as práticas sociais dotadas da própria prática do processo de trabalho que as realizam na unidade de produção familiar.

Dessa forma, foi perguntado aos jovens se eles gostariam de viver da mesma maneira de vida que seus pais. O grupo das jovens que querem permanecer, informaram que pretendem viver na roça, mas que não gostariam de viver como os seus pais. Essa visão é justificada pela vida deles terem sido muito sofrida ainda quando jovens, conforme disse Carla (25 anos):

*“A gente quer ser igual eles assim, porque eles tiveram força de vontade, lutou a vida toda e hoje tem um pedacinho de terra que pode plantar e trabalhar pra se mesmo... eu mesmo quero viver na roça, mas não pra sofrer igual mãe, mas da roça não quero sair não, não quero negocio de ir pra cidade não”.*

E o grupo das jovens que não querem permanecer responderam que não gostariam de viver igual aos pais, conforme a fala de Camila (19 anos): *“Eu não, quero ir pra algum lugar e mandar dinheiro pra eles pra ajudar”.* Já os jovens homens do grupo que querem permanecer, assim como as jovens mulheres, informaram que gostariam de viver na agricultura familiar, mas não do mesmo modo de vida que seus pais, o que resume na fala de Daniel (19 anos): *“Moça, sinceramente não, eu quero viver da agricultura mas do mesmo*

*modo que meu pai vivia não*”. E do grupo dos jovens que não querem permanecer, a metade dos participantes do grupo rejeitou o modo de vida dos pais e a outra metade afirmou que gostaria de viver como os pais.

Nesse sentido, os jovens agricultores familiares tendem a uma disposição favorável a reprodução do modo de vida dos seus pais, ao mesmo tempo expressam o desejo de novas práticas, incorporando novos elementos de adaptação e transformação ao modo de vida e trabalho dos pais.

#### **4.5 A Escolarização Formal dos Jovens Agricultores Familiares**

Neste tópico, busca-se compreender a socialização dos jovens agricultores no sistema formal de ensino. Compreendendo que o nível de escolaridade desses é peça fundamental para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, uma vez que tanto o sistema formal de ensino, quanto à educação dada na família, é identificado como um modelo cultural que formata um modelo de sociedade (DURKHEIM, 1978; WEISHEIMER, 2009).

A literatura aponta que o sistema de ensino formal tem como modelo educacional as sociedades urbanas e a educação rural no Brasil sofre vários problemas de origem quando é sistematizada a partir da escola urbana (DAMASCENO E BEZERRA, 2004). Nesse sentido, afasta da realidade de vida e trabalho do jovem do campo, na medida em que introduz práticas culturais e sociais que se distanciam da vivenciada pelo homem do campo (WEISHEIMER, 2009). Dessa forma, “a educação escolar é formativa da identidade”, o que se percebe quando se analisa as informações dos jovens agricultores do Território de Irecê, ao perguntar se estão estudando e qual o nível de escolaridade.

No grupo das jovens que não querem permanecer na agricultura familiar, constatou-se conforme os depoimentos das participantes que todas estão estudando, sendo que a maioria cursa o ensino profissionalizante de agroecologia vinculada ao ensino médio e duas das participantes estudam o ensino médio normal. Das jovens mulheres do grupo que querem permanecer, a maioria das participantes informaram que não completaram o estudo e que não possuem vontade de voltar a estudar conforme a fala de Maria (24 anos): “*Eu parei no segundo ano, não tenho vontade de continuar, tenho preguiça de estudar*”. E dentre as participantes desse grupo apenas duas afirmaram ter concluído o segundo grau, uma com o ensino médio normal e a outra técnica agrícola.

O que revela que a socialização da educação formal é um veículo para a formação da identidade do sujeito, assim como a socialização no trabalho familiar agrícola. Diante disso, percebe-se que a jovem inserida no contexto escolar, o projeto profissional e de vida se distanciam da realidade do campo, na medida em que introduz valores e práticas sociais que se distanciam da realidade local vivenciada por esses jovens. Outro fator importante que se percebe é que quando a jovem tem baixa escolarização tende a construir projeto de permanência na agricultura familiar. Dessa forma, as jovens percebem a escolarização formal como meio de inserção no mercado de trabalho fora da agricultura familiar.

O grupo de jovens homens que não querem permanecer na agricultura afirmou que estudam, a maioria no ensino médio normal e apenas um no curso profissionalizante de agroecologia. E dos jovens homens que querem permanecer, a maioria informou que estão estudando o curso técnico em agroecologia e apenas um disse ser formado em técnico de agroecologia.

Dessa forma, observou-se que os jovens que estão na educação profissionalizante voltada para as questões do campo, como os cursos técnicos de agroecologia, tendem a construir um projeto de permanência no campo. Já os jovens inseridos na educação formal, almejam entrar no mercado de trabalho fora da agricultura familiar. Outro fator importante que se percebe é que quando o jovem tem baixa escolarização tende a construir projeto de permanência na agricultura familiar.

Esse conjunto de informações revela que há diferença de socialização formal de ensino segundo a condição de gênero entre os jovens selecionados para compor as entrevistas de grupos. Igualmente, constata-se que há uma tendência de escolha pelo ensino médio normal aqueles que querem sair da agricultura familiar, e os que escolhem o ensino profissionalizante voltado para o campo fazem em concordância com os projetos de permanência na agricultura. Nesse último caso, os jovens buscam adquirir novos conhecimentos para a melhoria da produção familiar agrícola, e como consequência uma melhor suas condições de vida. Observou-se que os jovens agricultores familiares que participam de projetos de capacitação e formação profissionalmente, demonstram maior disposição em permanecer no trabalho agrícola e incorporam novo conhecimento nas atividades agrícolas da unidade de produção familiar e fortalece a identidade destes jovens como agricultores.

#### **4.6. Projeto Profissional dos Jovens Agricultores Familiares**

O debate realizado neste capítulo permite afirmar que o projeto profissional dos jovens agricultores familiares do Território de Irecê apresenta-se como um esforço de alcançar posições desejadas em face de um futuro em aberto em que apresenta resultados diferentes segundo a condição de gênero.

Estes projetos são influenciados, em diferentes graus, pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades de produção familiar das quais os jovens agricultores fazem parte. Os projetos profissionais derivam do próprio processo de socialização no trabalho familiar agrícola, e de como os jovens lidam com os papéis que desempenham na atividade agrícola e as posições que ocupam na família.

A grande homogeneidade interna no grupo estudado revela que estes fatores por si só não permitem as tomadas de posição dos jovens em relação a seus projetos profissionais. Porém indicam claramente o que fundamenta a tendência destes jovens de não quererem reproduzir o processo do trabalho familiar agrícola, revelando os impasses da reprodução social da agricultura familiar no Território de Irecê.

A construção do projeto individual revela como os jovens avaliam o seu lugar no mundo, e a condição em que se encontra no espaço social em que vive, constituindo a revelação do ser (HEIDEGGER, 2004). Nesse sentido, no caso dos jovens agricultores familiares, vai além da condição ocupacional de lugar como ser humano, mas revela em si mesmo a percepção de vida e de trabalho como positiva. Levando a reprodução geracional da agricultura familiar, e da percepção negativa, o que faz a rejeição ao modo de vida dos seus pares para um futuro individual de curto em médio prazo. Também tem a possibilidade da construção do projeto profissional “não ter a opção de escolha”, no sentido de não haver oportunidade de outras experiências a não ser aquela dada culturalmente e cotidianamente.

O entendimento sobre o conceito de projeto profissional neste estudo se baseia na definição de projeto profissional de Weisheimer (2009), em que define o projeto de inserção socioprofissional em médio prazo. Reflete as imagens profissionais que os jovens agricultores reservam para si, os tipos de grupos profissionais e respectivos recursos a que aspiram. Esta projeção em futuros profissionais possíveis estrutura o reconhecimento de uma identidade profissional construída, socialmente, por meio de interações entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação. Logo, são construídas por meio de processos de socialização cada vez mais diversificados que ampliam o campo de possibilidades projetivas. Os projetos profissionais permitem a objetivação das representações dos jovens sobre suas possibilidades futuras de permanência ou saída da atividade agrícola.

Para a compreensão de como esse se processa essa construção importante da vida, a da escolha profissional dos jovens agricultores familiares, que já estão engajados numa socialização profissional do trabalho familiar agrícola, fizemos três perguntas aos jovens: 1. “O que você pretende ser profissionalmente no futuro?” 2. “Que profissão você acha que terá no futuro?” 3. “Qual é o seu projeto profissional?”

No que concerne sobre o que os jovens pretendem ser profissionalmente no futuro, o grupo das jovens que querem permanecer na agricultura familiar, todas informaram que pretendem continuar na agricultura, e das participantes desse grupo uma informou que pretende fazer o curso de agroecologia. Do grupo das jovens que não querem permanecer, duas das participantes informaram que querem fazer uma graduação em enfermagem e a outra em administração, outras disseram que não sabiam ainda. E as outras participantes informaram que pretendem trabalhar na área de produtos voltados para o campo ou permanecer na agricultura familiar.

Já os jovens homens do grupo que não querem permanecer na agricultura familiar, a metade informou que pretende fazer uma graduação, entre os cursos estão medicina, agronomia e engenharia. Outra parte disse que não sabia e um dos participantes informou que pretende conciliar a atividade agrícola com outra atividade: “*Eu pretendo permanecer na agricultura plantando e colhendo, mas tendo outra atividade fora da agricultura também*”(Caio, 20 anos). Nesse último caso, caracterizaria não uma ruptura com a agricultura, mas sua combinação com outras formas de relações de trabalho, ou seja, uma postura pluriativa.

Sobre a questão, “que profissão você acha que terá no futuro?” Das jovens do grupo que não querem permanecer, a maioria respondeu ser agricultora e apenas uma respondeu ser agrônoma. E das jovens que querem permanecer todas as jovens afirmaram continuar na agricultura familiar. No caso dos jovens do grupo que não querem permanecer, a maioria respondeu permanecer na agricultura familiar, conforme o depoimento de Carlos (17 anos): “*Dependendo do manejo, permanecer na agricultura mesmo*”. O que revela entre esses jovens que não há muita perspectiva de saída da agricultura familiar. Do grupo dos jovens homens que querem permanecer, a maioria informou continuar como agricultor assim como as jovens agricultoras.

Sobre o projeto profissional, percebe-se nas informações obtidas que as jovens agricultoras têm seu projeto profissional voltado para a permanência na agricultura familiar diferente, uma agricultura sustentável e sem agrotóxico, conforme Erica (15 anos): “*O meu*

*projeto e pelo menos a maioria aqui, é ter uma agricultura sustentável eu sonho em ver aqui daqui pra frente plantação sem veneno, antigamente tinha árvore em todo canto e hoje até as árvores estão sumindo*". A maioria dos jovens afirmou que os seus projetos profissionais é ser um agricultor familiar com mais condições materiais, porque assim diminuiriam as dificuldades que o agricultor familiar sofre no campo. Marquione (22 anos) disse:

*“eu como técnico agropecuário quero trabalhar nas comunidades, ajudando as comunidades, porque a gente tem muitos povoados carentes aqui e é importante a gente auxiliar eles na agricultura familiar sustentável, porque eles perdem muitas coisas né, sem conseguir produzir, como esterco e pra eles conseguir produzir lá suas frutas, suas hortas né aí não vai precisar mais ir pra cidade comprar. E conscientizar as pessoas a ficarem nessa área, porque esse curso que eu estou estudando mesmo já aprendeu muitas coisas, como por exemplo, não agredir o meio ambiente e muitas coisas que eu fazia antes hoje já não faço mais”*.

O que se percebe é uma conscientização por uma boa parte dos jovens e das jovens de uma agricultura sustentável e da importância de passar o conhecimento formal adquirido na escola para uma grande parcela não escolarizada, mas que possuem o saber nativo de agricultor. Além da importância desses jovens em pensar e fazer agroecologia diante das implicações futuras que causará uma mudança no Território.

O projeto profissional é o resultado da refletividade dos jovens sobre as experiências adquiridas das escolhas pessoais e das experiências adquiridas pela trajetória de vida individual e coletiva. Diante das dimensões analíticas sobre o processo de socialização profissional e a condição de gênero e como estas se relacionam com os projetos profissionais dos jovens entrevistados, prevalece entre os jovens agricultores familiares do Território de Irecê projetos profissionais agrícolas. Nota-se que mesmo com as dificuldades enfrentadas por estes jovens e pela posição ocupada por eles no espaço de socialização no trabalho familiar agrícola, se percebem como positivo os projetos juvenis que conferem sentido as inserções na continuidade de agricultor.

Por fim, podemos concluir desse capítulo, contrariando o que espera o senso comum, as representações dos jovens sobre o trabalho agrícola e o modo de vida dos pais são coerentes com seus projetos profissionais. Confirmamos que os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares derivam da própria posição ocupada por eles na agricultura familiar. Dessa forma, a socialização no processo de trabalho dos jovens agricultores inclina-se para a reprodução geracional do trabalho familiar agrícola, principalmente os jovens agricultores familiares.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse estudo, buscou-se focar sobre o processo de trabalho dos jovens agricultores familiares, a partir da sua condição de gênero. Para compreender este processo, analisaram-se as características da socialização dos jovens nas relações sociais de trabalho no âmbito doméstico e agrícola, nos espaços de sociabilidade e a educação formal, a partir das diferenciações de gênero e a influência destes no processo de formulação dos projetos profissionais e a sua disposição em reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola.

Para este objetivo, foi realizado um levantamento teórico que dialoga com a proposta da pesquisa e realizou-se uma pesquisa social empírica que buscou ser representativa do universo dos jovens ocupados na agricultura familiar. Para proceder à análise da pesquisa, dividiram-se os jovens agricultores familiares em: jovens que querem permanecer na agricultura familiar e os jovens que pretendem sair da agricultura familiar. Esta divisão é importante para demonstrar as diferenças de gênero da posição ocupada por esses jovens nos espaços de socialização vivenciados. E, também recorreremos ao conjunto de dados secundários, de uma pesquisa maior, referente ao universo da pesquisa com o intuito de identificar características do perfil dos jovens agricultores no processo de trabalho familiar, objeto da pesquisa.

A proposta deste estudo é caracterizar o processo de trabalho familiar agrícola do Território de Irecê, para isso recorreremos à teoria que nos dá suporte para analisar essa categoria social que se atém a especificidades próprias, para então garantir uma análise coerente e responsável pensando nas dinâmicas e nas diferenças da socialização profissional e de gênero dos jovens agricultores familiares.

A socialização no trabalho agrícola é estruturada pela inserção dos indivíduos nas tarefas da unidade de produção familiar. Com base nesta perspectiva, se analisou a participação dos jovens no trabalho familiar agrícola, sua inserção no sistema formal de ensino e em atividades de lazer. Nesse sentido, a socialização no trabalho agrícola é a que os jovens realizam de modo mais intenso na unidade familiar. A socialização neste espaço de trabalho agrícola familiar se realiza como uma socialização profissional, aquela que se configura pelas relações sociais de produção e simultaneamente, uma socialização de gênero, que se dá pela diferenciação de papéis sociais de gênero.

Ao considerar-se a inserção dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola, constatou-se na pesquisa empírica que há uma intensa participação dos jovens de ambos os

sexos no trabalho familiar agrícola, tanto na participação quanto na jornada de trabalho que realiza. Sobre a divisão do trabalho familiar constata que há uma diferenciação de gênero nas atividades. As tarefas domésticas são de exclusividade feminina, sem participação masculina, o que evidencia uma dupla jornada de trabalho das jovens agricultoras familiares, no sentido que quando elas não estão realizando o trabalho da casa (educação dos filhos, refeições, limpeza da casa, cuidado com a horta e animais), estão realizando o trabalho agrícola que se definem desde a plantação, manutenção e colheita, o que configura em um trabalho integral de dedicação à família. Nas tarefas agrícolas predomina a força de trabalho de toda a família. O que demonstra uma diferenciação de gênero nesta socialização em que ficou nítido que os jovens homens vão assumindo a responsabilidade das atividades agrícolas, enquanto que o trabalho agrícola das jovens agricultoras é invisibilizado por meio da expressão “ajuda”. Isso acarreta numa maior subordinação das jovens em relação aos pais, do que os jovens homens.

Buscou-se identificar o acesso dos jovens a renda produtiva, o que constatou que as jovens mulheres acessam em proporção menor a renda da produção familiar em comparação com as dos jovens homens. Nota-se também que os jovens homens possuem uma renda maior pelo fato de terem a maior parte deles uma produção autônoma na propriedade fundiária da família, elevando a sua condição material em relação às jovens agricultoras. Dessa forma, pode-se notar uma distribuição de renda e acesso à terra de forma desigual entre os jovens de ambos os sexos.

Sobre a socialização escolar, constatou que há um baixo nível de escolaridade entre os jovens agricultores familiares, agravando ainda mais a frequência dos jovens homens na escola. Outro fator importante que percebemos foi que os jovens, que chegam ao ensino médio e optam pelo curso profissionalizante voltado para o campo, têm o ensejo de permanecer na agricultura familiar, muito mais que os jovens que estudam o ensino regular. Cabe destacar, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos jovens agricultores familiares em conciliar as longas jornadas de trabalho e os estudos, no sentido que muitos desses jovens acabam por desistir de estudar.

A condição dos jovens agricultores familiares de ambos os sexos se caracteriza por um baixo acesso às formas de lazer, sendo os principais fatores, a escassez de infraestrutura de lazer na comunidade em que se vivem e pela falta de tempo por se dedicarem ao trabalho familiar agrícola. O que constata é que o lugar de lazer dos jovens se restringe aos espaços sociais da comunidade. As formas de sociabilidade que se destacam entre os jovens é a prática esportiva, limitada ao jogo de futebol, bar e internet. Nesse sentido, não se predomina, entre

os jovens agricultores familiares, as formas de socialização via sistema formal de ensino e os espaços das relações de sociabilidade. Essa situação configura a predominância da socialização profissional do trabalho familiar agrícola nas relações sociais de interação e nos papéis sociais exercidos de formas diferenciados por homens e mulheres.

Quanto às avaliações sobre o modo de vida dos pais, demonstrou-se positiva, mesmo quando os jovens afirmam que querem permanecer na agricultura, mas não da mesma forma que seus pais.

Por último inclinou-se para a análise dos projetos profissionais, entendidos neste estudo, como uma projeção consciente do futuro quanto à profissão e ao modo de viver. Diante dos resultados, os projetos profissionais apresentam diferenças segundo gênero. O grupo das jovens mulheres que formulam seus projetos profissionais na agricultura aspira uma agricultura sustentável e com projetos de incentivos que condicionam melhores condições materiais para elas. O grupo das jovens que formulam seus projetos não-agrícolas são jovens que estão no ensino médio regular que aspiram uma vida diferente da dos pais, embora não veem oportunidades a não ser a permanência na agricultura familiar. Os jovens homens tendem a construção do projeto profissional de permanência na agricultura familiar. Nesse sentido, pode ser concluído que os projetos profissionais dos jovens agricultores reforçam a própria posição ocupada por eles nos espaços da socialização do trabalho, bem como as suas práticas do trabalho, o que se explica que mesmo com poucas condições materiais e baixa invisibilidade social, predominam entre os jovens os projetos profissionais agrícolas.

Portanto, fica evidente a confirmação das hipóteses levantadas inicialmente que orientaram o estudo, já que se evidenciou que há uma socialização diferenciada dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola, que reflete em suas avaliações sobre o trabalho e na formulação dos projetos profissionais, em que as jovens mulheres tendem a elaborar projetos não-agrícolas quando comparados com os projetos agrícolas dos jovens homens.

No que diz respeito à contribuição desse trabalho, mesmo não se pretendendo ser uma análise conclusiva, acredita-se ter avançado nas observações sobre o universo dos jovens agricultores familiares e compreender como se constrói as relações de socialização do trabalho e as suas práticas sociais. Contudo, o modelo descritivo não se esgota aqui, existe um amplo campo de investigação e possibilidades em aberto desse universo para aportar novas dimensões analíticas, na medida em que este trabalho pode ser complexificado se acrescentar outras variáveis de acordo com a situação estudada. Além da importância para esta categoria social à realização de novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, Theodore. A Contribuição de Simmel. In: \_\_\_\_\_. **Os Fundamentos da Teoria Sociológica**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1972, p. 67-82.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, Unesco, 1998, 101 p.

\_\_\_\_\_. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, 1997

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (a dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANJOS, Gabriele dos e BRUMMER, Anita. Gênero e Reprodução Social na Agricultura Familiar. **Revista NERA**, ano 11, n.12, jan/jun, 2008.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p.173-236.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C. & MARTINEZ, F. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1989 (Coleção Memória e Sociedade).

\_\_\_\_\_. A “juventude” é apenas uma palavra. In: GIRARDI JR, Liraucio. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRUMMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. P. 205-27.

BRUMMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil. **Relatório de Pesquisa**. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, 142 p.

CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade. In: WELCH, Clifford Andrew Welch (org.) etal. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARTER, Miguel. Desigualdade Social, Democracia e Reforma Agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (org) **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária**. São Paulo: UNESP, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acessado no dia 19/01/2016.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J GRAZIANO e STOLCKE, Verena (orgs). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. La organización de La unidade económica campesina. In: WANDERLEY, Nazaré. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CLASTRES, Pierre. “O arco e o Cesto”. In: \_\_\_\_\_. **A Sociedade Contra o Estado**. 5.ed. Francisco Alves, 1990.

COUTO Filho, Vitor de Athayde. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Orgs, Maya Takagi, Otavio Valentim Balsadi. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 1, abr. 2004.

DOURADO, Gecélio de Castro. **O impacto da mecanização no município de Irecê na década de 70 e os reflexos para os pequenos e médios agricultores**. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Superior). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVI. Universidade Federal do Estado da Bahia, Irecê-BA, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução: Pietro Nassetti. Ed. Martin Claret, 3ª Reimpressão, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Suicídio**. Tradução: Alex Marins. Ed. Martin Claret, Título original francês: *Le Suicide*, 1897. 1ª Reimpressão, 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação e Sociologia**. Tradução: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FIORIN. J.L. **Tendências da análise de discurso**. Estudos lingüísticos, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987, 286p.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora: Atlas, 4ª Edição, 1997.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2005.

GUIMARÃES, A. Passos. **Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros**. In: WELCH, Clifford Andrew Welch (org.) et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1. São Paulo: EditoraUNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HEGEDUS, A. A questão agrária. In: HOBBSBAWM, E. J. **História do marxismo: marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte)**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. PP. 149 – 171.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. V. 2.

KAGEAMA, A; BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12-13, 1989.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

KUBO, R. ; COELHO-DE-SOUZA, G. . A técnica dos grupos focais no contexto de estudos com populações e comunidades tradicionais. In: RADOMSKY, G.F.W.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S.. (Org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicada aos estudos rurais**. 1 ed. Porto Alegre, 2015, v. 2, p. 89-107.

LAMARCH, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993. V.1.

LAMBERT, Jacques. Os Dois Brasis. In: QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: USP, 1973.

LEAL, P. M. ADA. Povoado de Moinhos: retratos e cotidianidade. In: CORTES, C. N.; ARAUJO, M. C.; TARQUI, J. Z. (Orgs). **Família, Relações Socioculturais e Políticas Públicas**. Salvador: UCSAL/CEPEX, 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

LINHARES, M. Y., TEIXEIRA DA SILVA, F. C. A questão da agricultura de subsistência. WELCH, Clifford Andrew Welch (org.) et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1. São Paulo: EditoraUNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LUKES, Steven. Bases para a Interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel (org). **Sociologia: para os clássicos**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Tradução Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes; seleção e revisão técnica da tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1982

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: DIFEL, 1985.

\_\_\_\_\_. A assim a chamada acumulação primitiva. In: \_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: BOI TEMPO, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Rural e UNRISD, 2002b.

MENDRAS, Henri. **As sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. Contribuição para a análise da questão agrária brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura Subdesenvolvida**. Petrópolis: Vozes, 1969.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

\_\_\_\_\_. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: USP, 1973

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHENEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGCS, 2003.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural nos horizontes dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 346p., 2006.

TEPICHT, Jerzy. Marxisme et agriculture: Le paysan Polonais, 1973. In: WEISHEIMER, Nilson. **Relatório Técnico: Estudo sobre a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. – Processo476436/2010 – 8, CNPQ/2012.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **A ruralidade no Brasil moderno:** por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Em publicação: uma nueva ruralidad em América Latina? Norma Giarracca. CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes e EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens:** novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidade e Perspectivas.** Passo Fundo: UPF, 1999.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas:** o rural como um espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, 2000.

\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar no Brasil:** um espaço em construção. *Reforma Agrária.* Revista da ABRA. Campinas, v. 25, n? 2/3, pp.37 – 57.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos Nead, 7) 2008.

\_\_\_\_\_. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais:** um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico:** Estudo sobre a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia. – Processo476436/2010 – 8 CNPQ/2012.

WOORTMANN, Klass F. **O Trabalho da Terra.** UNB, 1997.

\_\_\_\_\_. **Herdeiros, Parentes e Compadres.** São Paulo/Brasília: Hucitec / Ed UNB, 1995.

## ANEXOS

Fotos do trabalho da pesquisa de campo, quando foram realizadas as entrevistas de grupos.

### **Entrevista realizada na biblioteca da escola Estadual José Ribeiro de Araújo situada no município de Canarana-Ba**



Fonte: Juliane Oliveira, 2017

### **Entrevista realizada na biblioteca da escola Estadual José Ribeiro de Araújo situada no município de Canarana-Ba**



Fonte: Juliane Oliveira, 2017.

**Entrevista realizada na escola da comunidade de Lapão-Ba**



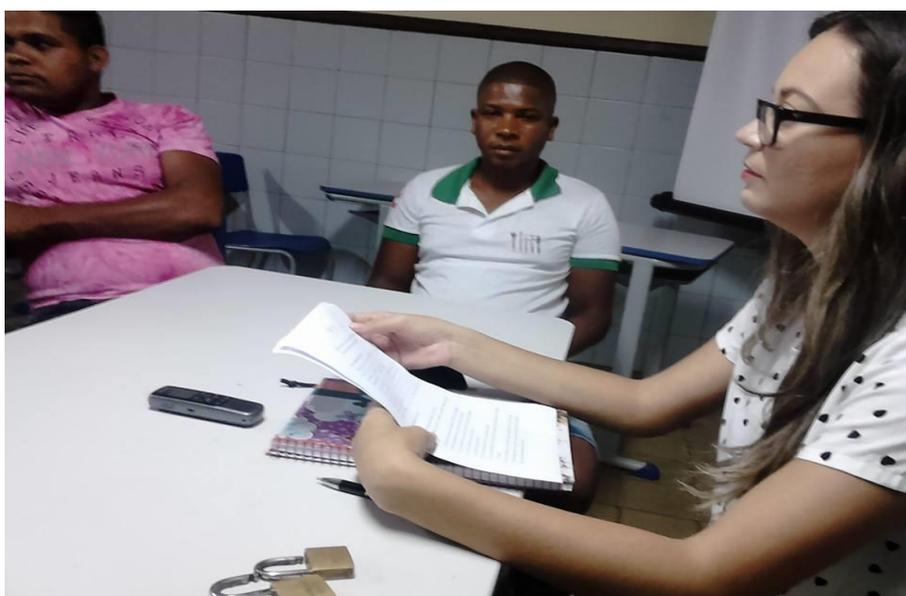
Fonte: Juliane Oliveira, 2017.

**Entrevista realizada na casa da jovem agricultora familiar da Comunidade das Batatas,  
município de Hibititá-Ba**



Fonte: Juliane Oliveira, 2017.

### Entrevista realizada na comunidade de Lapão-Ba



Fonte: Juliane Oliveira, 2017.

**Entrevista realizada na comunidade de Lapão-Ba**



**Fonte: Juliane Oliveira, 2017.**